



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH
Programa de Pós-Graduação em Memória Social – PPGMS

Alex Medeiros Kornalewski

DIÁLOGO DE THANATOS E MNEMOSYNE: as marcas da morte nos monumentos.

Rio de Janeiro
2015

Alex Medeiros Kornalewski

DIÁLOGO DE THANATOS E MNEMOSYNE: as marcas da morte nos monumentos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memória Social na linha de pesquisa Memória e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.

Orientador: Prof. Dr. Amir Geiger
Coorientador: Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias

Rio de Janeiro
2015

K846d Kornalewski, Alex Medeiros

Diálogo de Thanatos e Mnemosyne: as marcas da morte nos monumentos. / Alex Medeiros Kornalewski. – Rio de Janeiro, 2015.

122f. : Il. ; 30cm.

Orientador: Amir Geiger

Coorientador: Francisco Ramos de Farias

Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

1. Memória – Aspectos sociais. 2. Morte. 3. Monumentos fúnebres. 4. Patrimônio – Aspectos sociais. 5. Política. 6. Trauma. I. Geiger, Amir (Orient.). II. Farias, Francisco Ramos de (Coorient.). III. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Memória Social. IV. Título.

CDD: 726.8302

CDU: 726.2-523:304

Alex Medeiros Kornalewski

DIÁLOGO DE THANATOS E MNEMOSYNE: as marcas da morte nos monumentos.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Memória Social na linha de pesquisa Memória e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social.

BANCA EXAMINADORA:

Aprovado em:

Prof. Dr. Amir Geiger - UNIRIO
Doutor em Antropologia
Orientador

Prof^a. Dr^a. Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei - UNIRIO
Doutora em Comunicação e Cultura
Membro interno

Prof. Dr. Francisco Ramos de Farias - UNIRIO
Doutor em Psicologia
Coorientador

Prof. Dr. Antonio José Barbosa de Oliveira - UFRJ
Doutor em Memória Social
Membro externo

Aos meus avós: em memória daqueles que sempre estão presentes no meu coração mesmo ausentes em corpo.

A minha mãe: minha companheira que me auxilia não só com amor, mas com aprendizado de vida.

A minha Beatriz: companheira que me entusiasma com sua força, me fazendo reerguer para as batalhas da vida.

A minha essência: por considerar a busca ao conhecimento e o desejo de lapidar a sabedoria algo importante para o sentido da existência humana.

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa, que me deu suporte e força para desenvolver meus estudos.

Ao Amir Geiger, pela dedicação em pensar, repensar e possibilitar conversas que abriram os horizontes para além do que eu imaginava na presente pesquisa, sendo mais que um orientador, e sim um amigo que intercambia conhecimento.

Ao Francisco Ramos de Farias, pela amizade, que surgiu antes mesmo de eu entrar no Programa de Pós Graduação em Memória Social, pelo acolhimento nas diversas necessidades de busca de informação, auxílio em minhas dúvidas e pelo interesse em me acolher como doutorando – estudei para tal – no mesmo programa.

À Antonio José Barbosa de Oliveira, por me orientar desde à graduação, e pela amizade que também se formou ao longo desse tempo, trocando informações e trazendo um olhar apurado para minha pesquisa, tanto em termos de revisão quanto em termos de indicações bibliográficas.

À Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei, pelas contribuições quase cirúrgicas na elucidação de questões da minha pesquisa, e por ampliar meu olhar para o campo da informação, possibilitando reflexões, que outrora não vislumbrava, graças aos seus textos instigantes.

À minha família, em especial à minha mãe, pelo amor, apoio aos meus interesses de estudo, e pela felicidade e orgulho de ver que o estudo para mim não é apenas uma necessidade, mas uma vontade que não pretendo cessar enquanto viver.

À minha querida Beatriz, pela paciência, amor, compreensão e esforço em entender os motivos da minha pesquisa e às vezes contribuir com alguns achados na Biblioteca em que trabalha.

Aos amigos / colegas que independente dos estudos em sala de aula, contribuíram ao compartilhar pensamentos, discussões, receios sobre a temática ao qual enveredei e claro pelos momentos que apesar de raros, culpa da distância e ausência de tempo de todos, foram importantes para o vigor dos meus estudos.

E a embriaguez da morte
Chegará, com a verdade. Dir-se-á
Ao moribundo: “isso é o de que te
arredavas!” (NASR, 2005, p. 862)

A sura de Qaf, versículo nº 19 - Alcorão.

Resumo

KORNALEWSKI, Alex Medeiros. **Diálogo entre Thanatos e Mnemosyne**: as marcas da morte nos monumentos e sua função social. Rio de Janeiro, RJ, 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O objetivo da pesquisa é refletir sobre a relação entre a morte e a memória, e como estas dialogam por intermédio dos monumentos, tendo como base os monumentos fúnebres do Cemitério São João Batista, localizado no Bairro de Botafogo no Rio de Janeiro. Algumas considerações são fundamentais, como: os enigmas primordiais sobre a relação do homem com a morte; a relação entre trauma e tabu, que constituem o afeto da angústia sobre a morte; algumas implicações da morte no plano individual e social; os discursos de negação (e de forma paradoxal de afirmação) da morte, por intermédio da abordagem do ridículo e do sinistro; algumas características da memória e sua construção e legitimação pelo processo do lembrar e do esquecer; a circunstancialidade e intencionalidade da memória; esquecimento e esvanecimento da memória. Em aditamento, pretende-se aprofundar sobre o suporte que está sendo usado para o estudo: os monumentos escultóricos. Para tal, se faz necessário entender o conceito de monumento, os efeitos que determinadas operações mnésicas acarretam na constituição dos mesmos, além de considerar que este suporte de memórias permite a apreensão de algumas perspectivas ou olhares diferentes porém que encontram-se em harmonia ao redor e nos próprios monumentos. Por fim, discute-se a relação entre memória e informação, pois entende-se que num suporte no qual morte e memória andam juntas, implica na existência de narrativas, que, ao serem apropriadas pelo corpo social, geram informação, que por sua vez possibilita novas narrativas. Essa relação entre morte e memória por intermédio dos monumentos e como este suporte remete ao ciclo memória e informação, tem por justificativa duas questões: a primeira, é o fator emocional, uma vez que falar da morte sempre nos leva a inúmeros afetos, muita das vezes oriundas de um trauma ou do próprio tabu da morte. O segundo, é o fator profissional, pois os monumentos escultóricos utilizados na pesquisa, são discutidos superficialmente na biblioteconomia, sendo considerado apenas seus aspectos físicos, autoria e dados cronológicos, sem considerar seu valor e influência no corpo social. A metodologia da pesquisa emprega o procedimento de observação local, análise imagética e pesquisa bibliográfica. Por fim, pode-se dizer que o entrelaçamento entre memória e informação agem como fonte de manutenção dos monumentos, uma vez que a sociedade interage de diversas formas com este suporte de memórias. Logo, os monumentos pesquisados sob a ótica de uma coleção, independente de suas particularidades, transmitem narrativas em comum, o que reforça sua característica de ‘espelhos da sociedade’.

Palavras-chave: Morte. Memória Social. Monumentos. Patrimônio. Trauma.

Abstract

KORNALEWSKI, Alex Medeiros. **Diálogo entre Thanatos e Mnemosyne: as marcas da morte nos monumentos e sua função social.** Rio de Janeiro, RJ, 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The research objective is to reflect on the relationship between death and memory, and how they communicate through the monuments, based on the funerary monuments of São João Batista Cemetery, located in the Botafogo district of Rio de Janeiro. Some considerations are crucial, as the primary enigma about man's relationship with death; the relationship between trauma and taboo, which are the affect of anguish about death; some implications of death in the individual and social level; the denial of speeches (and paradoxically statement) death, through the ridiculous and sinistre approach; some memory features and their construction and legitimation by the process of remembering and forgetting; circumstantiality and the intentionality of memory; forgetfulness and fading memory. In addition, we intend to expand on the support that is being used for the study: the sculptural monuments. To this end, it is necessary to understand the concept of monument, the effects that certain mnemonic operations entail the constitution thereof, and consider that this memory support allows the seizure of some perspectives or different looks but that are in harmony around and the monuments themselves. Finally, we discuss the relationship between memory and information, as it is understood that a support in which death and memory go together, implies the existence of narratives, which, when appropriate by the social body, generating information that in turn enables new narratives. This relationship between death and memory through the monuments and how this support refers to the memory cycle and information is justification for two questions: first, is the emotional factor, since talk of death always leads to numerous affections, much of sometimes coming from a trauma or of the taboo of death. The second, is the professional factor, as the sculptural monuments used in the research are discussed superficially in the library science, and only considered their physical, authorship and chronological data, regardless of its value and influence in the social body. The research methodology employs the local observation procedure, imagery analysis and literature. Finally, it can be said that the intertwining between memory and information act as a source of information maintenance of monuments, since the company interacts in various ways with these memories holder. Therefore, the monuments surveyed from the perspective of a collection, regardless of its merits, transmit in common narratives, which reinforces its characteristic of 'mirror of society'.

Keywords: Death. Social Memory. Monuments. Heritage. Trauma.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial	49
Figura 02	Monumento de Cristo no Cemitério São João Batista, RJ	49
Figura 03	Homem diante do túmulo	57
Figura 04	Destroços de inscrições funerárias	58
Figura 05	Destroços de túmulos	58
Figura 06	Vista aérea do Cemitério São João Batista no início do século XX	61
Figura 07	Vista aérea do Cemitério São João Batista atualmente	61
Figura 08	Jazigo da família A ...	64
Figura 09	Jazigo do soldado desconhecido no pórtico monumental	65
Figura 10	Jazigos internos dos soldados mortos na Segunda Guerra Mundial	65
Figura 11	Santa com cruz e rosas nas mãos e de pé entre dois vasos	69
Figura 12	Monumento a Ary Barroso	71
Figura 13	Aviador da Aeronáutica	73
Figura 14	Detalhe de monumento do aviador	73
Figura 15	Estátua de Jesus Cristo com o rosto e os braços estendidos para o céu	75
Figura 16	Anjo com guirlanda na mão e dedo indicador apontado para cima	75
Figura 17	Anjo em cima do dragão e dedo indicador apontado para cima	75
Figura 18	Anjo prostado diante do túmulo com rosas	77
Figura 19	Jazigo da família M ...	78
Figura 20	Vista aérea do Cemitério São João Batista (indigentes 1)	83
Figura 21	Vista aérea do Cemitério São João Batista (indigentes 2)	83
Figura 22	Religioso em pé, com cruz na mão e suporte com um crânio	85
Figura 23	Monumento fúnebre com estátua de Papai Noel	87
Figura 24	Detalhe da estátua de Papai Noel	87
Figura 25	Primeira aparição comercial de Papai Noel	88
Figura 26	Escultura de carpideira	91
Figura 27	Mausoléu em estilo neogótico	99

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	O DIÁLOGO ENTRE THANATOS E MNEMOSYNE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	21
2.1	A enigmática voz de Thanatos	23
2.1.1	Os dois enigmas primordiais	24
2.1.2	Trauma e tabu: a constituição da angústia da morte	27
2.1.3	Implicações da morte no plano individual e social	32
2.1.4	Discursos de negação: as mensagens de Thanatos	36
2.2	A voz ecoante de Mnemosyne	39
2.2.1	Singularidades da memória	40
2.2.2	Interlocuções da memória com a morte: esquecimento, esvanecimento e ritos sagrados	42
3	MONUMENTOS FÚNEBRES: ARAUTOS PARA OS VIVOS	48
3.1	As quatro operações de Mnemosyne	51
3.1.1	A construção da memória	51
3.1.2	O lugar de memória	53
3.1.3	Memória vicária	54
3.1.4	Memória subterrânea	56
3.2	Olhares inclusos: as influências inscritas nos monumentos fúnebres	59
3.2.1	O olhar geográfico	60
3.2.2	O olhar das instituições	62
3.2.3	O olhar dos nativos	69
3.2.4	O olhar dos suportes em si	74
3.2.5	O olhar do pesquisador	77
4	NARRATIVA E INFORMAÇÃO: OS MONUMENTOS FÚNEBRES COMO PATRIMÔNIO E SUAS SINGULARIDADES	80
4.1	Quando os monumentos narram ou quando os monumentos informam?: reflexões elementares	84
4.2	Monumentos como espelhos da sociedade: a atualidade das narrativas e possibilidades informacionais	96
5	CONSIDERAÇÕES	102
	REFERÊNCIAS	106
	ANEXO – LISTA DE IMAGENS QUE NÃO CHEGARAM A SER UTILIZADAS NA PESQUISA	113
	ÍNDICE ONOMÁSTICO	120

1 INTRODUÇÃO

“Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva” (HALBWACHS, 2003, p. 69).

Esta citação de Maurice Halbwachs vem do seu livro intitulado *A memória coletiva*, livro que abre os portões da reflexão, por nos fazer perceber que a memória se constitui tal como uma teia densa e complexa, a cruzar os fios da lembrança e do esquecimento numa evocação que se dá no presente sobre algo de outrora. Afirma que não há uma memória individual propriamente dita e sim elementos que se constituem numa memória social, tendo em vista que várias relações propiciadoras destas memórias ocorrem entre os indivíduos ou em cada um, por exemplo, nossas transições entre o que visualizamos, sentimos e representamos no presente e o que evocamos do passado, sendo esta relação – presente e passado – uma constante do nosso ser como *homo socius* (BERGER; LUCKMANN, 1995).

Em exemplo, podemos ver o fascínio que determinadas civilizações fomentam na sociedade através de programas de TV, viagens de turismo, venda de anéis, pingentes, colares com símbolos célticos, egípcios (quem nunca viu ou ouviu falar de uma cruz ansata ou ankh?). Quantas narrativas e informações oriundas dos gregos, dos índios, de povos exóticos ou antigos chegam até nós constantemente? Podemos elencar os fundamentos lógicos, filosóficos e políticos da cultura grega antiga, entranhados em nossa cultura ocidental, de forma mais visível nos livros (ou *e-books*) vendidos nas livrarias ou disponibilizados para empréstimo nas bibliotecas; também podemos voltar para as seculares reivindicações indígenas por respeito e autonomia na manutenção de suas culturas, culturas estas que também nos são visíveis pelos museus ou mesmo pela venda de peças de artesanatos e afins.

Quanto à herança moral e ética, transmitida de geração em geração, tem-se uma amplitude de dizeres e práticas que são passados de pais para filhos, como: “respeitar os mais velhos”; “não roubar”; “não levantar falso testemunho”, práticas que são dotadas de elevado teor filosófico e religioso no Japão (ROSSINI, 2005). Também podemos vislumbrar estas heranças por intermédio das diretrizes religiosas, pois os escritos registrados nos textos sagrados perpetuam valores semelhantes? Tanto na Bíblia quanto na Torá temos os Dez Mandamentos, ou

Decálogo, transmitindo pela memória escrita os preceitos básicos que foram adotados em nossa contemporaneidade independentemente do credo religioso.

Estes exemplos só reforçam a citação de Halbwachs, pois percebemos que a nossa sociedade é regida pela memória social, atuando de forma capilar e microfísica, adentrando nas minúcias de cada indivíduo, possibilitando o caminhar de cada ser desde antes do nascimento até o *post-mortem*, vista como a finitude do ser humano, grupos, civilizações e afins. Logo, nossas memórias, independentemente das perspectivas individuais, se constituem diante da esfera social, propiciando constantes conflitos entre o lembrar e o esquecer, além de mobilizar atitudes conscientes ou que ocorrem por intermédio da outra cena, ou seja, do nosso inconsciente.

Diante do conflito entre lembrança e esquecimento e das nossas atitudes propiciadas por uma memória constituída socialmente, pretendo abordar um campo que além de complexo é extremamente delicado: a morte. A proposta é analisar os aspectos psicossociais da morte, dentre os quais elenco os acontecimentos traumáticos e a atuação de determinadas instituições (Família, Igreja, Estado), tendo como objeto de estudo os monumentos fúnebres, uma vez que este suporte apresenta de forma bastante expressiva a relação da morte com a memória, priorizando duas constantes que nos seguem desde a nossa gênese: a finitude humana e nosso poder de perpetuação mnemônica.

A questão que nos mobiliza uma dissertação sobre os monumentos em seu viés fúnebre tem em seu cerne dois elementos motivadores: o fator emocional e o fator profissional ou acadêmico. O fator emocional implica em dissertar sobre um assunto que, além do interesse pessoal, considere um tema que afeta constantemente a sociedade, muitas vezes de forma traumática. A morte é uma luta que costuma ser travada com certo amargor, dificuldade que se não afeta a si mesmo, o faz através do próximo ou íntimo que observamos sofrer com a perda de algum familiar ou amigo. A foice da morte sempre nos ronda e, quando ela ceifa, nossas reações são diversas: pranto, depressão, raiva, ódio, rancor, alegria, suicídio; Em algumas culturas, podem-se celebrar festas, por exemplo, os rituais de enterro alegres e festivos na Índia ou entre os shintoístas, a relação íntima e constante entre os mortos e os vivos na tradição mexicana ou mesmo a comemoração da morte de Cristo ou a Paixão de Cristo na religião Católica. A morte se mostra uma temática de inegável teor social.

Quanto ao fator profissional, minhas inquietações profissionais e acadêmicas remontam à graduação em Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Na disciplina intitulada “História, Memória e Documento”, surgiram as primeiras questões sobre a relação entre Memória e História e a importância informacional e social dos diversos suportes documentais, tais como: livros, filmes, relatos ou história oral e afins. A partir desta disciplina, empreendi estudos, conversas com professores e orientador, que constituíram na minha monografia, intitulada “Entre Mnemosyne e Thanatos: uma análise dos monumentos fúnebres como recurso informacional”.

A monografia discorreu sobre a importância dos suportes, ditos “não convencionais”, e sua análise sob uma perspectiva biblioteconômica. Especificamente, abordei os monumentos fúnebres e como estes possuem um alto teor informacional, comprovado pelas ferramentas de representação descritiva, indexação e disseminação seletiva da informação (DSI), visto como uma possibilidade de divulgação deste suporte, além de propiciar diversas pesquisas de acordo com as necessidades do pesquisador, que poderia solicitar informações de cunho político, psicológico, artístico, histórico, entre outras campos do conhecimento. Em resumo, os monumentos foram tratados como uma importante fonte de pesquisa, no mesmo patamar dos livros, audiovisuais e demais suportes.

Ao perceber que o tema da monografia proliferava em inúmeras possibilidades de pesquisas, mantive meu interesse em desenvolver a temática dos monumentos, o que me levou ao mestrado em Memória Social na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no qual determinadas questões adquiriram importância para o meu trabalho, principalmente o reforço do caráter social que os monumentos possuem, por serem perpetuadores de memórias, e possibilitarem reflexões sobre a visão patrimonial e traumática que este suporte carrega. Isso, por sua vez, trouxe para os estudos a questão da relação dos fatores emocionais, técnicos, informacionais e profissionais vislumbrados desde a graduação.

Por conseguinte, alguns problemas incitaram o desenvolvimento da dissertação: por que o homem diante da morte sente necessidade (ou pelo menos tenta) eternizar na memória aqueles que já morreram ou o próprio imaginário da morte, por intermédio dos monumentos?; quais são as relações de poder institucionalizadas no processo de construção destes monumentos?; e, por consequência, como estas memórias, perpetuadas pelos monumentos afetam o

indivíduo e a sociedade? Perpassa essas questões o entendimento de que o perpetuar de memórias implica a bidimensionalidade entre a intenção de narrar algo e a possibilidade de gerar pesquisas, transformando os dados colhidos dos relatos, incrustados nos monumentos, em informação para a contemporaneidade.

Diante do exposto, o objetivo geral da pesquisa foi pensar a constituição dos monumentos e seu teor fúnebre, e como estes podem perpetuar os registros que denotam a influência de determinadas instituições na constituição da sociedade por intermédio da memória social. Alguns objetivos específicos se apresentam, sendo eles: analisar a dimensão narrativa e informacional dos monumentos; refletir sobre os efeitos da memória por intermédio dos monumentos; e examinar as “aflições mnêmicas” oriundas dos traumas ou do tabu da morte, no entendimento de que estas aflições estão inscritas nos monumentos. Ademais, reforçar que os múltiplos olhares possíveis diante dos monumentos fúnebres demonstram que os mesmos retratam, de um modo muito particular, a sociedade contemporânea.

Quanto à revisão de literatura, reforço o já mencionado sobre minha motivação profissional, pois as discussões sobre os monumentos, no seu viés informacional, são precárias, tendo uma breve abordagem na área da representação descritiva de objetos tridimensionais contemplados pela *Anglo-American Cataloguing Rules* (AACR₂). Quanto à temática dos monumentos de cunho fúnebre, há trabalhos que abordam por diferentes vieses a questão da morte, não raro utilizando-se dos monumentos. Dentre eles, destaco o de Franco (2009), que aborda o imaginário fúnebre, especificamente pelo relato dos coveiros ou, como alguns preferem ser chamados, sepultadores; o de Ariès (2012), de viés histórico, que elabora uma historiografia da morte; o de Ernst Becker (2010), cuja abordagem psicológica se aprofunda na morte como algo a ser negado constantemente no nosso cotidiano, o viés representacional de Ginzburg (2001) e para não nos estendermos, nas muitas possibilidades, há o viés da arquitetura e da musealização, o trabalho de Nogueira (2013), dissertação defendida no próprio Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO.

Os monumentos trazem ou propiciam algumas discussões nos trabalhos mencionados, porém não são o foco principal de estudo, o que reforça meu interesse em tratar deste suporte de forma mais aprofundada, discorrendo sobre os monumentos fúnebres e as várias questões que os envolvem. Sendo assim, a metodologia de pesquisa aplicada é o procedimento

exploratório-reflexivo, com o qual analisei os monumentos localizados no Cemitério São João Batista, em Botafogo. Aliei a observação *in situ* ao recurso fotográfico, para propiciar uma triangulação entre observação presencial ou pesquisa de campo, análise imagética, e pesquisa bibliográfica, sendo esta tripla relação crucial para explorar o teor histórico e cultural registrado nas fotografias, ajudando-nos a não nos tornarmos reféns de um suporte que retrata o mundo real de forma bidimensional e não tridimensional (LOIZOS, 2002).

Utilizei os recursos imagéticos no decorrer da dissertação e não num capítulo específico, de forma a homogeneizar a análise imagética dos monumentos com o texto, ao invés de engessar a análise num capítulo à parte, o que poderia propiciar possíveis perdas para a pesquisa, tal como a quebra de reflexão conceitual, quebra de linearidade do texto e morosidade do mesmo, uma vez que um capítulo condensado com as imagens utilizadas teria que retomar alguns conceitos empregados para fins de evidenciação e reforço conceitual da pesquisa.

No primeiro capítulo, apresentam-se algumas considerações sobre o diálogo entre a morte e a memória, no entendimento de que a morte implica em processos de construção de memória. Uma discussão e panorama sobre os suportes de que a morte se utiliza para se comunicar com a sociedade nos direciona para os dois planos nos quais somos constantemente questionados: no plano individual, quando morreremos, e no plano social, quando significamos o morrer (REIS, 2005, p. 20). Após situarmos estas questões, poderemos abordar a apreensão social da morte, tendo como base conceitual os quatro empregos das noções de morte propostos por Schumacher (2009), a saber: morrer, mortalidade, falecimento (ou ser na morte), e estado de morte. Assim, dispomos de algumas balizas para pensar sobre as atitudes humanas diante da morte.

A discussão abre terreno para duas questões: o trauma e o tabu. O trauma corrompe as memórias do sujeito ou os “arquivos mnésicos”, bem como impede os registros de experiências devido a dificuldade de produção de significação (FARIAS, 2008). Entretanto, o trauma pode possibilitar a elaboração de uma memória criativa na reconstituição de vivências (FARIAS, 2008). É a partir desta fundamentação sobre o trauma que se pretende investigar o impacto de acontecimentos que, mesmo interferindo no psiquismo das pessoas, ainda permite que os traumas sejam inscritos, mesmo que de forma oculta, nos monumentos. Entende-se que

a própria existência de um monumento fúnebre já é a tentativa (ou pelo menos indício) de elaboração dos traumas ligados a questão da morte.

Assim, as alusões traumáticas, inseridas nos monumentos, permitem pensar sobre nossas aflições que, muitas vezes, são passadas de geração a geração, fazendo os monumentos atingirem a função de porta-voz de traumas transmitidos pela memória. A influência das instituições também pode contribuir para o entendimento destas “aflições mnêmicas”, ou seja, o poder que os monumentos têm de perpetuar e comunicar feridas institucionalizadas na sociedade. E por este caráter social que o trauma adquire em ser narrado e transmitido pelos monumentos, podemos refletir seguindo o conceito de trauma transgeracional de Gerlach (2011).

Em complemento às perspectivas adotadas no decorrer da dissertação, o trauma também se mostra como um instigador para investigarmos as atitudes do homem. Pois se “o trauma é a impossibilidade da narração” (ASSMANN, 2011, p. 283), depreende-se que as implicações traumáticas relatadas nos monumentos podem apresentar aspectos que foram inassimiláveis para o morto ainda em vida, para seus íntimos ou outros indivíduos que compartilham das mesmas feridas mnésicas, ou seja, os relatos e as informações de que nos apropriamos dos monumentos fúnebres em geral só nos são possíveis, em grande parte, devido à interpretação do trauma feita por terceiros. Em complemento, tem-se a discussão sobre o tabu, visto como algo normalizado dentro de uma cultura, porém paradoxalmente inabordável, uma vez que a morte é algo que permeia a sociedade, mas evita-se tocar no assunto, em seu sentido de aflições potenciais a um sujeito, perda de um ente querido e afins.

A discussão sobre o conceito de angústia (HEIDEGGER, 2005), também nos serviu de auxílio para entendermos o psiquismo do ser humano sobre as constantes indagações acerca dos enigmas que a morte nos apresenta (quando morreremos e o que significa morrer), propiciando atitudes que, por questões meramente didáticas, podemos dividir em dois planos. No plano individual, temos os chamados “estágios da morte” Kübler Ross (2008), a saber: negação, raiva, depressão, barganha ou negociação e aceitação; porém no plano social temos a contribuição de Ariès (2012) e Landsberg (2009) que discutem as atitudes do homem diante da morte, constituídos em: consciência da morte, morte de si, morte do outro e morte do íntimo.

Diante do exposto, podemos nos debruçar sobre a consequência da relação do homem com a morte: os discursos de negação. Esses discursos se apresentam mediante duas abordagens, tal como Franco (2010) enfatiza: o viés do ridículo e o viés do sinistro, ou seja, desenvolvem-se atitudes que demonstram inquietação com a morte; atitudes que comunicadas permitem constituir e perpetuar memórias. Tendo em vista que a relação entre morte e memória é extremamente entrelaçada e costuma dialogar de forma híbrida nos e através dos suportes, cabe-nos discorrer um pouco sobre as características da memória e como esta se relaciona com a morte.

Se para haver memória tem de haver embates entre lembrar e esquecer ou evocação no presente daquilo que já não se encontra aqui e agora, então a morte é um estímulo (e desafio) para as operações da memória, entendendo que esta se constitui na esfera social, tal como será discutido no presente capítulo. Sendo assim, cabe-nos algumas fundamentações sobre o campo da Memória Social, por exemplo, refletir sobre sua intencionalidade de se perpetuar, seja de forma voluntária ou involuntária na sociedade (LE GOFF, 2012). Em aditamento à definição de memória proposta por Jacques Le Goff, pretende-se aprofundar sobre suas características, por exemplo, a circunstancialidade e intencionalidade da memória (DODEBEI, 2005) e sua relação com o conceito de identidade definido por Pollak (1989, 1992).

No segundo capítulo, discorreremos sobre um campo no qual Thanatos e Mnemosyne trilham juntos: os monumentos fúnebres. Logo, o conceito de monumento (e sua empregabilidade) se faz necessária, tendo como guia os apontamentos de Le Goff (2012) e Assmann (2011). Sendo assim, os monumentos, neste caso escultóricos, incita-nos a colocar em prática nossas observações segundo uma tipologia de perspectivas ou olhares: o olhar geográfico, o institucional, o dos nativos, dos monumentos em si, e o olhar do pesquisador. Esta divisão prática entre os tipos de observações é útil para entendermos a complexidade de se analisar *in situ* os monumentos fúnebres, pois apesar de não esgotar nossa curiosidade investigativa em uma única pesquisa, ela nos permite verificar as diversas possibilidades no qual os monumentos se relacionam como um mediador, entre as interferências das instituições na sociedade e a participação das pessoas na constituição do mesmo. Seriam, os monumentos suportes de memórias e, como tais, refletiriam o corpo social, fomentando não só a construção de identidades, mas as atitudes sociopsíquicas com relação a morte?

Diante do exposto, pretendeu-se estabelecer quatro operações para a memória: a construção da memória, lugares de memória, memória vicária e memória subterrânea, vistas como fundamentais para a análise dos monumentos fúnebres. Autores como Pierre Nora (1993) com o conceito de lugares de memória, Aleida Assmann (2011) para adentrarmos mais na questão da construção da memória, Beatriz Sarlo (2007) com a discussão sobre a memória vicária, e Michael Pollak (1989, 1992) sobre a memória subterrânea, contribuem para o entendimento de como a memória opera em harmonia com a morte nos monumentos fúnebres além de reforçar alguns apontamentos já apresentados nos modos de olhar os monumentos.

No terceiro capítulo, após a exposição dos monumentos, suas características e os processos que atuam na constituição de suas memórias, pretende-se analisar duas funções dos monumentos. A primeira, inerente à construção dos monumentos, é sua narratividade, a segunda função, é ligada aos processos de apropriação. A distinção entre as duas potencialidades, narrativa e informacional, dos monumentos se fundamenta em analogia ao desenvolvido por Dodebei (2003) sobre os arquivos, que narram através de sua unicidade (organicidade) e informam quando suas peças são analisadas isoladamente (DODEBEI, 2003, p. 72).

Na interpretação dessa funcionalidade, recorri a algumas indicações de Walter Benjamin (2012) a respeito da relação (que para ele assumiu dimensões trágicas) entre narração e morte. Entendo que os monumentos narram para a posteridade as perdas e glórias acerca do morto ou das instituições que incrustaram seus símbolos nos monumentos, iluminando aspectos culturais da sociedade que intencionalmente ou não são perpetuados para as gerações seguintes, como se fossem baús repletos de uma riqueza inestimável: a experiência. Nesse caso, a própria ausência de símbolos pode ter a intenção de nos narrar algo, as diferenças visíveis de investimentos ou localização dos monumentos, a escolha de símbolos ou o modo como estes se apresentam – o olhar, a disposição das mãos, os itens – serão considerados na pesquisa.

Quanto ao potencial informativo, Le Coadic (2004), Varela (2007) com o auxílio de Foucault (1979), fornecem subsídios para pensar sobre a constituição da informação e como esta se dá na sociedade, possibilitando não só a disseminação da informação, mas também a geração de saber ou conhecimento. Foucault também auxilia a pensar o saber e como as informações se

perpetuam com status de verdade na sociedade, que por sua vez tem implicações para o entendimento do que está em jogo nos monumentos como um recurso informacional, já que as relações de produção são por assim dizer internas aos discursos e as práticas de produção de sentido.

Assim, o potencial narrativo e informacional apresentado ressalta o teor social dos monumentos. Pode-se dizer que as ressonâncias das narrativas, observadas nos monumentos, e as apropriações que fazemos dos mesmos (ou a informação que contextualizamos), são dois motivos que por si só demonstram que os monumentos podem ser considerados patrimônios (GONÇALVES, 2002). Logo, os monumentos designam uma ‘política monumental’, pois as escolhas implicam em dicotomias do tipo exclusão x inclusão, lembrar x esquecer e, por conseguinte envolvem múltiplas relações de poder exercidas antes, durante e depois da edificação de um monumento fúnebre. Influências das instituições – Família, Igreja, Estado - por si só demonstram a existência política dos valores monumentalizados (ou, eventualmente, desmonumentalizados. Leituras de Michel Foucault (1979) e Andreas Huyssen (2004) orientam essas discussões.

Nas considerações, apresentamos as discussões sobre a relação da morte e da memória diante do suporte mnêmico estudado, bem como as reflexões sobre a narrativa e a informação, campos que interagem entre si na edificação dos monumentos. Em aditamento, pretende-se apresentar algumas questões sobre as marcas da morte nos monumentos e, por que não, a monumentalização da morte e seus reflexos (ou interações) com o corpo social, além de evidenciar a necessidade de elaborar seus traumas sobre os efeitos que a morte pode ocasionar, bem como lidar, por exemplo, com a angústia da perda. Em resumo a discussão que se apresenta na dissertação, ao mesmo tempo em que objetiva esclarecer e resolver questionamentos, também possibilita o surgimento de novas interrogações, uma vez que os monumentos ou os processos de monumentalização da morte constituem um ambiente rico de perspectivas a serem desbravadas.

2 O DIÁLOGO ENTRE THANATOS E MNEMOSYNE: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

“O terror e o temor são despertados somente pela imagem da morte na consciência dos vivos. Para os mortos não há temor nem alegria” (ELIAS, 2001, p. 53).

Ao iniciarmos nossa viagem intelectual sobre os questionamentos existentes na relação da morte com a memória, uma resposta, mesmo que seja proferida por nosso senso comum, nos declara a seguinte sentença: o diálogo da morte com a memória nos provoca, nos comunica alguma coisa. É natural termos nossa própria definição da morte e, de sua relação com a memória, pois podemos evocar várias premissas que justificam o teor comunicativo desta relação, que além de complexa é bastante delicada. Esta relação nos faz pensar que a visão da morte se mantém entre os vivos seja pela falta que um ente querido faz, seja pelas informações de tragédias fatais que nos são divulgadas pelos meios de comunicação (televisão, internet, rádio), seja por nossas crenças religiosas, implicações descritas no código penal, enfim a morte se pronuncia de várias formas por vários meios.

Entende-se que a “política” eleita pela morte para se ‘manter viva’ na sociedade é o uso da memória. É nesta relação de hibridismo que a morte em consonância com a memória se mantém e se atualiza na sociedade e na mente de cada pessoa. A mentalidade que a morte impregna a sociedade por intermédio de cultos, leis, medos ou pela simples informação que nos chegam num jornal da manhã advém da sua relação com a memória e as qualidades que a mesma detém: preservar, perpassar, armazenar, auxiliando-nos na propagação do que entendemos sobre a morte. Sendo assim, as qualidades do deus da morte Thanatos aliadas à personificação da memória com Mnemosyne necessitam de meios para se propagar, ou seja, é fundamental a existência de suportes para que a morte se propague pela memória.

Suporte. Palavra de origem francesa, que em geral designa um objeto que tem a finalidade de sustentar, firmar algo. A própria palavra implica em várias designações de acordo com a área de conhecimento. Entretanto, podemos eleger a seguinte definição: “material em que é armazenada uma informação, uma imagem, etc.” (GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL, 1998, p. 5542). Ao pensarmos esta premissa, podemos tornar visível a importância que um suporte possui em armazenar – propriedade da memória – uma

informação, uma imagem, etc. (sobre as questões pertinentes ao campo da morte). Assim, os suportes que se utilizam das propriedades da memória para comunicar sobre a morte, são diversos: música, filmes, teatro, esculturas, livros, dentre os quais podemos citar alguns destes exemplos a seguir

Nas músicas, temos criações que nos remetem ao lúgubre, a evocação da morte. A marcha fúnebre é uma das músicas clássicas que retrata esta questão, pois a sensação no terceiro movimento da sonata nº 2 para piano em Si bemol menor de Frédéric François Chopin temos um hino dedicado à morte, muito utilizado nos funerais. Réquiem é a denominação dada para algumas composições musicais utilizadas em honra aos mortos, como Mozart, outro grande compositor da música clássica. Percebe-se que a música torna-se um suporte para transmitir nossas memórias, nossa cultura e mentalidade, proporcionando o ressoar sobre como nós pensamos e agimos diante de nossas indagações sobre a morte.

Trazendo a discussão para o contemporâneo, podemos destacar vários estilos musicais (ou musicais-comportamentais) que tematizam as inquietações ou mesmo fascinações do ser humano com a morte. Na vertente musical designada *Heavy Metal*, ou no português metal pesado, temos inúmeras criações musicais que falam da morte em seu sentido biológico, social, histórico, mitológico, enfim encontra-se até uma ramificação deste estilo de música que trata especificamente da morte: o *death metal*, em que ritmo, harmonia, letra e vocal evoca representações que o ser humano tem diante da morte, muitas vezes descrevendo até a decomposição biológica do corpo humano nas letras musicais.

Das representações auditivas podemos ampliar nossa percepção para o campo do audiovisual. Filmes como *Carruagem fantasma* (*Körkarlen*, 1921), do diretor sueco Victor Sjöström, retratam de forma magistral as diversas narrativas sobre a morte e como estas se perpetuam na sociedade, gerando e consolidando mitos e lendas sobre a mesma. *A beleza do diabo*, ou *La beauté du diable* de 1950, de René Clair, aborda nosso temor da morte pela perspectiva do tempo, especificamente pela brevidade do ser humano no mundo, quando mostra o professor Fausto velho, cansado, porém inquieto com o pouco tempo de vida que lhe resta em detrimento do muito que há de se conhecer no mundo, sendo que o mesmo resolve por meio de um pacto com o diabo – ofertado por Mefistóteles – recuperar a sua juventude em troca da sua alma.

Seguindo a descrição de alguns suportes que tratam do *memento mori* ou lembrar-se da morte, não podemos silenciar a voz dos livros, que ecoam desde os tempos primários da grafia as nossas perturbações e a imagem que temos da morte. Um exemplo, em certa medida, atemporal são os chamados textos sagrados, os quais podemos citar a Bíblia não só como o livro mais lido no mundo, mas como um “tratado sobre as questões da morte e pós-morte”, pois nela encontramos escritos que definem como se portar em vida para termos um *post-mortem*, ou segunda vida, conforme o conceito de ressurreição empregado pelo Cristianismo, evidenciando punições e premiações no *post-mortem* de acordo com os feitos em vida.

Nas esculturas, temos vastas representações da morte e do imaginário que a cerca, no qual podemos citar artistas como Rodin e sua escultura intitulada *porta do inferno*, também vale complementarmos com a escultura de Lorenzo Ghiberti intitulada *porta do paraíso* esculpida no século XV, cujo nome da escultura inspirou a criação posterior de Rodin mencionada há pouco. Não podemos ignorar as diversas expressões fúnebres encontradas nos túmulos, com o intuito elementar de perpetuar a memória do morto, ou seja, temos a memória e a morte em constante diálogo na e pela sociedade, em diversos suportes, de forma diacrônica, demonstrando que “a morte é um problema dos vivos” (ELIAS, 2001, p. 10).

Após a exposição dos suportes que se utilizam da memória social para comunicar sobre a morte, cabe-nos dedicar um tempo na tentativa de discorrer sobre estes diálogos e como podemos observar algumas práticas sociais em que a morte, unificada a memória, se faz presente, se materializa. Logo, é crucial que nos dediquemos sobre as bases conceituais que indagam sobre a morte e memória, no entendimento de que estes dois campos atuam na constituição e legitimação da nossa cultura, nossas atitudes, discursos, identidade, ou seja, são as bases de nossa sociedade.

2.1 A enigmática voz de Thanatos

A sociedade nada mais é do que um demiurgo perante a onipotência da morte. Desenvolvemos diversas criações que se constituíram como culturas, entendidas como um processo de progressão intelectual – porém não necessariamente evolucionista - e social da humanidade, de forma a indicar o homem fazendo-se a si mesmo (BARRETO, 1986, p. 239 apud MALHANO, 2002, p. 33), pois constantemente surgem novos tratamentos e remédios

com o intuito de “driblar” a morte, gerenciamos nossas vidas perante a correria do presente no qual a contemporaneidade nos obriga a dar conta de muito em pouco tempo e ainda obrigamos a barganhar com Cronos um pouco mais de tempo para pensarmos no futuro, planejarmos mais conquistas numa sociedade cuja economia e ideologia política sempre acionam o discurso “estamos em desenvolvimento, em constante evolução”. A transitoriedade da vida é apagada pela sua rapidez, que não percebemos mesmo diante do espelho aquela que a todos acompanha: a morte.

A morte é onipotente, a tudo e a todos subjuga, a uns mais cedo, a outros mais tarde; a morte finaliza todos os nossos feitos, observa o último respirar de um animal selvagem, o fim das civilizações que agora só numa parcela ínfima podemos ter contato pela história, sob a ótica de historiadores e demais pesquisadores (LE GOFF, 2012). A morte, tal como o tempo, sempre ronda a todos nós. O tempo a todo o momento nos acompanha próximo, nos persegue, a morte nos segue de longe, nas sombras, apresentando-se apenas quando o tempo esta para se afastar de nós. A aparição da morte sempre nos intriga nos fascina, nos estremece, nos enriquece, porém a sociedade depois de todas as suas experiências com a morte, não chega a um discurso oficial e universal do que se entende sobre a mesma, esta continua a perpetuar sua voz enigmática.

2.1.1 Os dois enigmas primordiais

A morte se imprime memorialmente na sociedade por intermédio de vários suportes, devido à necessidade que o homem tem de tentar explicar, sanar suas inquietações, seus receios e suas dúvidas sobre esta temática tão intrigante. Diante de tantas incertezas, admite-se que o homem se interroga sobre dois enigmas fundamentais conforme Reis (2005, p. 20) salienta: “no plano individual, o momento em que nossa vida será interrompida, e, no plano coletivo, o que pode significar o morrer”. Estes são os enigmas primordiais que nos seguem desde a gênese humana. Quando vamos morrer? E o que significa morrer?

No plano individual, o homem cria suas resistências, nega a morte em suas atividades cotidianas, muitas vezes evita tocar no assunto, nos ditos populares o homem foge da morte tal como “o diabo foge da cruz”, e só fala a respeito quando é inegavelmente necessário ou por meio de eufemismos. No plano social, a sociedade se desenvolveu na busca, talvez eterna,

de descobrir o que é a morte e como manipulá-la. Significamos o campo da morte pela constituição e uso que fazemos das instituições, por exemplo, as doutrinas religiosas, no qual ancoramos o terror e o temor que afetam a sociedade em prol de estabelecermos nossas defesas por uma resposta ou crença de não finitude humana.

Pensando em estruturar conceitualmente as indagações que afetam o homem e a sociedade, Bernard Schumacher em seu livro *Confrontos com a morte* (2009) propõe quatro empregos da noção de morte, para pensarmos o homem e sua relação no plano individual ou social com a morte. Os quatro empregos são: “o morrer ou a agonia, a mortalidade, o falecimento ou o ser na morte e, finalmente, o estado de morte que se segue ao falecimento.” (SCHUMACHER, 2009, p. 29-30). Esta conceituação sobre a morte é útil para entendermos como a morte se apresenta na sua relação com o homem. Por exemplo, no primeiro emprego citado, a palavra “morrer” refere-se à vida do indivíduo em seu limiar, no momento em que a morte cerca a pessoa com algum problema que pode dar fim a sua vida. Esta fase pode durar anos ou mesmo ser instantânea, por exemplo, pessoas que sofreram de um infarto fulminante.

O segundo emprego, a mortalidade, é o estado de todo ser humano vivo, o simples fato de sabermos da nossa finitude ou como Rodrigues, J. (2006, p. 19) bem descreve: “a consciência da morte¹ é uma marca da humanidade”. Saber que vamos morrer nos identifica como ser humano, nos torna ciente de nossa própria mortalidade ou finitude, pois esta qualidade somente pertence aos seres humanos, provocando reações diversas, no qual podemos citar nosso imaginário. É no imaginário proporcionado por nossa mortalidade que constituímos “influências determinantes de nossa maneira de viver, interagir, agir e compreender o mundo e a vida.” (GAMBINI, 2005, p. 146).

O terceiro emprego da noção de morte é o falecimento, ou seja, o ser na morte. Neste momento podemos exemplificar com os pacientes em fase terminal, no qual todo o esforço médico nos processos de tratamento e possível recuperação do indivíduo se esgotaram. Este é

¹ No estudo etnográfico desenvolvido por Glaser e Strauss (1968), constatou-se a existência de quatro “tipos de consciência da morte”, a saber: a consciência fechada ou ignorância (no qual as equipes médicas mantinham a ignorância do indivíduo a cerca de sua morte iminente); a consciência suspeitosa ou suspeita (em que os indivíduos suspeitam de sua morte iminente e tentam confirmar sua suspeita por intermédio dos médicos e familiares); o silêncio cúmplice (em que todas as partes sabem da morte iminente, porém não a reconhecem; e a consciência aberta ou lucidez (no qual todos reconhecem e aceitam a iminência da morte). Para mais detalhes, ver Enciclopédia da morte e da arte de morrer (2004).

um momento complexo por envolver escolhas por parte do paciente e seus familiares. Decisões como: manter ou não manter o tratamento ao paciente terminal? Diminuir progressivamente o uso de aparelhos médicos até chegar ao ponto em que tudo é desligado e espera-se o fim de uma vida? Estas decisões são muito delicadas e, por conseguinte atinge as esferas mais altas da política de um Estado.

No Brasil as decisões que levam a prática de *eutanásia* são consideradas ilegais acarretando em processos jurídicos em que os médicos que tratam do paciente, o hospital em si e os próprios familiares podem responder segundo o previsto no artigo 121 do Código Penal Brasileiro. Em aditamento, o agente que facilitou a prática da eutanásia pode responder por induzimento, instigação e auxílio ao suicídio tal como o configurado no artigo 122 do mesmo Código Penal Brasileiro (BRASIL. Decreto lei nº 2848, 1940). Além das questões jurídicas, podemos citar os preceitos religiosos que, no caso das religiões cristãs, pregam o suicídio ou o homicídio como um pecado passível de punição, sendo os suicidas portadores de um pecado imperdoável.

Ambas as diretrizes, legislativa e religiosa, constituem o modo como é tratado o momento de falecimento do indivíduo, apesar das atualizações feitas no código penal e do acompanhamento feito pela Igreja, o falecimento ou o ser na morte ainda é motivo de inúmeras discussões. Podemos ilustrar, a título de mudanças comportamentais diante desta qualificação da morte, o processo de legalização da prática da eutanásia recentemente em vigor na Bélgica, sendo o segundo país europeu a adotar esta medida – depois da Holanda – conforme o canal G1 de notícias da internet (BÉLGICA LEGALIZARÁ A EUTANÁSIA PARA MENORES DE IDADE, 2014). Estas questões demonstram o quão complexo e dinâmico são as abordagens sobre o falecimento, envolvendo questões políticas, jurídicas, culturais e religiosas.

O último emprego proposto sobre a morte é o estado de morte ou o pós-falecimento, quando o ser se encontra definitivamente morto. É neste momento que nós, os vivos, nos deparamos com o ápice de algumas atitudes e crises existenciais. É no estado de morte que vivenciamos na prática os nossos temores, por vermos a olho nu que o homem é um ser finito. Neste momento nos interrogamos sobre a temporalidade da morte e nos questionamos sobre o que é morrer ou mesmo nos apoiamos nas defesas sociais que criamos sobre a morte, dito de outra

forma, o estado de morte incita ao mesmo tempo os dois enigmas centrais que seguem o ser humano.

Ao apresentarmos as bases conceituais sobre a morte, entende-se que esta é uma temática que nos causa certo desconforto, apesar das discussões científicas e dos avanços da medicina que a todo instante tentam nos livrar das garras da morte. Esta temática ainda recebe um tratamento delicado, pois tanto no que concerne ao nosso morrer quanto à consciência da nossa mortalidade, qualificamo-la ao status de tabu. Como vimos, estas noções conceituais da morte se justificam devido aos questionamentos primordiais que seguem o homem como se fossem à sombra do nosso corpo. Os enigmas que nos movem e as conceituações que formulamos sobre a morte, incita-nos a pensar sobre o que motivou a gênese dessas questões, dito de outra forma, como as questões “quando vamos morrer?” e “o que significa morrer?” propiciam a manutenção da morte por intermédio de um núcleo denso e complexo chamado angústia?

2.1.2 Trauma e tabu: a constituição da angústia da morte

O núcleo citado à pouco, será perscrutado diante das discussões conceituais sobre trauma e tabu. Para iniciarmos esse caminho, vale dedicarmos algumas palavras sobre a gênese conceitual da palavra trauma. Entende-se, segundo Endo (2013, p. 43), que o conceito de trauma psicológico advém “do conceito de trauma físico, que pode ser definido pela invasão e golpeamento de um agente externo sobre o corpo físico, que por efeito desse mesmo golpe, é lesionado, ferido ou machucado”. Sendo assim, percebe-se que o conceito de trauma tem em sua raiz conceitual a problemática de algo externo que danifica o indivíduo. Em aditamento, diversos autores entram em consenso ao afirmar que o trauma, seguindo a perspectiva psicológica, é um núcleo, o cerne de um acontecimento ou experiência vivida pelo sujeito que gera rupturas no psiquismo, ocasionando num excesso de difícil simbolização e construções de lacunas na memória (FARIAS, 2011; MORENO; COELHO JUNIOR, 2012; BOHLEBER, 2007; ASSMANN, 2011; SELIGMANN-SILVA, 2008).

O conceito de trauma em questão, está sendo aplicado sobre o viés da impossibilidade ou dificuldade de lidar com a morte. Os traumas oriundos da morte, não investem contra a finitude humana em si, mas contra a nossa incapacidade de explicar, e por vezes lidar, com os

enigmas que nos constituem e nos cercam (GONDAR, 1994), dito de outra forma, é a desproporção causada pelos enigmas “quando morreremos” e “o que significa morrer”, que podem ocasionar essa dificuldade de simbolização, em resumo, o trauma. A morte, como aquela que nos ronda incessantemente, também é aquela que nos afeta por intermédio do trauma, sem, necessariamente, ocasionar a morte ao mesmo tempo em que nos motiva a enfrentá-la.

Esses enfrentamentos são justificados pela existência dos inúmeros suportes já mencionados (músicas, esculturas, audiovisuais, danças, textos e afins), numa tentativa de elaboração dos traumas oriundos da nossa relação, sempre enigmática, com a morte. No caso dos ritos e cerimoniais religiosos, percebe-se uma complexidade dedicada aos cuidados com o corpo do morto: o morto deve estar quimicamente conservado; após esses cuidados, coloca-se o morto num caixão, enterra, e constrói-se monumentos em memória não só do morto, mas daquilo que o mesmo representava em vida, seja por seus valores, como por valores construídos por terceiros sob a imagem do mesmo; desde a morte até a separação do morto, que deixa a sociedade dos vivos – presencialmente falando – para entrar na sociedade dos mortos – e por sua vez tornar-se presente pela memória – na sociedade dos vivos, tem-se uma gama de processos ritualísticos que cercam a morte desde a sua aparição até o afastamento do morto praticado pelos vivos. Entende-se que essas atitudes são respostas da sociedade com o intuito de elaborar e auxiliar a transposição das crises traumáticas pertinentes a nossa relação com a morte (MENEZES; GOMES, 2011).

Diante do exposto, pode-se dizer que o cerne daquilo que nos afeta, a nossa relação com a morte, nos atinge de uma forma que não conseguimos explicar, significar, o que ocasiona numa fragilização do psiquismo, que clama por uma solução, sendo essa desenvolvida por processos de elaboração, dentre os quais citamos a construção de ritos, cerimônias e afins para cuidar do morto e da morte. Nessa elaboração de um trauma que pode atingir a todos nós, é mister considerar a existência da imaginação, como uma ferramenta que nos auxilia na construção de simbolismos para enfrentar o vazio provocado pelo trauma (SELIGMANN-SILVA, 2008). Em exemplo, temos a criação de inúmeras imagens – anjos, quimeras, demônios, espíritos, santos, deuses – cujo intuito é de representar aquilo que nos aparece como irrepresentável. Nesses casos, temos a construção de símbolos externos ao nosso corpo

para representar o vazio provocado por um acontecimento externo, aos nossos olhos, porém que ocorre diretamente em nosso organismo: a morte.

Essas representações são análogas às descritas por Gerlach (2011), ao mencionar em seu artigo que muitos parentes dos sobreviventes ou mortos pelo holocausto marcaram em seus corpos os códigos de barras que os nazistas usaram para identificar os corpos aprisionados nos campos de concentração. Os parentes daqueles que morreram nesses campos, resolveram marcar seus corpos com o intuito de se identificar com seus familiares mortos, além de apresentarem aspectos psicológicos semelhantes ou idênticos ao dos sobreviventes do holocausto: ansiedade, ódio, depressão e afins. Tanto as representações religiosas como as corporais utilizadas pelos parentes dos mortos no holocausto, são vistos como meios coletivos de suportar o trauma, se não da morte em si, pela perda que a mesma acarreta a todos, por mais que cada um enfrente esse trauma de uma forma singular (COSTA, 2011).

Logo, se os meios praticados para lidar com essas especificidades traumáticas são da ordem do coletivo, independente da singularidade na qual cada indivíduo se relaciona com o mesmo, pode-se dizer que toda “traumatização experienciada por uma larga população em um longo período de tempo qualifica-se como um trauma coletivo ou social” (GERLACH, 2011, p. 197, tradução nossa). E a morte não é algo experienciado, pelo observar da finitude do outro, ao mesmo tempo em que nos segue desde a gênese da existência humana? A morte e os questionamentos que ela nos provoca demonstram seu potencial traumático, que por sua vez nos incita a elaborar suas questões inexplicáveis por intermédio da constituição da cultura: crenças, religiões, mitos, monumentos. Em resumo, tem-se um amplo repertório de práticas para lidar com o desconhecido que nos incomoda e ocasiona traumas na sociedade: a morte.

Entretanto, essa rede de práticas para lidar com a morte implica um distanciamento da mesma, que ao mesmo tempo em que é reforçada e afirmada nas práticas sociais que construímos para lidar com a morte, também é afastada das discussões, ocultada e negada de todas as formas. Essa relação paradoxal de criação e negação em torno da questão da morte, independente do potencial traumático que a mesma acarreta, recai num *modus vivendi* do ser humano (BECKER, 2010). Em aditamento, temos a morte como algo cada vez mais difícil de discutir, se relacionar, o que nos faz pensar sobre o campo de atuação do que entendemos como tabu,

ou aquilo que é “inabordável, sendo principalmente expresso em proibições e restrições” (FREUD, 1950, p. 16).

Percebe-se que Freud, em seu livro *Totem e Tabu*, lançado primeiramente em 1913, já discutia em seus estudos esse incomodo - ocasionado pelos enigmas primordiais já citados – e como tais indagações possibilitam a criação de diversos meios de se lidar com aquilo que não entendemos, tornando-nos cada vez mais intimidados pela temática e pelo acontecimento da morte. Não é comum termos o nosso temor da morte despertado quando vemos uma notícia de acidente ou nos informamos sobre a perda de um parente; embora tentemos explicar a morte por intermédio de ritos e religiões, não sabemos espontaneamente como falar ou mesmo consolar uma pessoa que está em fase terminal ou uma criança que passa pelo primeiro impacto da perda em sua vida. Enfim, nossa relação com a morte, ao mesmo tempo em que pode ser traumática, implica na construção de tabus.

Grande parte dos efeitos causados pelo tabu da morte, nas palavras de Blanchot (1991, p. 53) envolve o relato da morte como se “fosse um país inacessível, irreal, fechado a todos, e sobretudo a mim mesmo, e onde, no entanto, permaneci grande parte da minha vida, sem esforço, sem tentação, por um mistério que hoje me surpreende”. Criamos tantos bloqueios, defesas para a morte e seus enigmas, ainda sem respostas, que a tornamos inacessível, impossível de pensar sobre – em si mesmo, em grupos ou mesmo em sociedade – apesar dela fazer parte de nossas vidas, o que faz com que entremos em choque, quando nos colocamos diante da morte novamente, seja pela perda de um ente querido ou simplesmente pela discussão deste assunto constituído como algo delicado ao adquirir o status de tabu.

E aqui tem-se uma nova relação entre trauma e tabu, pois a própria “quebra” dos tabus, ou mesmo a própria existência de um tabu, implica no surgimento de um trauma em potencial. Se temos dificuldade para lidar com um assunto recalcado e qualificado como tabu, ou mesmo se quebramos esse tabu da morte, apresentando novas discussões ou a aceitação de novos modos de pensar e agir, rompendo paradigmas incrustados na sociedade, desvelam-se questões que, em sua maioria são de difícil explicação por parte do sujeito. Esse desvelar dos traumas e das camadas construídas pelos tabus em torno do assunto morte, nos revela o núcleo daquilo que nos incomoda e ressalta o efeito devastador dos enigmas “quando morreremos” e o que significa morrer”: a angústia da morte.

Em síntese: as questões primordiais “quando morreremos” e “o que significa morrer?”, podem ser vistas como motivações que surgem do âmago do ser humano, que por sua vez podem sofrer impactos de difícil ou impossível simbolização - caso dos traumas - ou tornarem-se veladas pelo manto espesso do tabu. Independente dos efeitos que as questões acima ocasionam, esses processos tem na raiz de sua constituição aquilo que entendemos como angústia, ou a reprodução de um estado afetivo, que se forma graças a existência de uma imagem mnêmica (FREUD, 2014, p. 23).

Freud em seu livro intitulado *inibição, sintoma e angústia*, editada pela primeira vez em 1926, já refletia sobre a constituição da angústia, qualificando-a como um afeto, que se constitui por uma experiência, não necessariamente traumática, contudo impregnada no aparelho mnésico do sujeito. Pode-se dizer que, a nossa experiência com a morte, por exemplo, as perdas dos entes queridos, a existência de homicídios, realização de ritos fúnebres e afins – em complemento com o desconhecimento de provas que elucidem os enigmas da morte, é que permitem esses acontecimentos adentrarem em nossa memória, de forma a afetar nosso psiquismo por intermédio da angústia.

Para Heidegger (2005, p. 250) o que caracteriza a angústia “é o fato do ameaçador não se encontrar em lugar algum [...]. Ela não sabe o que é aquilo com que se angustia”. Logo, a morte como algo que não se encontra em um lugar específico, pois atinge a todos de inúmeras formas, e que não se sabe responder a suas perguntas – afinal de contas ninguém possui tal sapiência sobre a morte a ponto de dizer “eu morri” – é por si só um campo propiciador da angústia, em outras palavras, “a angústia manifesta o nada” (HEIDEGGER, 1973, p. 237). Assim sendo, a angústia sobre a morte, pode ser entendida como um afeto construído a partir do nada ou da ausência de respostas para os enigmas, que por sua vez podem ser vistos como processos nadificadores do nada, dito de outra forma, o próprio nada – neste caso o desconhecer sobre a morte – fomenta o processo de nadificar (HEIDEGGER, 1973, p. 238).

O desconhecimento e estranhamento que a questão da morte nos causa, abriga à luz que explica a origem dos traumas concernentes à temática da morte. O trauma, além de ser um acontecimento que promove um impacto desprovido de significação, tem em sua característica, no que diz respeito aos traumas da morte, a impossibilidade de elaboração (FARIAS, 1994), haja vista que nossas bases de entendimento não apresentam respostas

concretas sobre os enigmas que a mesma corrobora. Se há uma frase que resume o efeito da angústia, sobre o incomodo da morte, em nosso psiquismo, podemos citar Freud (2014, p. 26) que diz: “ao cantar na escuridão, o andarilho nega seu medo, mas nem por isso enxerga mais claro”.

O desconhecimento de nossa temporalidade como ser vivo e o que nos espera – se é que algo nos espera – quando pensamos em nosso morrer, são motivadores que nos fazem interpretar o que vemos no mundo e o que pode nos esperar no post-mortem, nos fazem conceituar e tentar entender os vestígios da morte que nos cerca, atitudes essas que impõem à memória, a função de ligar “a tensão permanente da angústia à representação de objeto fazendo história” (BRAZIL,1994, p. 26). Diante do exposto, é possível que tenhamos recursos para entender as reações que o homem adquire perante a presença da morte, seja no plano individual (implicações da morte diante de si) ou no plano social (implicações da morte sobre a sociedade) explicitados a seguir.

2.1.3 Implicações da morte no plano individual e social

Ao investigarmos os enigmas que influenciam o homem em seu plano individual e social por intermédio de suas angústias ou medo do seu presumível não ser, é importante que entremos com mais detalhes sobre o que motiva o homem a ter certas atitudes diante da morte, iniciando nossa investigação sobre o plano individual. Ressalvo que a divisão proposta aplica-se por questões de clareza e didática, pois sabe-se que os dois planos – individual e social – são muito entrelaçados e inerentes, tal como Berger; Luckmann (1995, p. 75) reforçam: “o homo sapiens é sempre, e na mesma medida, homo socius”.

As experiências da psiquiatra sueca Elisabeth Kübler-Ross com os pacientes em estado terminal ou em falecimento, apresentam contribuições essenciais para pensarmos a relação da morte no plano do indivíduo. A psiquiatra nos apresenta cinco “estágios” no qual um paciente terminal passa, sendo eles: negação, raiva, depressão, barganha ou negociação e aceitação (KÜBLER-ROSS, 2008). Assim, vale pensarmos sobre estes estágios que a autora apresenta e levantar algumas considerações. Primeiramente a autora categoriza estes processos como “estágios do morrer”. Como vimos “morrer” é uma das noções utilizadas para entendermos a

morte, e que trata do momento em que a mesma “mostra a sua face”, sendo uma fase cuja temporalidade é enigmática durando segundos ou mesmo anos.

Portanto, depreende-se que o motor do nosso psiquismo é o desconhecimento que cada um de nós tem quanto ao seu tempo de vida, a sua temporalidade em outras palavras, quando vamos morrer. Este enigma nos acompanha de forma latente e manifesta-se quando um acontecimento evoca nosso olhar para o morrer, por intermédio de doenças, acidentes ou outros impactos que despertam o indivíduo para a sua finitude. É neste momento que o saber, nossas histórias naturais – ou em síntese nossas experiências – adquirem uma forma transmissível (BENJAMIN, 2012, p. 224). E neste plano individual temos a morte em conjunto com a memória a se comunicar.

Quando o indivíduo passa por um destes estágios que Kübler Ross elenca, temos um saber potencial, memórias e modos de encarar esta relação dicotômica entre a vida e a morte que podem nos ajudar a entender ou mesmo a enfrentar o enigma que nos corrompe no plano individual que é o quando irei morrer. Estes “estágios do morrer” são dinâmicos, não tendo uma ordem, a priori, em que estes aspectos psicológicos ocorrem. Contudo, independente do estado emocional que o indivíduo adquire perante suas inquietações com o morrer, podemos ser enfáticos quanto à persistência da morte em nos seguir e nos fazer reagir a ela, perpetuando aquilo que por mais que reagimos ainda não sabemos como adquirir: a manipulação da temporalidade de cada um de nós e como devemos nos preparar quando o nosso estado de morte estiver próximo.

Abrindo espaço para as questões pertinentes ao plano social e como a morte interage na sociedade, são inegáveis as contribuições do historiador Philippe Ariés ou *historiador das mentalidades*. O mesmo destaca sobre três atitudes do homem diante da morte: a primeira é a já citada consciência humana de sua finitude, resumida na fórmula *et moriemur*, morreremos todos (ARIÉS, 2012). A segunda, é a importância que o homem dá a sua própria existência, atitude que aparece no século XII, conceituada como a morte de si. No século XVIII com o surgimento do romantismo, entendido como um movimento artístico, político e filosófico europeu de valorização da relação do sentimento com a vida, em que o homem dá um novo sentido para a morte. O indivíduo romântico: “exalta-a, dramatiza-a, deseja-a [...] mas, ao

mesmo tempo, já se ocupa menos de sua própria morte, e assim, a morte romântica, retórica, é antes de tudo a morte do outro” (ARIÉS, 2012, p. 66).

Portanto, temos nestas três atitudes do homem diante da morte meios que empregamos para significar o morrer, visto como um enigma do homem em seu plano social. É diante destas atitudes que assumimos comportamentos, *modus vivendi* em sociedade. A nossa consciência da morte permite-nos elaborar significações, ressignificar o mundo; a morte de si ou do outro permite-nos ancorar nossas fraquezas diante de uma crença religiosa, de uma resolução que nos apazigue. A morte como propulsora da sociedade institui leis, religiões, comportamentos, culturas. Porém, destas três atitudes propostas por Ariès, vale nos atermos um pouco mais na atitude conceituada como a morte do outro.

Podemos verificar duas ramificações diante desta concepção “a morte do outro”: uma concepção mais genérica, que aborda o outro em toda sua amplitude, abrigando pessoas próximas, vizinhos, grupo e sociedade. Aqui encontra-se a proposta de Ariès em sua essência, em que qualquer relação que desenvolvemos com o outro é uma atitude tomada perante as influências da morte no plano social. Na prática, é esta atitude tomada no plano social, que constitui a cultura e o modo como cada grupo encara a morte, no qual podemos citar a existência de inúmeras instituições de cunho sagrado (Cristianismo, Islamismo, judaísmo, Umbanda, Kardecismo, Hinduísmo, Budismo), tradições filosóficas e ou sagradas (Taoísmo, Ateísmo, Existencialismo).

A outra concepção também se refere à morte do outro, porém de forma mais específica: abriga o outro que nos é íntimo, muito próximo e que estabelece trocas que nos afetam com mais intensidade, ao menos com uma intensidade que podemos declarar ou entender de certa forma sua existência, como é o caso da relação do indivíduo com seus genitores, seus filhos, netos que tenham uma afinidade estabelecida, marido, mulher, enfim aquelas relações de sangue ou no qual estabelecemos nossas *afinidades eletivas* (GOETHE, 2003), tal como se intitula uma das obras clássicas de Johann Wolfgang von Goethe. Ao contrário da morte do outro que abriga a todos os homens, a morte do íntimo é mais particular e seletiva (LANDSBERG, 2009).

Esta divisão conceitual da morte do outro, proposta com base nos pensamentos de Ariés, é crucial para adentrarmos com mais fervor na atitude do homem diante do estado de morte. Todos os dias somos rodeados por notícias que nos alertam sobre a morte e suas particularidades. Informes sobre alguém que está morrendo, sobre a possibilidade de morticínio num determinado país, o estado terminal de alguma pessoa ou mesmo sobre o aviso final que oficializa o estado de morte de alguém que muitas das vezes acompanhamos à distância por intermédio das mídias disponíveis em nossa contemporaneidade: telefone, televisão, rádio, internet e com grande repercussão atualmente as chamadas mídias sociais. Estes informes sobre a morte é que podemos conceituar literalmente como a morte do outro, pois nestes casos a morte pode provocar algumas reações, porém em geral são atitudes transitórias, breves que implica no que Huyssen (2004, p. 85) distingue como *empatia catártica superficial*.

Para não nos atermos apenas nas notícias que circulam diariamente nas mídias, vale descrever um caso pessoal para entendermos este conceito proposto por Huyssen. Segundo os relatos de parentes próximos, minha família possui parentes em várias localidades do globo. No Brasil, já ouvi sobre a existência de parentes em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais (estes últimos tenho certeza devido a constantes contatos); além das variações étnicas (italiano, português, russo, polonês, indígena, africano). Deste “mundo de parentes”, vez e outra somos comunicados da morte de alguém próximo. A reação de cada um é diferente de acordo com sua relação sanguínea e as afinidades que elegemos: o estado de morte de um parente aflige seu filho, gera certa comoção por parte de seus parentes próximos e muito provavelmente apenas gerará uma ciência desta morte para outros parentes distantes, que após a notícia continuaram a seguir sua vida instantaneamente após o informado, como se o acontecimento fosse trivial.

No caso citado acima, temos a variação do que definimos em acordo com Ariés a morte do outro (aquele parente que muitas das vezes nem conhecemos pessoalmente e quiçá sabíamos de sua existência) e a morte do íntimo que “é infinitamente mais que a morte do outro em geral” (LANDSBERG, 2009, p. 20). Portanto, vale redefinirmos as quatro atitudes fundamentais do homem diante do estado de morte: a consciência da morte, a morte de si, a morte do outro e a morte do íntimo. Ao olharmos tanto as implicações da morte no plano individual quanto no social, percebe-se o quanto estes “planos” são inclusos um no outro, de

difícil separação, empregada apenas para fins de entendimento quanto a algumas atitudes que o homem desenvolve para sanar seus anseios existenciais perante a morte.

2.1.4 Discursos de negação: as mensagens de Thanatos

Até então, vimos que a morte gera duas inquietações no ser humano: quando morreremos e o que significa morrer. Abordamos algumas conceituações sobre a noção de morte além de definir a angústia como a propulsora das nossas atitudes diante da morte, seja no âmbito individual (segundo os estágios de morrer proposto por Elisabeth Kübler Ross) ou no âmbito social (atitudes do homem com o auxílio de Philippe Ariès). Assim sendo, entende-se que o homem detém em seu poder uma ferramenta singular utilizada para defender e confortar a si mesmo: são os *discursos de negação* (BECKER, 2010).

A morte como promotora das religiões que historicamente nos apaziguam com a possibilidade de um além. Os discursos sobre a morte não necessariamente devem ser vistos como um discurso integral da vida *post-mortem*, mas sim como um discurso de negação. Destes discursos compreende-se a imagem pregada pelo Cristianismo, que olha a morte biológica do corpo apenas como uma passagem do espírito ou *anima*; o Ateísmo, que observa a morte como o último sono no qual nada mais há de acontecer; tem-se a metempsicose, adotada no Egito Antigo e atualmente no Budismo e Hinduísmo; a reencarnação (continuidade consciente da personalidade), também presente nas religiões orientais, no qual podemos citar o Kardecismo como um dos representantes evidentes no Brasil. Ou seja, a humanidade desenvolve discursos de negação, para auxiliá-la nas questões delicadas da morte, fundamentando culturas oriundas de “uma imagem maternal da morte” (RODRIGUES, J., 2006, p. 39).

Diante destes discursos, a sociedade apazigua, nega a morte, fundamenta a sua existência e sua cultura, além de seguir o percurso de sua vida sem os temores e horrores da morte, tal como a citação capitular de Elias. Os propósitos elaborados em discursos religiosos, obrigações sociais (em excesso obrigando-nos a não ter tempo para pensar na morte), o excesso de informações veiculadas nas vastas opções de mídias e comunicações existentes (televisão, telas informativas de trens, metrô, ônibus, praia, ruas, telefone, rádio, jornal, e-mail, facebook, twitter...). Logo, a sociedade cria um aparelho psicossocial imenso, complexo,

denso e capilar que envolve a todos para prover suas próprias necessidades, que advém do simples fato de que todos nós morreremos, oficializando um aparelho colossal de defesa contra a finitude humana.

Se ao elaborar discursos nos resguardamos perante nossas inquietações com a morte, presumi-se que a morte comunica alguma coisa, preserva e perpetua mensagens para o porvir. Para Franco (2010, p. 15): “a morte parece ser abordada de duas formas em nossa sociedade contemporânea: pela via do ridículo ou do sinistro”. Seguindo o raciocínio de Franco, os discursos de negação discutidos a pouco podem ser especificados por estes dois vieses. No primeiro temos o humor negro, as danças macabras², o ridículo. No segundo viés a morte é vista em seu “aspecto natural”, a face que a todos atormenta e aflige, do qual há dificuldades para inserirmos em nossa razão a relação inescapável que todos possuem com a morte.

Pelo viés do ridículo, a morte é disseminada como uma informação trivial, banal, como se o tema fosse livre de aspectos emocionais, com exceção do fator cômico. É na comédia que a mortalha da morte se espalha de forma indolor na sociedade. Quando uma conversa é tomada de um exagero proferimos frases como “morri de rir”, “morreu de tanto trabalhar”, “to morto de cansado”; quando negamos um ato dizemos “não faço isto nem morto”; quando ocorre um término de relacionamento afetivo “fulano morreu para mim”; Também é possível mencionar os vários programas que tratam da morte de forma descontraída, sarcástica, beirando ao ridículo ou mesmo de forma indiferente, no qual podemos citar uma série recente da TV Globo, intitulada “pé na cova”, que trata de uma família cuja renda advém da administração funerária, família esta repleta de atitudes que beira ao *nonsense*, e a morte acaba se tornando algo cômico ou mesmo um tema secundário.

A abordagem pelo viés ridículo da morte sofre de mais um processo: a catarse. O ser humano perpetua seus discursos de negação por intermédio do eufemismo, ao amenizar ou ocultar seus horrores da morte, pela institucionalização de um discurso humorístico que além de negar permite a mitologização da morte (ELIAS, 2001, p. 7), ao criar subjetividades que estabelecem a respectiva defesa catártica contra a morte. É nos programas cômicos, piadas e

² A dança macabra tem sua origem no século XIV, representando no plano social a atitude do homem diante da morte provocada pela peste negra. A morte personifica por esqueletos, conduz pessoas de várias classes sociais a dançar em direção aos seus túmulos (ARIÉS, 2012).

demais conversas com certo teor humorístico ou banal sobre a morte, que podemos nos liberar de toda a tensão gerada sobre a nossa consciência de morte, auxiliando e consolidando no processo de negação da mesma.

No segundo viés, a morte comunica a angústia do não ser (quando morreremos) e o que significa não ser (estado de morte ou pós-falecimento), revigorando o medo que esses enigmas nos causam e nos força a estabelecer nossas defesas. Além dos discursos de negação já mencionados - estágios psicológicos que os pacientes terminais passam ou o apoio social que a família, religião podem nos fornecer – também podemos ver o emprego do eufemismo, aplicado como um alívio das inquietações referentes à morte: As políticas vigentes nas agências de notícias suavizam o massacre de milhares de homens, mulheres e crianças judias com expressões como “solução da questão judaica”; a guerra com os *vietcongs*, suavizada pelas palavras “tomada de colina no Vietnã” (KÜBLER-ROSS, 2008, p. 18); as manifestações que ocorrem no Oriente Médio gerando guerras, mortes, problemas políticos e econômicos sintetizados na denominação “Primavera Árabe”, enquadrando um termo que faz referência às reformas da Primavera de Praga, sem, contudo aprofundar, detalhar os acontecimentos e principalmente as perdas nas manifestações.

Numa descrição do subcapítulo temos: a apresentação dos dois enigmas primordiais da morte (o desconhecimento de quando vamos morrer e o que significa morrer). Em cima destas interrogações, tentamos entender a morte, conceituá-la e com base no incomodo que esta temática nos causa, o homem expõe as seguintes providências: no plano individual, cria defesas psicológicas para lidar com a morte. No plano social, há as atitudes que a sociedade emprega para lidar com a morte do outro, do íntimo. Em seguida, compreendemos que o homem se desenvolve e cria suas defesas devido ao seu medo quanto aos enigmas da morte ou suas angústias. Seguindo a lógica, percebe-se que estas atitudes oriundas de nossos medos são práticas, entendidas como discursos que negam a morte e os afetos que a mesma provoca no homem. Por fim, entende-se que os discursos de negação proferem a morte por meio de duas abordagens: o viés do ridículo e o viés do sinistro.

Prontificarmos em resumir os efeitos da morte em poucas palavras, significa ignorar todas as defesas, influências e criações que a morte proporciona a cada um de nós e a sociedade em si. Entretanto, é possível dizer que a morte, independente de como ela nos afeta, corrobora com a

lembrança de nossa própria morte (ELIAS, 2001). A morte nos lembra de nossa finitude. A memória, tal como um espectro a ecoar a voz da morte, possibilita o controle da balança humana: de um lado lembramo-nos de nossa finitude, o que nos possibilita criar, imaginar, cair em reflexões, decisões cruciais e definirmos rotas para a nossa vida; do outro lado, esquecer a morte nos liberta de seu mais pesado fardo, deixando-nos viver.

2.2 A voz ecoante de Mnemosyne

Para Canetti (2009, p. 30): “as almas dos mortos estão nos outros, nos que ficaram; e lá elas vagarosamente morrem de todo”. A citação nos faz pensar na relação dialógica entre Thanatos e Mnemosyne. Uma relação que evoca a constância que move a todos: vida e morte, lembrar e esquecer. Ao entendermos quanto à impossibilidade de elaborarmos uma busca de tamanho colossal e de vigorosa profundidade arqueológica sobre as questões pertinentes à morte e à memória, situemos num período em que podemos pelo menos iniciar, o destrinchar sobre algumas particularidades referentes à memória, tomando uma civilização conhecida como o berço da filosofia e da política: a Grécia Antiga.

A Grécia Antiga designa uma região cujo valor se dá não apenas pela gênese política e filosófica, mas por sua complexa mitologia e conseqüentes crenças religiosas. Na Grécia Antiga, encontra-se uma amplitude de representações sobre o corpo, em que os ritos e a arte se destacam ao manifestar informações esculpidas em estátuas e templos. Igualmente, mesmo que por intermédio do corpo, temos a representação de inúmeras funções psicológicas, vistas como qualidades pertencentes somente ao psiquismo na mitologia grega: “Mnemosýne, memória, paixões e sentimentos, Éros, Aidós, Phóbos, atitudes mentais, Pistis, qualidades intelectuais, Mêtis, erros ou desvios do espírito, Áte, Lýssa” conforme Vernant (2008, p.136) exemplifica. Depreende-se que as representações de nossas funções psicológicas estabelecem uma relação diacrônica na sociedade.

Das representações citadas acima, dediquemo-nos a memória. Para além dos aspectos psicológicos, a memória também se insere no campo social, como é o caso de sua divinização desde os antigos cultos gregos, até as inúmeras implicações em nossa contemporaneidade, por exemplo, o uso da memória como um “recurso” em diversas relações de poder: discursos políticos, edificações de monumentos que exaltam determinadas pessoas ao mesmo tempo em

que se derruba monumentos que evocam os que se desejam esquecer, transmissão de símbolos e dogmas religiosos. Compreende-se que a memória sofre usos e abusos por parte dos indivíduos, grupos e as instituições, por meio de suportes como: livros, monumentos ou mesmo a propagação de subjetividades o que permite a ebulição de criações procedentes dos embates dicotômicos que envolvem a lembrança e o esquecimento.

Em complemento, entende-se que a memória não é algo passivo, que segue as marés da sociedade. As diversas tramitações, em que a memória faz parte, se não é o *modus operandi* principal utilizado pelos grupos, implica na percepção de que ela também é empregada de acordo com as necessidades do corpo social. Logo, a memória também implica num processo de organização (MALHANO, 2002), elaborado para fins políticos e de construções culturais e identitárias.

2.2.1 Singularidades da memória

Memória, palavra possuidora de inúmeros olhares, modos de análise e conceituações distintas, empregadas em diversas áreas como a Biologia, Psicologia, Ciência da Computação, História entre outras, tendo em comum acordo a seguinte função: recordar, negar o esquecimento. Neste sentido, nos interessa a conceituação sobre memória feita por Le Goff (2012, p.510) que afirma: “a memória é tudo aquilo que pode evocar o passado, perpetuar recordação [...], tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária e involuntária”. Em seguida o autor reforça que as sociedades fomentam a memória coletiva ou social, transmitindo “testemunhos que só numa parcela mínima são testemunhos escritos” (LE GOFF, 2012, p. 510).

Esta característica de perpetuação da memória fica mais clara quando exemplificamos com o livro, fonte de informação fundamental, no qual encontra-se uma memória registrada, fruto de uma informação evocada com o intuito de se perpetuar. Porém, como reforça Le Goff, a memória envia informações que em sua maioria não se encontram nos suportes que se utilizam da escrita, o que demonstra uma possibilidade alta de valor das informações que advém de suportes cuja leitura, a priori, se apresenta de forma mais complexa, nublada e por vezes de difícil decifração, por exemplo, a história oral, ou narrativas míticas, os etnossaberes, monumentos de antigos povos.

Além do argumento acerca do valor, a memória se encontra em constante diálogo com a questão da identidade. O conceito em questão permite-nos mobilizar esforços para entender, em certa medida, a constituição de determinada cultura e tem o apoio de distintos autores, dentre os quais podemos citar Pollak (1992), Huyssen (2004) e Barros; Amélia (2009). Segundo Pollak (1992, p. 204): “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva”. Em aditamento, temos a memória como algo necessário e que regula a sociedade, tal como Barros; Amélia (2009, p. 58) afirmam, pois a memória permite “a edificação e legitimação de uma identidade social”.

Portanto, a memória possibilita o perpetuar de fragmentos que de forma voluntária ou involuntária representam o indivíduo e a sociedade, a partir dos jogos de força que estabelecem suas construções identitárias e pelo próprio jogo de forças entre as memórias que formam o sentimento de identidade. Logo, a memória é ação, é aquilo que se faz presente, atuante e com vistas ao porvir, pois nas palavras de Huyssen (2004, p. 67) a memória nos permite “construir e ancorar nossas identidades e alimentar uma visão do futuro”. De acordo com as reflexões anteriores, temos na memória um meio que possibilita à informação, pois é deste néctar mnemônico que tiramos proveito do que foi evocado no presente para constituir nossa identidade e propiciar ações para o futuro, ou seja, as práticas que se apropriam da memória para construir uma identidade se destinam as próximas gerações.

Em todo caso, podemos vislumbrar por intermédio da memória duas implicações, dentre as quais a primeira é seu caráter circunstancial, haja vista que a memória deriva de um acontecimento singular “ao mesmo tempo em que se tornam múltiplos, quando atualizados ou rememorados na dimensão do coletivo” de acordo com Dodebei (2005, p. 44). Destarte, esta memória circunstancial se viabiliza perante sua singularidade podendo então atingir um status social, sendo que Lucas (1998, p.96) enfatiza: “a memória funciona como espaço de legitimação”. Neste espaço, há constantes disputas entre o singular que se legitima e alcança a dimensão social, e o que “perde” sendo ocultado ou alocado no esquecimento.

A segunda implicação é a intencionalidade da memória, pois a memória jamais é inócua, sendo o resultado de escolhas que se perpetuam desde a geração promotora daquela memória até as gerações futuras, sempre recaindo nas escolhas que possibilitam a manutenção da memória (GONDAR, 2005). Em exemplo, podemos considerar a importância dada pela

sociedade por suas expressões culturais, tais como música, arquiteturas e monumentos públicos. São manifestações que não são escolhidas ao acaso sendo, portanto, perpetuadas pela memória de forma intencional por haver um sentimento de pertencimento e identidade.

Não é a toa que podemos observar as influências da voz de Mnemosyne, a ecoar os interesses de uma determinada sociedade, ecoar num desejo de atemporalidade as vontades daquele que está para morrer, daquele que deixa informações escritas ou em relatos para que os vivos mantenham viva sua memória no *post-mortem*. Por intermédio da memória, podemos visualizar a identidade do morto e da sociedade no qual o mesmo pertence, devido aos ritos empregados pelos vivos diante de seus mortos (ritos islâmicos, judaicos, cristões, hinduístas, umbandistas); atitudes do homem no decorrer de sua mortalidade (reflexões sobre suas crenças religiosas, desenvolvimento de testamentos e consequente constituição do direito de herança); constituição do Estado, que segundo Malhano (2002, p. 39) é: “um conjunto de instituições, decorrente do desenvolvimento de desigualdades sociais quanto ao exercício do poder de decisão e de mando” (porém, evoca a memória de costumes pátrios como exaltação a memória da bandeira, hino nacional, constituição legislativa³, em detrimento das diferenças sociais e minorias). Logo, a memória mesmo que nos bastidores da cena é uma constante, que atua na constituição do homem e do ambiente em que o mesmo se apresenta.

2.2.2 Interloquções da memória com a morte: esquecimento, esvanecimento e ritos sagrados

As discussões apresentadas sobre a memória registram o quanto ela é dinâmica, ativa, capilar e impregnada na sociedade, ou nas palavras de Moraes (2005, p. 92): “a memória social é sempre uma dimensão política”. Sendo assim, a atuação da memória, dotada de seus interesses políticos, não seria diferente quando esta se relaciona com o campo da morte. O homem devido à noção de sua mortalidade, sempre possuiu atos que remetem a sua consciência de finitude, no qual podemos citar como ato pioneiro a prática dos ritos funerários. A dor da perda fez com que o homem desenvolvesse ritos de morte, possibilitando

³Um exemplo interessante de atuação da memória é a constituição do direito intitulado Common Law ou Direito Comum, no qual o sistema jurídico se aperfeiçoa diante das necessidades da sociedade. Nesta forma de direito, a memória instituída por decisões anteriores dos juizes é aplicada no presente. Caso não aja uma decisão jurídica para a questão vigente, os tribunais possuem autoridade para aplicar sua decisão, constituindo uma memória jurídica e aplicável para aquela questão no futuro. Este sistema apresenta-se em países como Estados Unidos, Canadá e ex-colônias do Império Britânico.

a manutenção da memória do morto, sendo estes ritos compreendidos em duas esferas: os ritos de oblação (que engloba manifestações para aquele que acaba de morrer, ou que se encontra no estado de morte), e os ritos de passagem (realizados com o intuito de oficializar a separação do morto para com os vivos e instituir o post-mortem), tal como Jean Pierre Bayard (1996) apresenta em seu livro *Sentido oculto dos ritos mortuários*.

Neste diálogo dos vivos com os mortos, temos a atuação da memória em suas múltiplas faces: na identidade que imprime suas marcas nos rituais para com o morto; a intencionalidade de perpetuação do morto na memória dos vivos; a circunstância da morte em si, que permite a memória se potencializar nos vivos devido à perda do ente querido. Assim, temos na relação entre morte e memória escolhas, conseqüentemente políticas, de como exercer a memória diante do morto além de autenticar uma relação que nasce com os seres humanos. Como exemplo cronológico, temos o enterro sistemático dos corpos que remontam de 100.000 anos a.C., com afirmação do culto aos antepassados; evidências de ritos funerários desde o Neandertal há mais de 60.000 anos (600 séculos); os cemitérios aparecem em 10.000 anos a.C. e a partir de 4000 anos a.C. o homem começa a desenvolver sepulturas megalíticas (menires, dolmens e cromlechs) (BAYARD, 1996).

Com os apontamentos sobre a memória podemos depreender uma postura ou um “complexo de Etáida⁴” desde o início da existência humana até a nossa contemporaneidade, uma vez que temos a memória a encobrir-nos com sua manta constantemente ou pelo menos almejamos, diante da memória, que tudo seja imortal ou eternizado. Porém nestes conflitos que constituem a memória também temos perdas, o que nos apresenta um portão a ser perscrutado: o esquecimento. Presente em todos os locais em que a memória se apresenta, o esquecimento merece algumas palavras, mesmo que iniciais, sobre sua função, relatando uma linearidade cada vez mais crescente na sociedade contemporânea.

Podemos dizer que do outro lado do espelho, para além do reflexo temos a sombra. Algo que a memória não reflete no espelho, porém lhe acompanha como uma forma semelhante e com funções da mesma potência dos atos mnemônicos, cujo nome matriz é esquecimento. Tal como a gênese bíblica que declara o surgimento da luz diante da vasta escuridão que se

⁴ Segundo VERNANT (1990, p. 145): “Etáida, filho de Hermes, ao qual seu pai deu “uma memória inalterável” a fim de torná-lo imortal.”

assentava como um senhor solitário, podemos olhar a memória como algo que advém de perdas. Na luta entre lembrança e esquecimento, o eleito se constitui e se define como memória, em detrimento das perdas que são ocultadas, esquecidas, silenciadas. Logo, do esquecimento se faz a memória, porém esta depende do esquecimento para se fazer presente, o que demonstra um laço estreito e paradoxal entre lembrar e esquecer.

Ao retrocedermos no tempo, verificamos a importância do esquecimento para constituirmo-nos socialmente. Desde os tempos ágrafos, o homem precisava satisfazer suas necessidades básicas – sede, fome, proteger – e, por conseguinte, o homem desenvolveu técnicas, ferramentas para aplacar seus desejos e urgências. A criação de lanças, o “descobrimto do fogo”, as reservas de águas, são exemplos em que a memória propicia a tecnologia na sociedade. Contudo, esta memória se solidificou devido ao esquecimento, pois esquecer implicava na morte por sede, por falta de planos e meios de conseguir alimentos, por não saber (na essência não lembrar) como se proteger. Assim, o esquecimento propiciou a memória e conseqüentemente suas técnicas ou mnemotécnicas, pois tal como Barrenechea (2005, p. 63) enfatiza: “quanto mais esquecido era o homem, mais terríveis eram os tormentos impostos para que ele lembrasse”.

Se por um lado, o esquecimento é necessário para lidarmos com a morte por intermédio da negação, por outro, o esquecimento também pode nos trazer aflições. Logo, os processos políticos que se aplicam à memória também são visíveis nas questões do esquecimento. Tomando como exemplo a Era Romana, temos uma política aplicada como lei para os que desonravam o Estado Romano: a *damnatio memoriae*⁵ “que faz desaparecer o nome do [...] defunto dos documentos de arquivo, e inscrições monumentais” (LE GOFF, 2012, p. 423). Esta política de colocar alguém que cometeu um crime cívico em esquecimento é uma ação atemporal, e podemos observar não só com determinados mortos do Império Romano, mas, diante de outras perspectivas, verificar esta lei do esquecimento ser aplicada em diversos segmentos da contemporaneidade.

Em analogia ao crime cívico intitulado *damnatio memoriae*, podemos observar essa lei sendo aplicada na esfera individual, no qual a política de esquecimento é empregada quando

⁵ Em português “danação da memória”. Aplicado geralmente a elites romanas e imperadores, como Calígula, Nero entre outros.

terminamos um relacionamento, nos traumas, nas desavenças familiares, ou mesmo quando alguém que temos rancor se encontra em estado de morte; pensando nos suportes, temos a *damnatio memoriae* aplicada nas fotografias (que cortamos, alteramos no *photoshop* ou jogamos fora as que possuem alguém ou um momento que não queremos lembrar representada nesta escrita imagética), nas cartas, nos monumentos que remetem a algo ou alguém que a sociedade não compactua ou não deseja lembrar. Com isso, concebe-se que “o poder pela memória corresponde à destruição [ou esquecimento] pela memória” (LE GOFF, 2012, p. 423). Em síntese, a tipologia de crimes que implicam na *damnatio memoriae* podem ser apenas de origem cívica, entretanto, percebe-se que a prática se desenvolve na mesma lógica diante de várias perspectivas: um crime, pessoa, trauma que não se deseja lembrar sofre, neste caso como punição, as leis do esquecimento.

Além do vínculo entre a memória e o esquecimento, podemos observar outra característica que influencia nos diálogos da memória com as questões da morte: a fragilização da memória. Tomando como exemplo algumas questões da contemporaneidade, tem-se um imediatismo em vigor que oblitera qualquer possibilidade de percepção, interesse e manutenção da memória: A informação disponível de forma abusiva e não tratada nas diversas mídias, o consumismo proporcionado por uma filosofia capitalista que vende (metafórica e literalmente) produtos, serviços que se deterioram cada vez mais rápido, a distancia proporcionada pelas comunicações oriundas de mídias sociais, ou seja, estamos inseridos num processo de *esvanecimento da memória*, que nas palavras de Melo (2008, p. 132): “cria no homem a exigência de um esquecimento constante, produz uma “memória volátil”, já que os conteúdos que ele capta logo perdem valor, devido à necessidade de consumir novos conteúdos”.

Este *esvanecimento da memória* reflete em danos psicológicos na humanidade contemporânea, pois evidencia “a construção de arranjos mnésicos precários, devido à dificuldade de reunir e significar os relatos de suas vivências” (FARIAS, 2008, p. 109). Dito de outra forma, este excesso informacional, que demanda uma assimilação quase que instantânea, nos impossibilita de digerir e atribuir significações. Em consequência, temos o prolongamento de discursos traumáticos dificultando a elaboração das pessoas, por exemplo, a incessante divulgação dos horrores do Holocausto ou mesmo a morte do íntimo que independente do *causa mortis* nos deixa em estado de fragilidade, imputando o esquecimento

das “boas memórias” do vivo perante o falecido. A memória frágil, volátil ou nas palavras de Melo esvanecida, pode ser vista como um mal da contemporaneidade, que implica em transtornos de assimilação da memória.

Ao discutirmos o esquecimento e o esvanecimento da memória, instiga-nos pensar um pouco sobre os ritos sagrados, tendo em vista seu vínculo quase simbiótico com os monumentos, especificamente os que tratam sobre as questões da morte. O homem atual apresenta uma singularidade: o esquecimento do sagrado. Esta “nuvem” em vigor e constituída pela contemporaneidade que esvanece a memória e as fragiliza, também provoca a “dessacralização da morte” em diversas culturas. O tempo perdido nos lamentos, na atribuição de símbolos, na ritualização da morte, desde o preparo do morto até o pós-morte são vividos de forma singela, rápida, muitas das vezes nem vivenciada pelos parentes que não se apresentam para dar o último consolo ou o “adeus” ao corpo morto. A cultura vigente na sociedade nos torna “vítimas de uma amnésia coletiva, de um instantaneísmo despótico” (BARRENECHEA, 2003, p. 24).

Tomando como exemplo relatos pessoais e de pessoas próximas no qual presenciei os ritos fúnebres, uma constante se mostrou de forma enfática na sociedade: a dessacralização da morte e de seus ritos seja de oblação ou ritos de passagem. É comum velarmos o corpo, momento de preparação dos vivos diante da ausência do morto e futura ausência de seu corpo. Neste momento ritualístico, sempre temos poucos íntimos a sofrer e se expressar diante da perda, enquanto a maioria, mesmo que parentes, apenas comparecem sem expressões e muitas das vezes com pressa para o término deste ritual de oblação. Muitas das vezes, se deve ao desinteresse, mudanças culturais ou de mentalidade do ser humano ou mesmo a fragilidade do mesmo diante da consciência da morte, aflorada ao nos situarmos diante do estado de morte de outra pessoa.

Entretanto, no segundo momento ou no ritual de passagem, temos o tempo a corromper a aura, outrora sagrada, de Thanatos. Se no início costuma-se ter poucos indivíduos presentes, neste momento final de separação do morto para com os vivos os envolvidos diminuem mais ainda e mesmo os íntimos podem não seguir o ritual até o final, quando lacra-se o morto em seu “pequeno espaço fúnebre de memória” (estante de cimento, enterro no chão, caixa de cremação). Também não é recente os prédios-cemitérios, que coabitam entre os vivos com

suas arquiteturas vazias de significações, exaltando os ideais do modernismo funcionalista da Escola de Bauhaus. Sendo assim, as memórias dos mortos na contemporaneidade sobrevivem, em sua maioria, apenas no interior dos homens ou nas palavras de Elias (2001, p. 37): “a memória da pessoa morta pode continuar acessa; os corpos mortos e as sepulturas perderam sua significação”.

Diante das interlocuções entre morte e memória, podemos depreender que tanto a morte quanto a memória são dotadas de uma dimensão que se constitui socialmente. A memória fúnebre ou memória do estado de morte perpassa as civilizações, é diacrônica e promove uma dinamicidade no modo como a sociedade vê e encara a mesma na contemporaneidade. Questões como a consciência da finitude humana e a defesa primeva do ser humano: a negação da morte são motores, a fornecer energia para movimentar as ações de Thanatos e de Mnemosyne na sociedade. Logo, esta relação bastante entrelaçada constrói e perpetua diversas “culturas da morte”, nos transmite mitos, lendas, registros em vários suportes que tratam da morte e como o ser humano empreende – ou pelo menos tenta empreender – com suas experiências e temores.

Em consequência, podemos entender a memória do estado de morte como uma negociação social “de crenças e valores, rituais e instituições” em harmonia com as palavras de Huyssen (2004, p. 68). Pois tal como o exposto, a dinamicidade das crenças e valores são comuns na manutenção do corpo social que, antes possuía uma ritualização exacerbada e atualmente podemos ver até o descaso com a morte, tal como nos portamos diante da morte de um próximo ou mesmo matamos pelos motivos mais triviais. Em aditamento, é mister pensarmos nos suportes que a memória se utiliza para falar da morte, transmitindo ecos que nos chegam, mesmo que apresentando dissonâncias, na sociedade receptora. Destes suportes, elenco os monumentos, especificamente os monumentos fúnebres, devido à íntima relação que, morte e memória, discorrem neste lúgubre suporte mnemônico.

3 MONUMENTOS FÚNEBRES: ARAUTOS PARA OS VIVOS

“Mefistófeles:

-No entanto, nunca a morte é um hóspede bem vindo!” (GOETHE, 1983, p. 78)

A palavra latina *monumentum* origina-se do verbo *monere* que significa ‘fazer recordar’, palavra que abriga em sua origem os valores arquetípos da deusa Mnemosyne, divindade mencionada como personificação da memória. A noção de monumento é ampla, e abriga mais do que suas especializações físicas, como as obras comemorativas e os monumentos fúnebres, qualificações empregadas em construções arquitetônicas, esculturas e túmulos desde a Antiguidade Romana. Em 1904, um historiador da arte, o vienense Alois Riegl, já dissertava sobre a importância dos monumentos, na modernidade, e em comparação com outros monumentos históricos, na obra intitulada “O culto moderno dos monumentos”. Para ele, os monumentos são criações “do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)” (RIEGL, 2014, p. 31).

Sendo assim, os monumentos, independentemente do teor de sua intencionalidade original significam, para aqueles que com eles se deparam, um legado para a posteridade, realizando a manutenção da cultura por intermédio de suportes mnêmicos, que constituem um valor testemunhal e simbólico da história para a sociedade (MALHANO, 2002), estabelecendo uma ponte para e sobre a consciência humana e do seu destino para o futuro. O termo monumento pode se aplicar a inúmeros objetos, dos mais diversos campos de atividades, conforme os interesses de perpetuação daqueles que o elaboram, ou das relações de poder que presidiram sua constituição (LE GOFF, 2012), ou segundo as concepções e circunstâncias das gerações que os encontram ou ‘recebem’ como legado. Em complemento, Riegl (2014, p. 36) afirma: “a denominação de “monumentos”, usada para essas obras, deve ser entendida não em sentido objetivo, mas em sentido subjetivo”, pois a atribuição do status de monumento ou monumental, não se aplica ao objeto em si – esculturas, livros etc. – mas à importância que damos a determinadas memórias que os constituem.

Dentre os monumentos, ou realizações humanas que adquirem o status de monumental, podemos elencar obras de cunho comemorativo, por exemplo, os monumentos para datas

importantes, homenagens póstumas, evocações nacionalistas (fig. 1) e monumentos de cunho fúnebre, como é o caso dos túmulos, mausoléus e cenotáfios⁶ (fig. 2). Aleida Assmann em seu livro *Espaços da recordação* (2011), desvela duas dimensões ativas na sociedade por intermédio deste suporte de memória: a dimensão do sagrado ou *pietas*, na qual impera a religiosidade na relação de vivos e mortos, e a dimensão mundana, ou *fama*, onde impera a memoração de diversos indivíduos, grupos ou classes, e que implica honra ou glória, que cada um pode conquistar para si mesmo, em certa medida, no tempo de sua própria vida. (ASSMANN, 2011).

Figura 01 – Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial.



Fonte: <http://www.museusdorio.com.br>
Acesso em: 19/01/2015

Figura 02 – Monumento de Cristo no Cemitério São João Batista, RJ.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2014

Três características mostram-se incontornáveis: primeiro há uma pluralidade de objetos materiais que podem ser considerados monumentos (RIEGL, 2014); segundo, a construção de um monumento ou eleição de uma obra à categoria do monumental implica em escolhas que podemos qualificar de políticas, na medida em que envolvem valorações e poderes; e por último, os monumentos têm uma dimensão ‘transcendente’ (evocam um compromisso com o que sobrevive à morte) e uma dimensão imanente (podem criar ou marcar uma espécie de ‘eternidade em vida’). Logo, os monumentos fúnebres ou comemorativos por serem categorizados como um objeto material (ou fonte tridimensional) incrustados de signos icônicos e simbólicos, nos permitem múltiplas discussões, pesquisas e aplicações de suas memórias, que são representadas num dado espaço e tempo para os que vivenciam (e

⁶ Do latim *cenotaphium*, é um monumento fúnebre dedicado as pessoas cujos restos mortais estão em outro local ou é de origem desconhecida. Um aspecto majoritário de edificação desses monumentos, são os dedicados ao soldado desconhecido, de forma a homenagear os soldados que não tiveram um enterro digno em sua terra natal ou constam como desaparecidos de guerra.

vivenciarão) recordações familiares, históricas, religiosas de acordo com suas experiências, de forma que cada monumento, nas palavras de Dodebei (2008, p.19) é: “muito mais criativo do que objetivo, [pois] o espaço/tempo imagético é habitado-vivenciado por uma memória social dinâmica e interativa, experimentada em tempo real”.

Focando na terceira característica proposta acima, verifica-se uma particularidade informacional existente nos monumentos fúnebres. Na dimensão religiosa, temos a piedade vista como obrigação dos vivos em perpetuar a memória dos mortos, porém na dimensão mundana, a fama conquistada pelo morto pode compreender desde o período de sua vida até após a morte, evocando uma prática que Assmann (2011, p. 37) se refere como “uma forma secular da autoeternização, que tem muito a ver com autoencenação”. Portanto, ao analisar estas dimensões, verifica-se que os monumentos, e mesmo os de cunho fúnebre possuem uma particularidade: são feitos para os vivos. São monumentos erigidos com o propósito de perpetuar singularidades individuais e sociais para os vivos, e não apenas para salvaguardar uma lembrança das intempéries do esquecimento.

O que temos, assim, é que a função precípua do monumento – fazer recordar – se divide em dois modos distintos, mas que convergem. A ‘imortalização’ de pessoas e atos só pode se dar através da ‘sociedade das gerações’, e vemos fama e pietas se aproximarem nas ‘grandes instituições’ produtoras/reprodutoras da memória diante da morte. Percebe-se que as práticas de edificação de monumentos ou a monumentalização das práticas, apresentam em sua raiz o desejo de afastar a morte de todas as formas possíveis, pois a mesma é vista como inimiga, ou uma visita indesejada; e uma ferramenta que nos auxilia a afastar a morte (ou o esquecimento) é a possibilidade de evocarmos a memória por intermédio dos monumentos.

Os apontamentos acima demonstram algumas implicações sobre o conceito de monumento e como este deve ser pensado, uma vez que a denominação de monumento não se aplica apenas a uma escultura inserida em meio público, mas também na sua intencionalidade de perpetuação, pois tal como o dito anterior a memória é intencional, mesmo que sejam apenas fragmentos mnésicos de um indivíduo ou da sociedade. Nesta multiplicidade de campos em que a memória se faz presente de forma monumental, avigoro o dito de Le Goff (2012) quanto ao “interesse de perpetuação”, pois esta é revestida de escolhas principalmente de *como* (o suporte utilizado pela memória) e o *que* deve ser lembrado (ou esquecido). Conciliando com

as palavras de Huyssen (2004, p.73): “toda estrutura de memória (e não apenas o seu conteúdo) é fortemente contingente frente à formação social que a produz”, ou seja, toda estrutura (ou suporte) utilizada para a perpetuação de memória em detrimento de outras, depende do social para a sua manutenção e evocação, no caso dos monumentos, de memórias que almejam o porvir.

Diante da exposição conceitual sobre os monumentos, pode-se afirmar que os mesmos se constituem sob duas escolhas: a do suporte que é utilizado pela sociedade para perpetuar determinadas memórias, e a da dimensão (sagrada ou mundana) em que estas informações predominam (religião está associada à lembrança de que há morte; fama, à lembrança para além da morte). Estas escolhas em que a sociedade subjuga suas memórias, são unicamente escolhas políticas e como tais, aludem a determinados olhares, nos quais podemos depreender suas influências na constituição de uma memória social. Estes olhares serão discutidos á luz dos conceitos de memória empregados na reflexão dos monumentos fúnebres, em sua maioria oriundos do Cemitério São João Batista, objeto de reflexão do presente trabalho.

3.1 As quatro operações de Mnemosyne

As operações mnésicas que serão discutidas não são apenas conceitos que esclarecem como a memória é utilizada e apropriada pelos monumentos, mas servem para mostrar uma espécie de “infraestrutura da memória” e como esta se constitui e torna-se legitimadora das lembranças que sobreviverão em detrimento de outras; pois, tal como Gondar (2003, p. 32) adverte: “as lembranças e esquecimentos que tecem a memória não são simplesmente selecionados ou gerenciados pelo poder, mas são por ele fabricados”. Ao discutir sobre as operações da memória, desvela-se a existência de um poder que elenca e julga como Minos o que deve seguir o caminho da lembrança e se perpetuar na memória da sociedade, e o que seguirá o caminho do esquecimento, ficando recalcado ou silenciado.

3.1.1 A construção da memória

O que permite construir e ancorar a memória? Para solucionar essa questão, é imprescindível conhecer os diversos tipos de signos, que segundo Gondar (2005, p. 12) são: “os signos simbólicos (palavras orais e escritas) [...], os signos icônicos (imagens desenhadas ou

esculpidas), e os signos indiciais (marcas corporais, por exemplo)”. Essas dimensões, podem ser vistas como categorias, segundo as quais os suportes fazem a manutenção da memória. Percebe-se que os monumentos escultóricos podem apresentar os três tipos de signos, reforçando o entendimento da memória como algo não apenas biológico, mas como um processo construtivo.

Se os monumentos podem ser vistos sob várias óticas (e aqui entramos no reino da informação), também podem ser visualizados em seu conjunto, como uma narrativa, que apresenta início, meio e fim. Por vezes, necessitamos de uma “lupa” para olhar as peças que construíram determinadas memórias e as elegeram como oficiais na edificação dos monumentos. Esta dimensão política da memória (MORAES, 2005, p. 92), é a gênese para a construção mnêmica.

Apesar de os monumentos escultóricos fazerem parte, porém não unicamente, da dimensão icônica (mesmo um bloco de pedra pode ser ‘icônica’, uma vez que podem representar uma lápide, passível de inscrições), a escrita, entendida como uma operação física que escreve palavras numa superfície, pode ser vista como metáfora, para explicar a operação análoga que acontece com as impressões, ou sensações, ou pensamentos, ou mesmo experiências retratadas nos monumentos pesquisados. Assmann evoca o diálogo *Teeteto* de Platão, em que Sócrates descreve a imagem de uma tabuleta de cera como o dom de Mnemosyne: ela escreve aquilo que fica em nossa memória. Entretanto, Assmann alerta para o equívoco existente nesta metáfora, ao dizer que a recordação é um processo descontínuo e ocasionado por intervalos de não presença impossibilitando a “leitura” na tabuleta de argila (ASSMANN, 2011). A metáfora da escrita é útil no que diz respeito à construção do monumento, pois este pode ser entendido como um signo icônico que se constitui por intermédio de diversas escritas mnésicas, tornando o monumento mais do que uma simples imagem, mas uma fonte de informação simbólica.

Sendo assim, os monumentos evidenciam a existência de um trabalho constantemente renovado, de acordo com os usos que fazemos dos mesmos, desde a constituição até seus efeitos perante as gerações seguintes. Todavia, há dois aspectos a considerar: em primeiro lugar, os monumentos, como realizações ou objetos memoriais, são signos, fazem parte das operações societárias que constituem a memória, como dimensão humana. E,

especificamente, cada monumento é uma operação com signos, pois contém ou agrega em sua composição signos indiciais, icônicos e simbólicos (GONDAR, 2005).

3.1.2 O lugar de memória

Para Nora (1993, p. 9): “A memória se enraíza no concreto”. Com estas palavras, ele reflete sobre o que denomina os “lugares de memória”, ou séries as quais podemos compreender os monumentos como um dos lugares que possuem esta proposta metodológica, que por sua vez, possibilita o fazer historiográfico, tendo como arcabouço memória, recordações. Entretanto, esta metodológica dos lugares de memória é uma tentativa fadada à ruína, pois o mesmo elenca diversos lugares, tais como: museus, arquivos, festas, processos verbais, monumentos, santuários entre outras como testemunhas do que já se foi, ou *ilusões de eternidade* (NORA, 1993, p. 13). Em aditamento, Nora também descreve três qualidades, que podem ser aplicados aos monumentos, como um lugar de memória, a saber: *material*, *simbólico* e *funcional*. O autor reforça que esses sentidos coexistem sempre, variando apenas o grau de influência que cada um exerce (NORA, 1993, p. 21).

Para entendermos a definição proposta por Nora como uma das operações mnésicas (que advém de uma historiografia, que por sua vez se utiliza da memória), vale explicitarmos o conceito de lugares de memória para o caso dos monumentos fúnebres. No sentido material considera-se o conteúdo demográfico dos monumentos, o local em que o mesmo habita, as influências que o fizeram ser construído num determinado lugar, neste caso, os monumentos estão localizados no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, especificamente no bairro de Botafogo. Em síntese, não apenas a materialidade – constituição dos monumentos e o entendimento dos materiais utilizados para a sua edificação – mas as questões pertinentes a geografia em que o mesmo se encontra, são aspectos que contemplam a qualidade material proposta por Nora.

O sentido simbólico é visível devido às inúmeras representações expostas nos monumentos: as profissões, os desejos, as lamentações, os escritos das placas fúnebres, as imagens que relatam determinados acontecimentos ou aspectos que ligam os fatos vividos pelo morto, ou seja, os monumentos possuem símbolos que comunicam a determinados segmentos em detrimento de uma grande parcela que não conhece ou não possui alguma relação com o

exposto. Por último, os monumentos possuem sua funcionalidade, pois o simples fato do homem criar símbolos já demonstra uma intenção, uma motivação, que neste caso é a rememoração, o perpetuar de experiências, glórias, valores, a vontade de se estabelecer não só no tempo presente como no tempo vindouro.

Há múltiplos fragmentos mnésicos localizados no mesmo suporte com o intuito de transmitir suas narrativas em prol do uso de um indivíduo, grupo, classe, ou seja, há inúmeras memórias que ao serem utilizadas além da construção de pedra e cal que o monumento fúnebre se apresenta, podem adquirir o status de informação, perpetuando memórias que outrora estavam silenciadas, ocultas e simplesmente incrustadas nesta fonte de narrativas, revelando o anseio das memórias de atuarem no presente, pois os *lieux de mémoire* podem ser ruínas, mas é nos “monumentos arruinados [que] ainda vive o espírito dos antigos, que esperam por libertação.” (ASSMANN, 2011, p.185).

Um ponto importante que deve ser considerado é: o que motivou a construção de uma memória por intermédio dos monumentos? O que alçou determinado suporte ao status do monumental ou possibilitou seu processo de monumentalização? Nos bastidores, há uma intenção, um discurso nuclear que impulsiona determinados “atores” a empreender estes monumentos: a ameaça do esquecimento. Nora (1993, p. 13) já relatava: “se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria tampouco a necessidade de construí-los”. Afinal de contas, a intenção elementar dos monumentos é não deixar cair em esquecimento, instituindo uma estratégia narrativa.

3.1.3 Memória vicária

Os apontamentos anteriores fornecem uma ponte para discorrer sobre outra operação da memória: a memória vicária, que substitui nossa própria experiência pelo viés de algo não experimentado pelo sujeito (SARLO, 2007). Em seu livro *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), Sarlo evoca algumas definições sobre este caráter substitutivo da memória, no qual ela designa a palavra vicária como, aquilo que lembramos sem contudo ter vivenciado (YOUNG, 2002), além de considerar este processo como pós-memória (HIRSCH, 2012). Sarlo demonstra que este caráter vicário da memória é inerente aos discursos de terceiros, podendo o mesmo se apoiar na sua própria experiência ou nas

fontes presentes para então informar ao sujeito contemporâneo que não viveu aquela experiência ou época (SARLO, 2007, p. 91).

Vale ilustrarmos com alguns exemplos da autora para nos auxiliar no desenvolvimento desta característica: “lembro que meu pai lembrava”, “lembro que na escola ensinavam”, “lembro que o monumento lembrava”. A memória vicária esta presente naquilo que motiva a construção de um monumento, o fato de querer recordar algo para a posteridade é por si só vicário, pois envolve o processo de construção de uma memória que é apreendida sob várias perspectivas pelos pesquisadores e a sociedade em geral. Além disso, o conceito de memória vicária estabelece um diálogo com Pollak, pois o mesmo qualifica a apreensão destas memórias como acontecimentos “vividos por tabela”, confirmando uma sensação de pertencimento do indivíduo ou grupo na memória sem necessariamente ter presenciado o fato que esta evoca (POLLAK, 1992).

Trazendo para o campo dos monumentos fúnebres, podemos visualizar esta memória vicária nos monumentos de parentes que não conhecemos, de pessoas importantes para a história do país ou monumentos públicos que exaltam características do Estado. Estes monumentos evocam questões que a priori podemos não ter vivenciado, mas nos causam alguma sensação de pertencimento, de afeto, de identidade, sendo estas sensações perpetuadas de forma voluntária ou involuntária, porém reafirmando a função fundamental dos monumentos: fazer recordar. Percebe-se que, por intermédio de uma lembrança de algo não vivido, os monumentos possibilitam uma relação entre as memórias vicárias e a sociedade, constituindo uma identidade que se destina ao porvir.

Sendo assim, entende-se que a memória vicária implica num processo de construção social, pois a sua dinâmica depende da relação entre as lembranças que foram alçadas ao patamar da memória e o que foi descartado para o esquecimento, ou mesmo silenciado tal como (POLLAK, 1989) nos alerta, tendo como ator principal desse processo aqueles que, no sentido foucaultiano do termo, exercem o poder; entendido como práticas que edificam um campo de saber, que por sua vez constituem e legitimam novas relações de poder (FOUCAULT, 1979d). Portanto, se há uma memória vicária, há uma memória que se encontra oculta, à espera de uma circunstância que a traga de volta a superfície, uma memória que, outrora

ofuscada, se faça presente, se torne visível, sendo esta a última operação mnésica proposta: a memória subterrânea.

3.1.4 Memória subterrânea

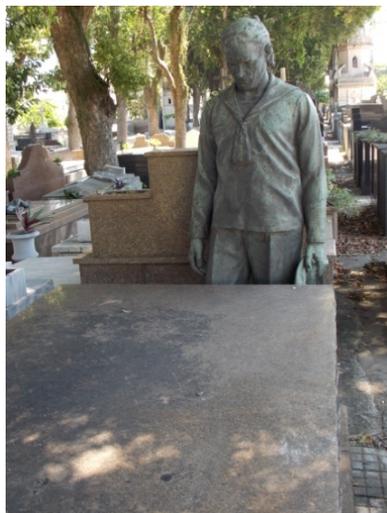
A memória vicária é uma operação mnésica que implica, mesmo que indiretamente, um processo de substituição da memória. Sendo assim, vale nos perguntarmos o que ocorre com aquilo que é substituído? Aqui vemos o outro lado da moeda, aquilo que Pollak (1989), caracteriza como memória subterrânea. Estas memórias participam de processos de escolha, no qual as forças que detêm o poder empregam sua política do que deve ser evocado em prol de seu reforço na sociedade, por exemplo, as memórias institucionais, dentre as quais podemos destacar a família, Estado e a Igreja encontradas nos monumentos fúnebres.

De outro lado, temos jogos de forças que, ao perder a possibilidade de alçar suas lembranças na memória, remete-as ao esquecimento, o que nos faz pensar que na própria memória também há o esquecimento. Logo, entende-se que, a dicotomia entre o lembrar e o esquecer, é uma constante que ocorre independente do grau: nos embates que constroem a memória, na essência da própria memória e entre as memórias, como é caso da tentativa de apagamento praticada por determinadas memórias que suplantam outras de menor interesse político.

Para entendermos a dimensão prática destas memórias subterrâneas, vale apresentarmos alguns aspectos que ocorrem para que estas memórias sejam empurradas para o esquecimento. Rossi (2012, p. 32) diz que: “apagar também tem haver com esconder, ocultar, despistar, confundir os vestígios, afastar da verdade, destruir a verdade”. Estas são apenas algumas das tarefas empregadas para colocar determinadas memórias no subterrâneo. Em exemplo, podemos mencionar a Santa Casa da Misericórdia, instituição que gerenciava o cemitério e seus respectivos monumentos, que - devido à ausência de documentos que comprovem a posse territorial dos cemitérios, os problemas de administração e a existência de um mercado ilegal de compra e venda de jazigos - perdeu o direito de administrar o Cemitério São João Batista para o Consórcio Rio Pax, também suspeita de forjar enterro de traficante e falsificar atestado de óbitos (GALDO; SCHMIDT, 2014). Compreende-se que os embates mnemônicos, entre o que deve ser preservado, documentalmente falando, e as práticas que devem ser esquecidas, uma hora podem ser evocados pelo corpo social.

Em alguns casos temos o apagamento da memória possibilitada pela própria construção do monumento (fig. 3). Neste túmulo, não há nenhuma informação que possa identificar o morto ou alguma questão cultural, a não ser a vestimenta da estátua, que remete a antiga indumentária da marinha. Não há inscrições, nem mesmo data de falecimento ou nome do morto ou família, nenhuma inscrição de pesar ou que possa identificar a identidade do morto. Neste caso, temos um monumento à morte, mas que “antimonumentaliza” o morto, o que não significa dizer que não monumentaliza determinadas práticas ou relações de poder existentes, por exemplo, os distintos interesses na construção deste túmulo, sendo necessária uma provável busca nos arquivos da instituição que administra os monumentos para então “desterrar” esta memória.

Figura 03 – homem diante do túmulo.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2014

Por fim, podemos considerar a existência de mudanças na mentalidade do homem aplicado à memória dos mortos. A dessacralização dos monumentos na contemporaneidade, que edifica cemitérios verticais e cria túmulos vazios de representação, também influencia a ausência de cuidados com a preservação dos monumentos fúnebres já construídos. Não é raro vermos monumentos destruídos, faltando peças ou mesmo placas de identificação daqueles que ali jazem (fig. 6 e 7). Uma curiosidade se delinea perante estes monumentos por vezes esquecidos ou mesmo dizimados: das muitas memórias subterrâneas, escondidas, deturpadas ou mesmo destruídas, percebe-se que as esculturas de evocação religiosa, os monumentos de mortos ilustres, os palácios fúnebres que lá se encontram, nenhum destes sofrem das

intempéries causadas pelo descaso. Este abandono é visto em geral quando afeta as memórias empregadas unicamente pelas famílias.

Figura 04 – Destroços de inscrições funerárias



Fonte: acervo pessoal, 2014

Figura 05 – destroços de túmulo



Fonte: acervo pessoal, 2014

Ademais, há de se pensar sobre o que se encontra no subterrâneo dessas memórias que rondam os monumentos fúnebres: as crises familiares, traumas, os desvios éticos do Estado ou de um nobre representado em seu período de vida, ou seja, toda construção é intencional e se destina a evidenciar determinadas crenças, valores, em avaria de outras que ficam abaixo, na expectativa de que um dia possam ser desterradas. O conceito de memória subterrânea de Pollak é crucial para entendermos que há memórias ocultas, sendo estas veladas por uma memória vicária. Dito de outra forma há memórias que são sobrepostas por outras construções mnésicas em vigor na sociedade, memórias vicárias que podem representar uma nação, minoria ou mesmo um indivíduo, possibilitando o que Assmann (2011, p. 37) chama de fama, assim como, há memórias subterrâneas que urgem por serem reveladas em detrimento da memória “oficial” (POLLAK, 1989).

Se há uma dicotomia entre lembrança e esquecimento, também podemos considerar uma relação dicotômica entre memória vicária e memória subterrânea, pois a fama age constantemente como uma ferramenta da memória vicária. Nesta relação de poder fica evidente, por exemplo, porque a localização e construção de determinados monumentos ou túmulos ficam à margem de ilustres, grandes e luxuosos monumentos, localizados nos pontos mais visíveis de um cemitério ou praça pública. Tomando como apoio as palavras de Pollak (1989, p. 12), percebe-se que: “os criminosos, prostitutas, os “associais”, os vagabundos, os ciganos, e os homossexuais – tenham sido conscienciosamente evitadas” na

memória relatada pelos monumentos ou mesmo pela inexistência deste suporte para lembrá-los.

Assim sendo, podemos observar que, independente do monumento observado há processos elementares que os legitimam potenciais perpetuadores de memórias, no qual podemos citar as seguintes operações: os monumentos fúnebres são uma construção, possuem as qualificações de um lugar de memória e apresentam memórias vicárias ao mesmo tempo em que há memórias subterrâneas. Da mesma forma que Oscar Wilde em *o retrato de Dorian Gray* (2003), descreve a existência de um retrato, cuja motivação narcísica, eterniza o jovem Dorian enquanto entalha as marcas da velhice no próprio retrato, ou, Edgar Allan Poe em seu conto *o retrato oval* (2001), narra à criação de um retrato que ao ser finalizado mata o artista enquanto traz uma vivacidade impar ao próprio retrato, podemos trazer estas analogias para os monumentos.

Os monumentos são como os respectivos retratos, necessitam de uma motivação, de algo que se almeja perpetuar, neste caso a memória da morte, daquilo que tememos e lutamos contra, nos eternizando em esculturas, crenças, famas ou escritos. Tal como os retratos amaldiçoados, os monumentos trazem uma sina: o medo de se fazer esquecer ao mesmo tempo em que servem como arautos para os vivos, propiciando um turbilhão de memórias que podem ser analisadas para se entender o passado, o presente, além de levantar indícios de como a sociedade irá se comportar quanto às questões da morte, formando um verdadeiro mapa cultural sobre a mentalidade da morte no homem.

3.2 Olhares inclusos: as influências inscritas nos monumentos fúnebres

Pensando nos monumentos como um suporte mnêmico, torna-se crucial que nos dediquemos às perspectivas que atuam em conjunto na sua constituição. Das múltiplas análises que o pesquisador pode empreender, cinco olhares, ou pontos de vistas, serão aqui considerados, a saber: o olhar geográfico, o olhar das instituições, o olhar das pessoas próximas ao objeto estudado (ou os nativos), o olhar sobre o objeto analisado (neste caso a constituição e os efeitos simbólicos dos monumentos) e evidentemente, o olhar do próprio pesquisador. Eles são importantes para situarmos o objeto de pesquisa, além de nos tornar atentos, quanto aos

processos mnésicos que atuam de forma voluntária ou involuntária nas políticas de memória destes monumentos de cunho fúnebre do cemitério do São João Batista.

3.1.1 O olhar geográfico

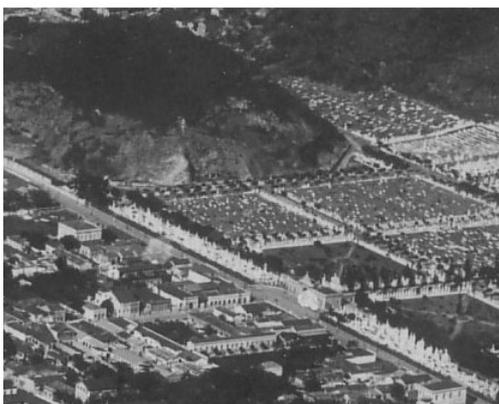
A princípio, deve-se observar o espaço geográfico em que o monumento se encontra e considerar as possíveis mudanças que ocorreram ao redor dos monumentos: a disposição dos prédios, terrenos, ruas, árvores, luzes dos postes, velas ou outros meios de iluminação, verificar se o terreno é revestido de terra, cimentado, acrescido de granizo ou mesmo modificado de forma remota, constante ou recentemente. Deve-se também levar em conta, as condições climáticas do local – umidade, temperatura, grau e tipo de poluição, incidência de luz e etc. – e as alterações que provocam nos materiais, seja quanto às características físicas (forma, cor, textura), seja quanto à perda de informação (por exemplo, inscrições), ou à necessidade de intervenções de reparo ou reforma. Em acréscimo, deve-se pensar nas dimensões espaciais do lugar e suas subdivisões, e na distribuição dos locais e objetos observados pelo pesquisador, (por exemplo, as diferentes localizações e condições dos túmulos de ricos, pobres e indigentes).

Colocando em prática o olhar geográfico, vale discorrermos sobre o local dos monumentos utilizados na pesquisa: o Cemitério São João Batista e seu entorno. Localizado na Rua General Polidoro s/nº no bairro de Botafogo no Rio de Janeiro, o Cemitério em questão ocupa um espaço de superfície de formato aproximadamente trapezoidal, com cerca de 183 mil metros quadrados de área plana, dividido em quadras regulares, sendo que a quadra frontal é centrada por uma escultura nomeada como cruzeiro. O segundo plano do cemitério, plano mais elevado, que avança sobre o Morro de São João, abriga os chamados túmulos correntes, ou seja, local em que não há concessão perpétua, tendo um fluxo de corpos sendo enterrado e retirado num determinado tempo⁷.

⁷ Nestes túmulos, o corpo fica enterrado por pelo menos 3 anos. Caso a decomposição não seja completa, mantém-se por mais tempo, ou então retira-se os ossos e coloca-se numa caixa de ossos (localizadas nas paredes do cemitério), ou mesmo retira do cemitério, colocando-os em outro lugar de acordo com os desejos de familiares e determinadas instituições.

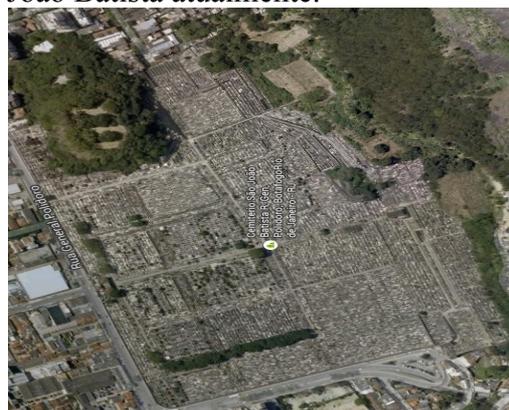
A concessão do Cemitério São João Batista foi adquirida Pela Santa Casa de Misericórdia em 1850 através de uma concorrência entre irmandades, corporações e particulares. Para gerenciar os serviços públicos funerários desse cemitério, por 50 anos, recebendo as remunerações pelos serviços prestados, o vencedor se obrigava a instalar três enfermarias e curar em tempo as epidemias (especialmente cólera, febre amarela e varíola) que assolavam a saúde pública da cidade (SANTA CASA DA MISERICÓRDIA, 2014). Esta política de saúde se delineia no século XVIII na Europa e estende-se ao século XIX alcançando o Rio de Janeiro. Segundo Foucault (1979a, p. 201), o objetivo desse tipo de configuração de iniciativas era “o desaparecimento dos grandes surtos epidêmicos, a baixa taxa de morbidade, o aumento da duração média de vida”.

Figura 06 – Vista aérea do Cemitério São João Batista no início do século XX.



Fonte: <http://www.almacarioca.com.br>
Acesso em: 19/04/2014

Figura 07 – Vista aérea do Cemitério São João Batista atualmente.



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>
Acesso em: 19/04/2014

Em complemento, a política de saúde em vigor na época que o cemitério foi construído, reforçou o campo da medicina como uma instância de controle social, ao pensar em políticas de saúde pública necessárias, devido à construção e manutenção dos cemitérios inseridos na cidade, além de pensarem na localização do cemitério “sua umidade, sua exposição, o arejamento total da cidade” (FOUCAULT, 1979a, p. 201).

Comparando as imagens acima (fig. 6 e 7), percebe-se que os objetivos da política de saúde funcionaram e continuam presentes: os surtos de epidemia cessaram, a taxa de morbidade em algumas regiões diminuiu e é inegável o aumento da longevidade humana. Entretanto, estas políticas romperam, em nossa contemporaneidade, com seu próprio discurso médico, pois a localização do cemitério que outrora era isolado, atualmente se encontra cercado de prédios,

postes, ruas asfaltadas, estabelecimentos comerciais sendo vítima das evoluções urbanas e da expansão demográfica; a questão da umidade tornou-se nula, pois além das mudanças climáticas também existe a poluição gerada pelo trânsito intenso das ruas que cercam o cemitério, o que reforça um descaso com a saúde pública, além de sujar e danificar os monumentos fúnebres localizados na parte frontal do cemitério, monumentos de nobres, pessoas de grande status social da época que hoje se encontram inundados pela sujeira, e de certa forma, com o esquecimento que a mesma provoca.

Percebe-se que a questão do arejamento é praticamente inexistente nos dias atuais: o acúmulo de túmulos, o término das grandes praças próximas a entrada do cemitério e a diminuição drástica das trilhas arbóreas anularam o arejamento proposto pela saúde pública, um dos pressupostos para a erradicação das epidemias que assolavam o Rio de Janeiro no período em que o cemitério se constituiu. A exposição dos monumentos em muitos casos também apresenta problemas. Antes a imponência dos monumentos era visível devido às poucas construções fúnebres, hoje o cemitério apresenta grande quantidade de monumentos faustosos porém cercado de monumentos de menores proporções e ocultado mais ainda pela expansão do cemitério que entulha os monumentos um do lado do outro, impedindo até mesmo a circulação ou passagem de pessoas (indivíduos e cortejos).

3.1.2 O olhar das instituições

Para observarmos os monumentos da perspectiva institucional, partiremos de uma conceituação básica. Para Saviani (2005, p.28) as instituições são: “unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas. As instituições são, portanto, necessariamente sociais”. A citação leva-nos a pensar sobre três pontos: primeiro o nascimento das instituições ocorrem em prol de uma utilidade, esta de acordo com seus respectivos objetivos; segundo são sociais, haja vista que atuam num determinado campo e terceiro, constroem uma cultura institucional.

No caso dos monumentos fúnebres podemos citar um universo de instituições que se utilizam da memória fúnebre ou memória dos mortos para se eternizarem, para legitimarem seus objetivos e moldar, ou pelo menos comunicar, suas memórias e informação ao corpo social.

Dentre as instituições que promovem interlocuções com os monumentos, temos principalmente: a Família, o Estado, a Igreja e a própria Santa Casa de Misericórdia. Sendo assim, vale apresentarmos essas instituições, uma vez que interferem na construção e manutenção dos monumentos pesquisados.

A família além de ser considerada a instituição primogênita existente no mundo, é a instituição que desenvolveu atitudes diante da morte. Para fins de ilustração, podemos considerar a gênese bíblica de Adão e Eva, com seus filhos Caim e Abel. A morte de Abel por Caim, rememorou a consequência do pecado original de seus pais: a morte, “porquanto és pó, e ao pó tornarás” (A SANTA BIBLIA, 2006, p. 10). Dito de outra forma, a morte de Abel trouxe a memória da finitude de seus corpos, trouxe as consequências da morte do outro e as dores provocadas pela morte do íntimo. Podemos dizer que a primeira instituição (a família) constituiu a cultura da humanidade diante da morte.

Esta cultura antiga das relações do homem com a morte, registrada em livros sagrados, testamentos e demais ferramentas, nos libera do anonimato, por permitir que mesmo na perda, na ausência de um familiar ou na nossa própria morte, possamos perpetuar memórias institucionais, neste caso, memórias familiares além de registrar nosso modo de olhar e se relacionar com a morte. Este registro familiar evoluiu nos séculos XIX e XX na França para o que conhecemos como jazigo de família, “trata-se da história de um túmulo coletivo familiar” tal como Ariès (2012, p. 182) descreve. A memória dos mortos se constitui numa única identidade que solidifica aquela família no monumento fúnebre em grupo. Diferente das cavernas e dolmens em que os mortos não tinham uma identificação de si ou de sua família, nos jazigos familiares a humanidade repercute os feitos de civilizações antigas como a dos egípcios que identificavam os indivíduos, principalmente nobres e faraós, além de enterrar os utensílios que os identificam ou simplesmente lhes pertenciam.

Diante do exposto, fica claro o uso dos monumentos fúnebres pelas instituições. A memória da família e as memórias dos familiares necessitam de um local físico para se constituir, com vistas à eternidade que o lúgubre suporte lhes permite. O “jazigo da família é o único lugar que corresponde a uma concepção patriarcal da família, onde são reunidos sob o mesmo teto várias gerações e vários casais” (ARIÈS, 2012, p. 187). É nos monumentos fúnebres que a memória e a identidade da família se mantêm, se atualizam – com a inclusão de novos

parentes mortos – e ecoa nossas relações emocionais com a morte, por exemplo, as expressões retratadas pela escultura de uma mulher no jazigo da família A...⁸ (fig. 10), que remete a saudade, nostalgia, perda, ou seja, nossas atitudes diante da morte.

Figura 08 – Jazigo da família A...



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Apesar da breve exposição conceitual sobre o Estado, deve-se ao menos situar esta instituição, entendendo que a mesma exerce seu poder sobre a memória dos mortos. O Estado ocasiona frequentes diálogos com as classes e demais representações existentes no fluxo que molda a imagem do país: classes profissionais, os poderes militares, a massa, as mídias. Logo, o processo de desenvolvimento e atuação do que se entende por Estado fomenta a memória social. Um desses processos em que o Estado prolifera e torna sua memória social “densa” é a construção de monumentos aos mortos, revigorado no final do século XIX e início do século XX. De acordo com o exemplo de Le Goff (2012, p. 446) em inúmeros “países” é erigido um Túmulo ao Soldado Desconhecido, procurando ultrapassar os limites da memória, associada ao anonimato, proclamando sobre um cadáver sem nome a coesão da nação em torno da memória comum”.

⁸ Apesar da permissão legal descrita no capítulo IV artº 48 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998 que dispõe sobre o uso de fotografias, optou-se, com exceção dos monumentos de famosos constantemente divulgados, em manter os nomes de famílias e indivíduos no anonimato por respeito a possíveis parentes vivos e por estes nomes não serem cruciais para o desenvolvimento da pesquisa.

Em retorno ao Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial ou “Monumento aos Pracinhas” (fig. 1), temos um exemplo histórico de atuação do Estado perante a memória dos mortos. Monumento idealizado pelo Marechal João Baptista Mascarenhas de Moraes, tem por objetivo preservar a memória dos soldados mortos nos campos de batalha da Itália. Em seu pórtico, é possível ver um dos jazigos, com a seguinte placa comemorativa: “o Brasil ao seu soldado desconhecido” (fig. 11). No interior do monumento, que é um mausoléu ou jazigo cívico, dispõem-se os demais jazigos com os seguintes dizeres: “aqui jaz um herói da FEB” e “Deus sabe seu nome” (fig. 12).

Figura 09 – Jazigo do soldado desconhecido no pórtico monumental.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 10 – Jazigos internos dos soldados Mortos na Segunda Guerra Mundial.



Fonte: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Monumento_aos_Pracinhas_2.jpg
Acesso em: 27/01/2015

Os textos escritos nos monumentos em consonância com as imagens, reforçam o quanto é importante olharmos para as instituições que atuam e transformam a memória social, pois no exemplo citado, temos o Estado transmutando a memória em história com as marcas da guerra, o que implementa um órgão específico do Estado: o poder militar. Não obstante, percebe-se que o Cristianismo – uma das chamadas religiões patriarcais – se insere nos jazigos, realçando a inexistência de um Estado totalmente laico, uma vez que inúmeros monumentos de comemoração fúnebre e principalmente política, ou militar como é o caso, legitimam a força da instituição religiosa por intermédio de dizeres bíblicos ou a menção de nomes divinos ou Deus.

Diante do exposto, verifica-se quão extensa é a atuação do Estado que além de reger a sociedade perante os poderes legislativo, executivo e judiciário, apresenta órgãos militares,

religiosos e até mesmo sociedades místico-filosóficas complementando seus discursos e práticas, inclusive nas questões mnêmicas dos mortos, que desde o século XVIII apresenta relações do Estado em conjunto com a maçonaria, pois tal como Rodrigues, C. (2005, p. 171) registra: “seria de Saldanha Marinho⁹ – um maçom – a autoria do projeto de secularização dos [...] cemitérios, a fim de eliminar a jurisdição eclesiástica sobre os campos santos”.

Seguindo esta descrição sobre as instituições que estabelecem suas conexões nos monumentos fúnebres, percebe-se que há uma linha muito tênue que separa a atuação de cada uma perante a memória dos mortos. Muitas das vezes as instituições atuam em conjunto, formando uma espécie de “liga”, que reforça suas relações de poder e o peso de suas interferências na perpetuação da memória. Após vermos a família, o Estado, veremos que a Igreja também não trabalha isolada perante os outros na manutenção das memórias dos mortos e da perpetuação e disseminação de seus dogmas, incrustados não só nos monumentos fúnebres, como nos portões de entrada dos cemitérios, pinturas, arquiteturas diversas, além das próprias Igrejas.

A relação da Igreja com os mortos inicia-se com o enterro *ad sanctos*, no qual os corpos eram alocados dentro ou pelo menos perto do território pertencente à Igreja, sem os cuidados ritualísticos de oblação e passagem, sem que os vivos soubessem o lugar exato em que o morto foi enterrado e muitas das vezes não havia indicação do morto por intermédio de um monumento ou inscrições (ARIÈS, 2012, p. 75). A necessidade de dar um fim digno ao morto, tinha múltiplas justificativas na Idade Média, dentre as quais podemos elencar o medo que os vivos tinham dos defuntos retornarem, o culto dos mártires africanos que advém dos ritos cristãos e o desinteresse pela individualização do morto, ideia moderna de preservação do morto e de sua memória, construindo monumentos, criando a lei de concessão perpétua e oficializando a existência de jazigos de família (ARIÈS, 2012).

Aliás a Igreja, desde a Idade Média, é constituída não apenas por seu edifício, mas por todo o território que lhe pertence. Ao evocarmos a tradição de Hainaut¹⁰, concebe-se que “a igreja “paroichiale” (parouquial) é, a saber, a nave, o campanário e o cemitério” (ARIÈS, 2012, p. 44,

⁹ Joaquim Saldanha Marinho (1816 – 1895), jornalista, sociólogo e político brasileiro, foi presidente das províncias de Minas Gerais, de 1865 a 1867, e de São Paulo, de 24 de outubro de 1867 a 24 de abril de 1868, e deputado pela província de Pernambuco.

¹⁰ Hainaut, é uma província da Bélgica, localizada na região de Valônia. Sua capital é a cidade de Mons.

tradução nossa). Assim, a Igreja apresenta-se como a segunda instituição – a primeira sendo a família - a espalhar seu controle perante os cemitérios e conseqüentemente aos mortos, legitimando seu espaço de atuação e controle sobre os ritos mortuários e conseqüentemente o controle da memória dos mortos. Por isto, mesmo após a secularização e a criação de cemitérios públicos, as famílias não tinham, pelo menos integralmente, a autonomia sobre os monumentos fúnebres, o que justifica o emprego do termo “sepultura eclesiástica”, pois a sacralização dos cemitérios e dos monumentos inseridos em seu interior, tornava-os “uma extensão do terreno sagrado dos templos” (RODRIGUES C., 2005, p. 153).

A relação tripartite entre Família, Estado e Igreja provocou conflitos na política em vigor sobre os meios de sepultamento, especificamente sobre os ritos católicos. Focando nos mortos do Cemitério São João Batista e demais cemitérios controlados pelo Estado do Rio de Janeiro e orientados pelos ritos católicos, uma das preocupações cruciais foi o tratamento dado aos mortos antes de serem sepultados. Pois quando a Igreja tinha sua autonomia no gerenciamento dos enterros, a mesma recebia potencial fomento financeiro para preparar os corpos desde os ritos preparatórios até o enterro. Entretanto, com a secularização dos cemitérios, os enterros passaram a ter a vistoria do Estado, o que gerou revelias do clero fluminense que se sentiu ameaçado de perder os emolumentos que os párocos recebiam pelos preparos de cada morto (RODRIGUES C., 2005, p. 214).

Este embate político no qual a instituição familiar não teve voz, gerou desavenças entre a instituição clerical e a instituição estatal, entretanto efetivou-se o acordo em que a Igreja manteria sua autonomia com relação aos emolumentos e o Estado fiscalizaria todas as questões ligadas aos cemitérios, consolidando o espaço de atuação de cada instituição e a respectiva secularização dos cemitérios. A Igreja perde espaço, porém mantém seus benefícios ritualísticos e financeiros, além de difundir-se como uma grande mortalha a encobrir o imaginário e o real da humanidade, ilustrando os preceitos morais e dogmáticos da Igreja diante das inscrições inerentes aos monumentos fúnebres dos cemitérios do Rio de Janeiro.

Diante do exposto, temos as três principais instituições que moldam como artesãos, os monumentos e os símbolos que o mesmo irá promover para a sociedade futura: a família como a primeira instituição, que incrusta os monumentos com seus questionamentos, registros

do cotidiano e símbolos que representam aspectos sentimentais oriundo das inquietações humanas sobre a morte; A igreja por disseminar seus dogmas utilizando-se de vários suportes, dentre os quais os próprios monumentos fúnebres e por último o próprio Estado, que após a secularização dos cemitérios passa a legislar e dividir a responsabilidade administrativa com a Igreja.

Como exemplo imagético inicial desta interação entre as instituições, tomemos como base o monumento abaixo (fig. 11). O mesmo possui os interesses emocionais da família, que diante das dores propiciadas pela morte de um íntimo, decide homenagear e “eternizar” as memórias de seus familiares. O sentimento de perda compreendido pelas palavras de tristeza, saudade e dor são perceptíveis na elaboração deste tipo de monumento. Quanto a Igreja, temos símbolos¹¹ mais visíveis e complexos incrustado neste monumento: A Santa Maria, símbolo de pureza e fé; Cristo crucificado, representando o sofrimento necessário para a eliminação dos pecados; a rosa, símbolo de conclusão e perfeição e vasos, representando a aceitação (CIRLOT, 2001). Por último, temos o Estado, que quando não atua de forma direta construindo ou empregando símbolos nos monumentos fúnebres, apresenta-se perante as leis que regem o modo de sepultamento ou pela concessão, destinadas a poucos no início do século XIX e ainda hoje vista como título de riqueza no qual poucos podem adquirir para seus entes queridos (RODRIGUES J., 2006, p. 159).

¹¹ Os símbolos descritos nos monumentos fúnebres podem adquirir sentidos diversos dependendo do modo como se apresentam. Por exemplo, o jarro descrito acima também pode simbolizar o corpo do morto quando se apresenta vazio, sem o líquido (ou a alma) que preenche nosso corpo físico, além de representar a fertilidade. O vaso de ouro ou cheio de lírios brancos é um símbolo comum Virgem Maria (CIRLOT, 2001, p. 359).

Figura 11 – Santa com cruz e rosa nas mãos e de pé entre dois vasos.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2014

3.1.3 O olhar dos nativos

A esta altura constatamos a variedade de olhares e como estes impõem as garras de suas influências nos monumentos, vistos que podem ser entendidos como um suporte de memórias, no qual a palavra “memórias” não está no plural á toa. Inúmeras estruturas se solidificam ao se apropriar das esculturas fúnebres para comunicar para as gerações vindouras sobre a morte: a localização dos monumentos beneficia as políticas locais de higiene, cuidados com os mortos; as instituições reforçam sua identidade perante as práticas e memórias incrustadas nos monumentos, dentre os quais destacamos a família, o Estado e a Igreja. Porém, outro fator preponderante na constituição e manutenção das memórias presentes nos monumentos é a atuação das pessoas, compreendida tanto em sua individualidade como em grupos, ou mesmo na sociedade de forma geral.

Para Rodrigues J. (2006, p. 22): “a apropriação da ideia de morte, é pois, função da interação do sujeito com os seus parceiros, com o seu próprio eu, com a sua cultura”. Seguindo o raciocínio, Rodrigues reforça quanto à importância que cada um possui diante das apropriações da morte, que por conseguinte, se perpetua de forma voluntária ou involuntária na sociedade. Vale ressaltar que a difusão associativa entre a morte e a memória tem como gênese a influência do Cristianismo, “que a desenvolveu na base do culto pagão dos antepassados mortos” (LE GOFF, 2012, p. 428). Em resumo, a apropriação que o indivíduo

faz da morte só pode se perpetuar graças ao meio social, neste caso com o apoio da instituição cristã.

Complementando com as observações de campo, antes de caminhar perante o vasto mundo dos monumentos fúnebres do Cemitério São João Batista, vale segmentar os tipos de indivíduos ou “nativos” que de acordo com suas características habitam os arredores em que os monumentos se situam: as ruas ao redor são em sua maioria de comércio e residências, abrigando moradores de várias faixas etárias cuja principal são os idosos; quanto aos trabalhadores, há colocações profissionais diversas desde pequenos mercados a empresas multinacionais, o que demonstra grande fluxo e diversidade de pessoas nos arredores do cemitério. Estes segmentos são interessantes para entendermos a existência de possíveis variações de ideias, crenças, culturas que apesar da miscelânea de memórias que provocam constituem, em certa medida, uma identidade sobre as questões da morte no Brasil.

Esta relação do homem com a morte também pode ser vista nos interiores do cemitério. Ao adentrarmos neste mundo dos mortos criado pelo e para os vivos, alguns apontamentos merecem destaque. No interior do cemitério, vemos uma calma, serenidade e paz que em alguns momentos é interrompido pelos choros dos que seguem os mortos para o enterro num ponto simples do cemitério ou em monumentos faustosos e luxuosos, cuja morada dos mortos pode ser mais cara do que a morada dos vivos, de acordo com a jornalista Bottari (2013a, p. 24).

Em acréscimo, vemos os profissionais do cemitério - administrativos, coveiros e afins - a percorrer as sepulturas recém-criadas, desenvolvendo seu trabalho de acordo com as condições mínimas que lhes são fornecidas, além de supervisionarem os visitantes, perguntando com certa desconfiança sobre os motivos que levam a alguém visitar aquele ambiente. Não obstante, há visitantes que variam desde familiares que procuram dedicar um tempo diante do monumento fúnebre de um ente querido, deixar-lhes flores, chorar ou pelo menos rezar; a pessoas que propõem o serviço de guia, que apesar da legalidade discutível do serviço, sugerem uma visitação perante os monumentos de mortos ilustres; e para não elencarmos todos os segmentos, aponto por último a presença de grupos denominados “góticos”, que visitam com o intuito de admirar o teor artístico e soturno propiciado pelo cemitério e seus monumentos fúnebres.

Independente da motivação de cada sujeito, a memória dos mortos é uma qualidade universal e se destina aos vivos que agem de formas distintas perante seus respectivos mortos, realizando rituais e construindo monumentos. No campo dos rituais, podemos citar o Dia de Finados como uma espécie de recordação dos mortos e comunhão. Desde o século XI, o Dia de Finados ocorre sempre no dia 2 de Novembro, levando todos a prestar homenagens a seus mortos. Na Bretanha, França, Espanha e no México, os mortos não estão apenas na memória, mas sim entre os vivos, pois a crença de que os mortos podem voltar para suas respectivas casas é comum. No caso do México, o *Dia de los Muertos* é comemorado de forma carnavalesca, com festas, comidas típicas do país, fantasias (em sua maioria representando a morte), além de colocarem velas nas entradas e oferendas alimentícias para os mortos de seus familiares (ENCICLOPÉDIA DA MORTE E DA ARTE DE MORRER, 2004, p. 174). Em alguns lugares comemora-se no dia 1 de Novembro, Dia de Todos os Santos.

A exposição acima apresenta uma afinidade muito grande das pessoas com a dimensão do sagrado. Independente das crenças religiosas e dos motivos que levam as pessoas a se relacionar com os monumentos fúnebres - devotos, familiares, trabalhadores, góticos – temos a atuação do sagrado sendo perpetuado por cada um, que independente do que é transmitido em meio social por intermédio das significações e ressignificações, pode-se considerar que a cultura da morte esta em vigor, sendo consumida da forma que convém a cada um de nós. Em oposição à dimensão do sagrado, reforçamos a existência da dimensão mundana discutida por (ASSMANN, 2011), pois aqui temos os usos que cada um de nós exercemos para se eternizar e perpetuar nossas glórias.

Em poucos passos dentro do Cemitério São João Batista, pode-se ver de imediato as vontades de eternização das pessoas, vontades estas que vale ressaltar podem e em sua maioria não foram vontades “escritas de próprio punho” dos mortos, por intermédio de testamentos ou discursos em vida. Estes monumentos de exaltação a memória do morto só tomam forma devido ao status social daquele que ali se encontra. É graças as nossas glórias e nossas maneiras de se tornar evidentes quando vivos, que podemos adquirir o direito de se eternizar quando morto. Em exemplo de uma expressão mundana, vale dedicarmos algumas palavras sobre o monumento abaixo (fig. 12).

Figura 12 - Monumento a Ary Barroso.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2014

Ary Barroso nasceu em 7 de Novembro de 1903 em Ubá, Minas Gerais e faleceu em 9 de Fevereiro de 1964 no Rio de Janeiro. Compositor, pianista, locutor, apresentador, formado em direito, iniciou suas atividades musicais aos 12 anos de idade, fazendo fundo musical para filmes no Cinema Ideal. Entrou na política em 1946 como o segundo candidato mais votado da União Democrática Nacional (UDN) nas eleições para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro. Na política, teve grande voz possibilitando a construção do estádio do Maracanã. Compôs e participou de mais de 260 músicas dentre as quais podemos citar a popular “Aquarela do Brasil” (ARYBARROSO.COM.BR, 2014).

Apesar da exposição, constata-se que Ary Barroso obteve grande influência em vida, seja no meio político ou por suas composições musicais. O monumento que localiza o sepultamento de Ary Barroso reforça a memória que se tem dele como músico, trazendo o pandeiro como um signo do samba, estilo musical inerente a identidade da nossa música popular brasileira. Junto ao pandeiro, temos a estátua de uma mulher, que nos remete aos sentimentos de ausência, saudade, tristeza, afetos diversificados porém reforçando em comum a perda física do compositor. Diante das memórias de Ary Barroso, a palavra *compositor* é a que mais se faz presente, seja nos monumentos ou nas pessoas. O viés político pouco ou em alguns casos é nulo, pois no próprio monumento fúnebre encontramos referências simbólicas do músico, incluindo até o nome de algumas de suas composições, porém o monumento nada traz sobre sua atuação política. As glórias de Ary Barroso como compositor propiciaram sua entrada na dimensão mundana dos monumentos fúnebres.

Outro exemplo bastante curioso é o monumento dedicado ao soldado da Aeronáutica. Da mesma forma que as instituições impregnam os monumentos com suas ideologias, o sujeito pode adquirir glórias memoráveis quando se utiliza destas instituições. Neste caso, o aviador da aeronáutica encontra-se representado com o uniforme pertencente ao segmento militar citado e abaixo dele tem-se o instrumento de trabalho: o avião. Se o pandeiro nos remete a memória das composições de Ary Barroso, o avião nos remete a memória do aviador da aeronáutica. Há poucas informações sobre o sujeito representado, o que demonstra o grau de interferência da instituição presente no monumento, apesar do mesmo transmitir a memória do moribundo para seus familiares, amigos e profissionais que o conhecem ou vieram a conhecer algumas de suas memórias, graças aos relatos e ao monumento em questão. Ademais, temos um monumento criado para representar uma pessoa e o quanto esta representa para determinados grupos, contudo temos tantos elementos incrustados no monumento que este nos remete mais a questões nacionalistas (fig. 13 e 14).

Figura 13 – Aviador da Aeronáutica.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2014

Figura 14 – Detalhe de monumento do aviador.



Fonte, acervo pessoal do autor, 2014

Apesar dos danos causados pelo tempo e pelas questões geográficas (céu aberto, chuvas, sol, poluição etc.), ainda é possível ver com grande nitidez a bandeira do Brasil, estendida como um manto em cima do túmulo. Também temos quatro águias a “guardar” as extremidades do monumento, símbolo constantemente associado à força aérea militar; no Cristianismo realça o

poder espiritual, sendo uma importante mensageira do céu (CIRLOT, 2001). Assim, percebe-se que as pessoas têm sua importância mesmo que indiretamente na propagação das memórias. Pois é a atuação da memória que, ao agir em cada um de nós, constitui a imagem que se quer divulgar. Em resumo, são os sujeitos que se encontram perto do cemitério ou os que vem de longe visitar um monumento específico que fornecem respaldo para o que se quer preservar na memória.

Apesar de o homem negar a morte de diversas formas, ele é constantemente perseguido por ela graças à intencionalidade da memória em eternizar os ritos sagrados e por vezes festivos que remetem as qualificações de Thanatos. Convém repensarmos sobre como as mentalidades sobre a morte se espalham na contemporaneidade, pois esta não se apóia mais com vigor nas esculturas fúnebres de outrora. A morte sofreu uma dessacralização, visível na pouca ou nenhuma construção fúnebre recente, os corpos em sua maioria são sepultados em espaços simplórios e isento de iconografias permitindo, às vezes, apenas o nome do falecido e a data de nascimento e morte, além de privar-nos das riquezas dos monumentos fúnebres, que clamam por revelação. Cabe-nos, com o teor de uma *ode*¹², dedicarmos algumas palavras sobre o próprio suporte estudado e sua importância mnemônica.

3.1.4 O olhar sobre o suporte em si

Discutimos os seguintes olhares, a saber: o viés geográfico, das instituições e dos nativos ou pessoas e como estas contribuem para a constituição das memórias inseridas nas esculturas fúnebres. Logo, não podemos nos isentar de apresentar algumas palavras sobre o próprio suporte que a dissertação aborda: os monumentos fúnebres, devido à importância que este suporte apresenta ao guardar no interior de suas esculturas, a essência do que se constitui como memória, identidade e, por conseguinte, a nossa cultura. Conforme o apresentado por (BAYARD, 1996), o homem enterra os de sua espécie mais de 100.000 anos a.C., entretanto é apenas em 1215 d.C. que o homem se liberta do medo da idolatria, imposta pelo Cristianismo, o que ocasiona a primeira abertura para o uso de imagens, mesmo que de origem pagã

¹² Composição poética, cujo objetivo principal é homenagear, evidenciar o valor de uma personalidade, utilizando estrofes simétricas com o mesmo número de versos. Comumente proferido em eventos festivos ou funerários.

(GINZBURG, 2001, p. 102). A partir deste período, as imagens são usadas para representar, em consonância com um sentido pedagógico.

As cenas representadas nos quadros, esculturas, fotos são passíveis de interpretações diversas. No caso dos monumentos fúnebres, temos representações do sagrado: anjos, Jesus Cristo (fig. 15), santos, animais, velas, relíquias; representações mundanas: profissões, instrumentos, gostos e ou identificação pessoal do morto segundo os vivos; gestos simbólicos: rosto para baixo (tristeza, prece), mão com o dedo indicador apontando para cima (fig. 16 e 17) podem representar (aviso, local de destinação do morto). Assim sendo, é plausível dizer que os monumentos se comportam como uma “escrita viva”, pois mesmo os que “não sabem ler, podem por meio delas, percorrer uma *historia picta*, absorver ideias e receber mensagens morais” (ROSSI, 2012, p. 81). Se pudermos resumir com poucas palavras a importância dos monumentos para cada um de nós e para a sociedade a qual se destinam, pode-se dizer que os monumentos tem por objetivo comunicar, narrar, informar, ensinar.

Figura 15 – Estátua de Jesus Cristo com o rosto e os braços estendidos para o céu.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 16 – Anjo com guirlanda na mão e dedo indicador apontado para cima.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 17 – Anjo em cima do dragão e dedo indicador apontado para cima.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Outro aspecto intrínseco aos monumentos fúnebres é seu caráter político e artístico. A edificação de monumentos depende muito do status além de custar muito caro. São esculturas disponíveis para poucos, não é a toa que a cultura de erguer monumentos para os mortos iniciou-se para o clero, reis e sua nobreza entrando em declínio em meados do século XVII ao

fim do século XVIII (LE GOFF, 2012, p. 442). Este declínio tem como cerne o movimento político, artístico e filosófico chamado *Romantismo*, que segundo Franco (2010, p.111), caracteriza-se por: “sonho, a idealização da mulher e da morte, a subjetividade, o escapismo, a busca pelo exótico na arte, certo pessimismo e gosto pelo lúgubre”. O romantismo exerceu sua influência nos monumentos fúnebres, devido aos objetivos nacionalistas e seu foco centrado no indivíduo, em consonância com o estilo estético *Art Nouveau*¹³.

Esta união entre o movimento do Romantismo e o estilo *Art Nouveau*, foi substancial para reerguer a cultura de se dedicar monumentos aos mortos, além de disseminar o direito à memória que outrora era para poucos, tornando a política de construção de monumentos mais abrangentes. Este “direito a memória” passa a entrar em vigor graças aos novos recursos mecânicos e industriais, provendo técnicas esculturais, arquitetônicas e novos métodos de fundição dos jazigos, possibilitando uma abrangência de jazigos elegantes, que outrora eram mais custosos (FRANCO, 2010). Porém, vemos que no século XXI o uso dos monumentos adquire novamente o status de luxo.

Recentemente foi divulgado no jornal O Globo, o mercado aquecido para aquisição de jazigos perpétuos. Em geral não há mais construções de monumentos nos interiores do Cemitério São João Batista, mas há venda de concessões, que podem chegar a R\$450.000, ratificando que a metragem deste campo mnemônico de exaltação a morte custa o dobro do metro quadrado do Jardim Pernambuco, localizado no Leblon, bairro nobre da Zona sul do Rio de Janeiro (BOTTARI, 2013a). Os monumentos demonstram que desde sua constituição até o momento da sua concessão para os herdeiros, há vastas relações de poder em ação: a escolha do lugar em que o mesmo será erguido, as interferências institucionais, o papel das pessoas (artistas, vizinhos, profissionais e afins), a composição artística, psicológica, histórica, de memória, o aspecto financeiro.

Em exemplo (fig. 18), podemos descrever o trabalho do artista que desenvolve com detalhes e delicadeza na construção de uma escultura, seus traços; que podem evocar os sentimentos de tristeza, devoção, saudade, dor pela perda; histórico, apreendido pelo olhar de uma escultura que remete a determinado estilo artístico da época; a memória, de que a morte é algo que não

¹³ Art Nouveau é um estilo estético que originou-se em Paris, influenciando as artes plásticas entre meados do século XIX e primeiras décadas do século XX.

podemos evitar; a questão financeira, pelo custo de produção de um monumento escultórico, possível apenas para poucos em detrimento da maioria e afins.

Os monumentos fúnebres agem como um suporte a serviço da sociedade. Apesar da dessacralização dos mesmos e de seu constante apagamento perante a contemporaneidade, os monumentos se mostram úteis por serem uma arte icônica que “expressa os sentimentos do homem em relação a tudo que o concerne, tanto psíquica quanto socialmente, sofrendo, assim, a influência dessas indagações” (FRECHETTE, 2012, p. 79). Ao analisar os monumentos fúnebres e os olhares que influenciam na sua composição e possíveis utilizações, vemos que as relações existentes são extremamente interligadas, possibilitando diversas pesquisas, que por sua vez nos traz novos modos de olhar os monumentos. Destarte, consideremos o olhar do pesquisador.

Figura 18 – Anjo prostrado diante do túmulo com rosas.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

3.1.5 O olhar do pesquisador

O pesquisador pode utilizar ou mesmo criar instrumentos para realizar suas pesquisas. Assim, o mesmo pode se utilizar de qualquer suporte, referências bibliográficas e demais instrumentos que possam contribuir para seu olhar analítico, raciocínio este que também se aplica aos monumentos, observados como meio ou objeto principal de pesquisa. Para fins de esclarecimento, vale utilizarmos da metáfora de Jano, para situarmos a relação do pesquisador com sua pesquisa.

Jano, deus romano cujo nome deu origem ao primeiro mês do calendário gregoriano, é caracterizado por suas duas faces: uma velha, com barba farta, que olha para o passado e outra jovem, sem barba que observa o futuro. Os monumentos possuem “as duas faces de Jano”, pois ao mesmo tempo em que ele observa o passado e aquilo que se pretende preservar, ele também observa para o futuro e o que será perpetuado, dito de outra forma, os monumentos pretendem conservar o passado para então perpassá-los para o futuro. Da mesma forma a lógica pode ser aplicada ao pesquisador, pois na busca científica em que se utiliza de suportes e citações de autoridade para dar respaldo ao seu próprio trabalho, o pesquisador exerce a dupla função de olhar para o passado ou algo disponível para a sua pesquisa para então desenvolver seus trabalhos, beneficiando futuros pesquisadores e a sociedade.

Le Goff (2012, p. 510) diz: “os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador”. Cabe-nos aperfeiçoar esta citação para: os *monumentos* são herança do passado, atuam no presente e almejam o porvir, já os *documentos* são as escolhas do pesquisador. Isto se deve ao teor etimológico da palavra monumento, pois se o mesmo tem por objetivo recordar, e mais profundamente significa ensinar, sua função só é cumprida quando atinge alguém, seja este o historiador, pesquisador em geral ou a sociedade que a detém. Seguindo a lógica, para que os monumentos alcancem o pesquisador, significa que para este houve um motivo, uma apropriação do que os monumentos escultóricos tem para evocar, ensinar, que devido a sua singularidade o fez ser selecionado, atingindo o status de documento, aqui entendido como valor de prova ou necessário para fins específicos.

Num exercício prático, podemos pensar sobre o vasto campo de pesquisas proporcionado pelos monumentos fúnebres, utilizando do monumento dedicado a família M., no Cemitério São João Batista (fig. 19). Pelo viés artístico, pode-se analisar a composição no qual o monumento foi construído, definindo pelos materiais usados em qual escola de arte esta obra é categorizada; o viés teológico, dissertando sobre as crenças, dogmas e passagens religiosas que são demonstradas pelos personagens que compõem o monumento; o viés psicológico, considerando os traços, os escritos e as subjetivações que este monumento projeta em nós; o viés histórico, que retrata e registra as mentalidades do homem diante da morte; também podemos ver uma “teatralização da morte”, encenada pelo homem e sua relação com aquilo que os segue desde o início de sua existência.

Figura 19 – Jazigo da família M.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2014

Enfim, os olhares apresentados para pensar os monumentos fúnebres são vieses que atuam em conjunto. Cabe ao pesquisador, aliado a sua “visão periférica”, avaliar aquilo que afeta seu trabalho para então utilizar as matérias de sua pesquisa – livros, fotos, monumentos, sites – como fator documental, atribuindo veracidade ao que se pretende cientificar. Destarte, um campo se mostra forte, afetando tanto o escopo do trabalho quanto a potência científica do mesmo, por assim dizer, este campo é a memória social. Após a reflexão conceitual sobre a morte, memória e o suporte que as elegem como seu núcleo, percebe-se que essa relação é fundamental e agem como provas irrefutáveis de que a memória constrói, institui e legitima os processos que vem a instalar uma “cultura da memória” na sociedade (SARLO, 2007).

Além disso, pode-se sintetizar que, as operações mnésicas coexistentes na composição dos monumentos ou mesmo as possíveis perspectivas apresentadas pelos olhares, reforçam que o monumento carrega uma potência muito grande, cuja essência afeta e interage com o corpo social na pretensão de ser um suporte que eterniza a mentalidade sobre a morte. Independente do foco aos quais os monumentos delegam para o vindouro, entende-se que a sua constituição se resume nos princípios daquilo que Riegl afirma ser o valor volível de comemoração, ou seja, um conjunto de valores, com vistas a imortalidade (RIEGL, 2014, p. 63).

4 NARRATIVA E INFORMAÇÃO: OS MONUMENTOS FÚNEBRES COMO PATRIMÔNIO E SUAS SINGULARIDADES

“[...] o condutor não é um cocheiro qualquer, serve a um chefe muito restrito, cujo nome é a morte” (CARRUAGEM FANTASMA, 1921, min. 18).

Nos capítulos anteriores, nos concentramos em aspectos inerentes à questão da morte e sua relação com a memória, especificamente os suportes que sustentam diretamente essa relação: os monumentos dedicados aos mortos comumente chamados de monumentos fúnebres. Algumas questões serão retomadas, em menor ou maior grau de discussão, neste capítulo. Para tal, vale revisarmos essas questões para então examinar a relação entre a narrativa e informação e, a seguir, visitar os monumentos vistos como patrimônio e, por conseguinte, ‘espelhos da sociedade’.

Ao refletir sobre a morte, apresentamos dois enigmas que nos rondam incessantemente: quando exatamente se dará o fim de nossas vidas?; O que significa o limite temporal da existência. Essas questões se refletem no sujeito através de suas escolhas em vida, seu modo de viver, suas crenças, medos ou atitudes. Em resumo, pode-se dizer que o meio social no qual vivemos encobre inúmeros tabus sejam oriundos de questões sexuais e dos variados modos no qual a morte nos afeta.

Entende-se que esses enigmas são inerentes à formação da angústia (HEIDEGGER, 2005). É essa angústia quanto à nossa existência, nossa condição de termos tempo definido de vida, porém sem informações de *quando* e *como* morreremos, que nos incita a criar conceitos, crenças e práticas, que mobilizam a corporeidade e a mentalidade, individuais e coletivas. Entende-se que há perspectivas diferentes, no qual essas questões podem se dar tanto no nosso corpo, tal como os estágios propostos por Kübler-Ross (negação, raiva, depressão, barganha ou negociação e aceitação) como no corpo social, tal como Ariès (a própria consciência de morte, a morte de si, a morte do outro) e Landsberg (a morte do íntimo) atestam.

Vale ressaltar que a distinção entre morte em individual e social é uma divisão didática, uma vez que apenas “enquadramos” algumas implicações psicológicas e socialmente discutidas por esses autores. Independentemente das formas individuais e coletivas, corporais e mentais, com que se manifestam (ou em que são classificadas) as relações com a condição de mortalidade, pode-se considerar que estas sempre implicam em algum tipo de *discurso de negação*, ou seja, em meios que desenvolvemos para negar, apaziguar, eufemizar a brusca violência (o caráter absoluto) com que a morte incide no corpo vivo e no mundo dos vivos (RODRIGUES J., 2006).

Franco (2010), por sua vez, enfatiza que tais discursos de negação podem se dar pelo viés do ridículo (de forma a amenizar o impacto da morte na nossa consciência) ou pelo viés do sinistro (retratando o terror e o temor que a morte nos aflige, de forma a nos manter constantemente avisados de sua presença). Este “mapa conceitual” desenvolvido sobre a morte (ou sobre a angústia a ela associada), implica em um conjunto de atitudes, afirmações (ou ‘crenças’) e práticas que não são neutras ou instrumentais, mas colorem de conotações e significados desde os aspectos mais íntimos até os mais gerais da vida das pessoas em grupo; modos culturais e históricos, de se lidar com a finitude.

Logo, podemos visualizar dois fatores fundamentais da atuação da memória e como esta perpetua a morte, negando-a. A primeira, é o caráter circunstancial da memória, entendida como uma construção em resposta ao acontecimento da perda (a morte do outro / íntimo), que motiva sua perpetuação. O segundo fator da memória é sua intencionalidade, haja vista que ela não é um processo virginal; ela inscreve a morte, fato universal, como parte de um discurso e de uma ‘ordem das coisas’.

Abordando as questões da morte e sua relação com a memória, delimitamos nossa discussão sobre os suportes escultóricos de memórias, que por sua constituição híbrida entre memória (evocação de algo ou alguém ausente que se faz simbolicamente presente) e morte (referência a uma finitude que nos cerca de resíduos e vestígios concretos), são mais facilmente encontrados, em cemitérios, cenotáfios e afins: os monumentos fúnebres (sem com isso implicar que os demais monumentos não possuam também esses aspectos). É preciso, no entanto refletir sobre a categoria de monumento e suas características, ou sobre os processos de monumentalização; afinal, segundo a literatura apresentada, o status ou a característica de

monumental pode ser atribuída a inúmeros objetos como pessoas, textos, esculturas, músicas, expressões artísticas em geral ou mesmo práticas e rituais.

Mnemosyne (deusa que representa os efeitos discursivos, as relações de poder, as atuações da memória, no qual podemos citar as operações mnésicas já discutidas) e Thanatos (personificação das atitudes do homem diante da morte: consciência de finitude e afins) dialogam *nos* monumentos fúnebres – nos objetos que dizem/indicam ‘aqui jaz’, ‘aqui existiu e não mais existe, mas se preserva’ – mas também os disputam entre si. Pois também os monumentos, feitos de material inanimado, decaem, se tornam ruína. Os monumentos se tornam alegóricos, pois também sobre eles age o tempo e a finitude. Não é senão com esforço humano social que as obras de superação da morte (ou de superação das limitações diante da natureza) resistem. Se os monumentos são meios de lembrar, mas que afirmam indiretamente a finitude e a destruição final, por seu lado as ruínas, os desgastes, os sinais de desagregação daquilo que a intenção e a lembrança erigiram, dão ao espírito a experiência de superação da finitude (SIMMEL, 1998). A ‘palavra final’ de cada uma das vozes do diálogo é confirmação da outra.

Dois pares de noções a respeito da memória resumem, a nosso ver, aquilo que está em jogo na reunião de monumentos fúnebres, na ‘monumental biblioteca mortuária’ que são os cemitérios urbanos modernos. A primeira, é que *a memória é construída* socialmente. Ela remete ao poder – no sentido foucaultiano – que indivíduos, grupos e a sociedade exercem na inscrição simbólica dos monumentos, a influência que as instituições – políticas, religiosas e afins – empregam direta ou indiretamente na produção / utilização dos monumentos (aqui podemos dizer também que as instituições exercem sua influência nas pessoas para que estas reproduzam, neles ou através deles, “símbolos institucionais” nos monumentos).

A ideia de *lugares de memória* (Nora, 1993) pode se associar à anterior: a série das práticas e dos artefatos produz lugares discursivos múltiplos, segundo outra tríade, isto é, a que considera os eixos da materialidade, da funcionalidade e do simbolismo. Os monumentos, muito claramente, são objetos físicos/materiais, que são também instrumentais (indicam um túmulo, trazem informação biográfica ou histórica, etc) e simbólicos (associa fatos, pessoas, instituições a certos significados e valores). Ou seja, a noção de que a memória é construída

se complementa com a noção de que ela é um espaço complexo de coisas, de atos/práticas e atitudes/pensamentos.

O segundo par de noções é o de *memória vicária* (Sarlo 2007) e de *memórias subterrâneas* (Pollak 1989). A primeira – muito similar à de memórias/experiências “vivas por tabela” (Pollak 1992) – se refere a memórias que ‘ocupam o lugar’ daquilo que não lembramos ou que se encontra em esquecimento. Pode-se exemplificar com o processo de construção dos monumentos, em que o embate entre o que deve ser lembrado ou esquecido se reflete num resultado muitas vezes vantajoso para o Estado, ou as crenças religiosas institucionalizadas, e as pessoas ou organizações de grande poder econômico, em detrimento dos pobres, indigentes ou membros das chamadas minorias (fig. 20 e 21), que são ocultadas e afastadas dos outros túmulos e monumentos ilustres, sendo por fim alocados em espaços separados dos demais, desprovidos dos cuidados higiênicos e da manutenção de seus túmulos, não raro reduzidos a covas rasas com precária sinalização e durabilidade.

Figura 20 – Vista aérea do Cemitério São João Batista (indigentes 1).



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>
Acesso em: 3 set. 2014

Figura 21 – Vista aérea do Cemitério São João Batista (indigentes 2).



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>
Acesso em: 3 set. 2014

Já a noção de memória subterrânea traz justamente atenção para o componente do silenciamento, daquilo que é sabido/transmitido sem referência ou verbalização, a dimensão do não oficial. Tem a ver, assim, com memórias que, de forma involuntária ou não plenamente intencional, podem circunstancialmente aparecer em detalhes como: a localização e os cuidados designados aos túmulos e monumentos da classe pobre ou mesmo a não permissão de um enterro digno e o cultivo da memória de minorias como prostitutas, “associais” (assassinos, psicopatas ou criminosos em geral) e afins.

Para complementar as discussões dos monumentos fúnebres, propusemos alguns olhares possíveis para iluminar nosso entendimento sobre a constituição dos monumentos, tais como: o olhar geográfico; o olhar das instituições que inscrevem suas demandas representativas nos monumentos; o olhar dos nativos, ou das pessoas e como estas interagem com o ambiente monumental e fúnebre; o olhar sobre o próprio suporte estudado, pois as variações de recursos físicos, escolas artísticas e meios de construção também tem muito a dizer da nossa relação com a morte e seus ‘condutores’ (neste caso, os monumentos escultóricos); e por último, apresentamos o olhar do pesquisador e como este se apropria, de acordo com as suas perspectivas, dos monumentos fúnebres (ou ‘condutores’ que atendem a morte), neste caso os monumentos do cemitério São João Batista.

4.1 Quando os monumentos narram ou quando os monumentos informam?: reflexões iniciais

Principiemos com algumas observações que não apenas servem de analogia para ajudar no desenvolvimento de nossas discussões, como também são “bons para pensar”, enriquecendo perspectivas e propiciando mais questionamentos. No texto intitulado *Arquivo Vera Janacópulos: narrativa, mito e informação*, Dodebei (2003), disserta sobre os inúmeros relatos, fragmentos e informações que formam o arquivo da cantora em questão. Ao final, Dodebei (2003, p. 72) apresenta as seguintes interrogações: “poder-se-ia considerar os arquivos uma narrativa? Quem assumiria a figura do narrador? Quais as fronteiras entre narrativa, informação e memória?”.

Diante dessas perguntas, a autora expõe duas leituras possíveis sobre os arquivos em questão: a primeira, é observar os arquivos por sua totalidade, dessa perspectiva eles podem ser considerados “como uma narrativa, cujo narrador é o próprio acumulador, seja ele uma instituição pública ou uma instituição privada, de natureza física ou jurídica” (ibid., p. 72). A segunda leitura, trata dos objetos em si que podem ser vistos como fonte de informação, que por sua vez podem alimentar novas narrativas, proporcionando um ciclo, não retrógrado, mas evolutivo (DODEBEI, 2003). Portanto, os arquivos podem ser vistos como narrativa devido ao seu conjunto, sua unicidade, que permitem os objetos se relacionarem e comunicarem algo para o porvir, enquanto que o viés informacional pode ser analisado quando tomamos os objetos que compõem o arquivo em sua particularidade.

Essa preleção inicial, permite-nos aplicar não só reflexões para o objeto de estudo no presente trabalho como também abre portas para que possamos dar um corpo maior e mais complexo sobre as questões que se relacionam com a memória, seja pelo seu viés narrativo ou pelo viés da informação. Tomando a discussão dos arquivos como analogia para discutir sobre os monumentos, podemos dizer que esses não só tem por função narrar, perpetuar alguma coisa para o futuro, mas também apresentam o objetivo de nos informar, de nos atingir de forma imediata. Este relacionamento entre narrar e informar por vezes pode gerar um “conflito de funções” nos monumentos, pois Benjamin (2012, p. 219) já dizia que: “se a arte da narrativa é hoje rara, a difusão da informação tem uma participação nesse declínio”.

Os monumentos associam em sua composição várias memórias, que anseiam em narrar suas vivências para as próximas gerações, pois podemos observar que o local em que os monumentos se encontram, os símbolos que nele estão incrustados, os interesses - emocionais, ideológicos, políticos e culturais - dos indivíduos para a construção e conservação do monumento, os escritos encontrados em placas comemorativas ou de homenagem ao morto, enfim, pode-se dizer que há um agregado complexo e dinâmico de memórias que se digladiam por um espaço na memória social, construídas pelos monumentos, sejam públicos, privados, de cunho estritamente político ou fúnebre. À guisa de exemplificação, vale apresentarmos alguns monumentos, a fim de evidenciar um pouco deste “mundo narrativo”, aplicando um olhar clínico, com base nas discussões já apresentadas ao longo da dissertação.

Figura 22 – Religioso em pé, com uma cruz na mão e suporte com um crânio.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2014

Antes de analisarmos o monumento acima (fig. 22), reitero a presença de alguns olhares propostos para se compreender a constituição dos monumentos. Neste caso, é perceptível a influência do ambiente e da instituição religiosa. O Cemitério São João Batista é um espaço que abriga o enterro de pessoas independente de credo religioso, entretanto, a presença de monumentos que representem crenças religiosas, em sua maioria, refletem os pressupostos do Cristianismo, haja vista que desde a construção do cemitério até sua recente concessão por outra instituição – neste caso privada – este lugar de memória dos mortos foi administrado por uma irmandade católica. Portanto, a escolha de se erigir um monumento fúnebre de um religioso neste *lugar de memória* dos mortos é compreensível, tanto pelo espaço quanto pela instituição que a administrava.

Dedicando nosso olhar para o monumento em si, temos uma ebulição de narrativas: a indumentária reflete a crença e a prática religiosa do moribundo em questão; o olhar dirigido ao alto de forma serena pode nos relatar a nostalgia pela ausência do morto para os que aqui ficaram a aceitação da morte terrena e a passagem para a vida eterna; a cruz, que dentre o vasto campo de significações, podemos citar a narrativa da Paixão de Cristo, a relação entre o celestial e o terrestre, a árvore do paraíso (segundo alegorias medievais), o perdão (ou esquecimento) dos pecados do homem (CIRLOT, 2001).

Também podemos estabelecer uma relação entre o crânio e o abraço do indivíduo retratado com a cruz. O crânio, comumente associado com a consciência da finitude humana (ARIÈS, 2012), encontra-se em grande destaque, erguido em uma espécie de pedestal, para nos alertar, nos fazer lembrar da morte, anunciar que Thanatos não escolhe a quem buscar: apenas exerce seu poder perante todos os seres. Em contrapartida, temos o abraço do homem com a cruz, que narra sua fidelidade à crença religiosa, no *post-mortem*, até mesmo dialogando com o olhar sereno da estátua perante a morte que ceifou o jacente, porém eternizando-o no monumento.

Esta análise das narrativas presentes nos monumentos além de reforçar a característica dos monumentos como suportes de memórias – literalmente no plural – também ressalta o quanto a divisão das implicações da morte – seja individual ou social – é meramente ilustrativa e didática, uma vez que podemos ver interligados no mesmo monumento atitudes de consciência da morte, negação, aceitação e afins. O próximo exemplo (fig. 23 e 24) além de

ser singular, no que diz respeito às representações iconográficas encontradas nos monumentos fúnebres, também demonstra um pouco do caráter isento de explicações das narrativas perpetuadas pelos monumentos, e como estes podem atingir uma amplitude de interpretações que fogem aos interesses da informação (BENJAMIN, 2012).

Figura 23 – monumento fúnebre com estátua de Papai Noel.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 24 – detalhe da estátua de Papai Noel.



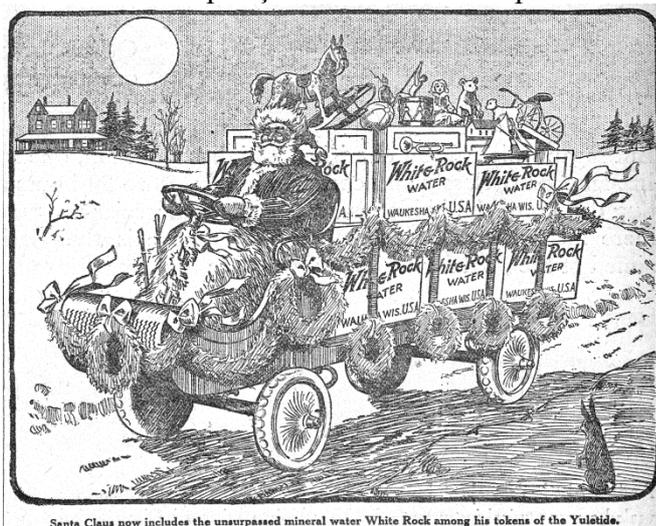
Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

O exemplo acima representa bem os escritos de Benjamin (2012, p. 215), quando ele associa “o conhecimento de terras distantes, trazido pela casa pelo homem viajado, ao conhecimento do passado, recolhido pelo trabalhador sedentário”. Nesse caso, o conhecimento externo pode ser percebido pela estátua de Santa Claus¹⁴, ou papai Noel popularmente conhecido no país como um velhinho caridoso, que presenteia as crianças ditas “boas” em detrimento das crianças “malvadas”, que são punidas com um pedaço de carvão de presente. Levando em consideração o personagem e sua indumentária (homem gordo, bigodudo, que usa roupas quentes de cor vermelha, gorro e botas para andar na neve), fica mais claro para entendermos que esta contribuição - da empresa de bebidas Coca-Cola e antes ainda pela empresa também

¹⁴ Santa Claus, São Nicolau ou Papai Noel, é um personagem lendário - acredita-se que sua origem foi na Lapônia, onde localiza-se a Finlândia - cultuado em vários lugares do mundo, ora como um santo, por ser um homem caridoso que ajudava os pobres, ora como um bom velhinho que presenteia as crianças bem-comportadas. Sua apropriação como um personagem natalino iniciou-se na Alemanha e se disseminou pelo mundo.

de bebidas White Rock (DOES SANTA CLAUS STILL DRINK WHITE ROCK?, 2012) – propiciou a disseminação desse ícone em mídias de massa e mesmo nos monumentos fúnebres, contribuição essa que independente dos relatos, percebe-se que tem sua origem fora do Brasil.

Figura 25 – Primeira aparição comercial de Papai Noel em 1915.



Santa Claus now includes the unsurpassed mineral water White Rock among his tokens of the Yuletide.

Fonte: <http://www.whiterocking.org/santa.html>

Acesso em: 14 out. 2015

Em contrapartida, temos o conhecimento inerente ao sedentário, no caso a simples edificação do monumento no Brasil, com o intuito de perpetuar a memória do moribundo, indiretamente um reforço de sua nacionalidade além de reforçar sua identidade cristã pela escolha (voluntária ou não) de repousar o corpo num cemitério que até a pouco tempo fora administrado por uma irmandade católica. Em cima da estátua de Papai Noel, há o símbolo dos sinos, associado ao poder criativo, aos avisos cristãos (missas, casamentos, funerais e afins), ou mesmo significa “os objetos místicos (aqui entende-se espíritos) que estão suspensos entre o céu e a terra”, conforme Cirlot (2001, p. 24, tradução nossa).

Os sinos também são vistos como objetos úteis para afastar demônios, entoar maldições, desfazer feitiços ou mesmo purificar um ambiente, tal como é empregado nas religiões do Sul e do Sudoeste Asiático (ENCICLOPÉDIA DA MORTE E DA ARTE DE MORRER, 2004, P. 469). Logo, o monumento em questão apresenta uma miríade de símbolos e significados, de origens geográficas diversas, que apontam inúmeros vieses de pesquisa, porém apresenta um único fator: os monumentos possuem narrativas isentas da preocupação de informar – tal

como Benjamin reflete sobre o narrador –, pois dedica-se principalmente ao ato de perpetuar, relatar, permitindo-se nunca esgotar além de provocar desdobramentos ilimitados, de acordo com as perspectivas que olhamos os monumentos (BENJAMIN, 2012).

Os monumentos fúnebres citados, servem de exemplos para pincelarmos a complexidade da narrativa como um campo de estudos. Destarte, já podemos vislumbrar algumas respostas e mesmo acrescentar reflexões sobre as perguntas outrora dedicadas aos arquivos por Dodebei. Podemos dizer que os monumentos, em analogia com os arquivos mencionados pela autora, são sim narrativas, e ainda mais: além de serem narrativas pelo conjunto das obras – por exemplo, pelo enquadramento dos monumentos num cemitério cristão, ou num setor de monumentos dedicados a pessoas ilustres e políticos –, os monumentos podem ser considerados suportes repletos de narrativas em sua própria constituição, uma vez que o escultor deixa suas marcas nos monumentos, que incrustam simbologias cristãs, relatos sobre o moribundo, suas vontades, o interesse e a prática de outros em concretizar a ideia de construir o monumento. Em resumo, os monumentos abrigam narrativas, tanto em sua composição quanto no conjunto de monumentos alocados num determinado espaço.

Sendo assim, vale retornarmos a pergunta feita por Dodebei, sobre quem assume a figura do narrador, neste caso aplicando a questão para os monumentos ao invés dos arquivos estudados pela autora. Na verdade, pode-se ampliar esta pergunta para, quantos assumem a figura do narrador? Afinal de contas, ao entendermos os monumentos fúnebres como suportes de memórias, citarmos as inúmeras narrativas que eles perpetuam, os vários agentes envolvidos (escultor, família, instituições, morto), as interligações de experiências que irrompem no espaço e tempo, podemos afirmar que, no caso dos monumentos, não há apenas um narrador, a intercambiar suas experiências para o porvir, mas há uma profusão de pessoas, instituições e demais fatores que influenciam ou mesmo deixam suas “marcas narrativas” no mesmo suporte, permitindo a vivacidade da memória comumente suportada e, de certa forma, protegida por portadores materiais como é o caso não só dos monumentos escultóricos, mas também dos memoriais, museus, bibliotecas, arquivos e afins (ASSMANN, 2011).

Os diversos monumentos apresentados a título de exemplificação na presente pesquisa, podem ser discutidos e pensados com até mais profundidade do que foram tratados, ou mesmo transmitir inúmeras perspectivas e narrativas diferentes de seus aspectos, tal como o já

discutido pelo olhar do pesquisador, que varia de acordo com sua visão de mundo. As imagens incrustadas nos monumentos podem ser mudas, ou mesmo isentas de interpretação num primeiro olhar, mas também podem ser “mais eloquentes do que qualquer texto” tal como Assmann (2011, p. 237) afirma.

Esta possível eloquência das imagens, se deve pelos efeitos que elas causam no aparelho mnésico, atingindo regiões que muitas das vezes não são acessadas pelo processamento verbal, textual, por exemplo, as experiências traumáticas (ASSMANN, 2011). O trauma, ou a simples angústia existencial pelo possível não ser do sujeito em si, pela morte do outro, do íntimo (e aqui podemos ressaltar não só parentes, amigos, como inimigos ou demais pessoas próximas), enfim as atitudes ditas individuais ou sociais que tomamos diante da morte, implica-nos o direito de narrar nossas experiências, nossos desejos, incômodos, esperanças, por meio dos vários suportes que criamos. Os monumentos podem ser vistos como suportes que narram nossa relação com a morte, reafirmando o discurso de negação – o *Eros* da infinitude da alma, da vida pós-morte – e o discurso de afirmação, uma vez que por mais incessante que seja nosso desejo de se desvencilhar da morte, ela sempre esta presente, como ‘fato biológico’ (a finitude de cada vida individual) e também como ‘mensagem social’. ceifando almas que passam a não estar presentes fisicamente para estar hodiernamente em nossas memórias ou nos suportes criados para lembrá-las.

Os monumentos fúnebres, como suportes de memórias, que narram as experiências de diversos atores, que relatam nossa consciência sobre a morte, nossa relação com a perda de alguém, que nos fazem refletir sobre a aceitação de nossa finitude ou mesmo reforçar nossa negação da morte, ancorando nosso apego à vida em crenças religiosas, enfim essas narrativas entrelaçadas em objetos tumulares também apresentam a seguinte função: a de reprodução. Benjamin ao dissertar sobre a fotografia em seu artigo intitulado *a obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*, publicada primeiramente em 1955 contribui para pensarmos as características da obra de arte, além de apurar seus efeitos na sociedade, ressaltando que a reprodução dissemina a arte para lugares inatingíveis, aproximando receptores que outrora não teriam acesso ao material (BENJAMIN, 2012).

Esta característica da reprodução também é uma marca inerente aos monumentos, uma vez que esses suportes perpetuam memórias, que podem constituir ou reforçar uma identidade,

assim como podem propiciar a renovação e a reconstrução ao evocar diferenças (DODEBEI, 2003). Esta perpetuação das memórias relatadas nos monumentos por intermédio da reprodutibilidade imagética de santos, anjos, carpideiras¹⁵¹⁶ (fig. 26), cruz, símbolos que remetem a determinadas classes e afins, reforça a imagem que temos ao discutir sobre o tabu da morte, assim como renova nossas atitudes, ao mostrar diferenças de determinados sujeitos e grupos diante da perda humana. Em síntese, os monumentos reproduzem em larga escala tanto a cultura quanto as singularidades do homem diante da morte, que por sua vez reproduzem suas próprias culturas e divergências. Apropriando-se da ótica de Benjamin, pode-se dizer que os monumentos não só reproduzem uma cultura de massa como também reproduzem as massas (BENJAMIN, 2012).

Figura 26 – Escultura de carpideira.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

¹⁵ Segundo Bayard (1996, p. 109): “O costume das carpideiras existia não só na África negra, mas também, segundo o Antigo Testamento, entre os judeus, da mesma forma entre os índios do Peru, na América Latina, e até mesmo entre alguns grupos de confrarias. Na Bretanha, havia carpideiras até recentemente. Na Sardenha, o grito de dor “ai ai” fez com que se desse o nome de *Attito* a essa lamentação. Na Córsega, seu nome é *lamento*, quando a morte é natural; quando é violenta, *vocero*, o qual clama por vingança.”

¹⁶ Na Europa, o papel das carpideiras podia ser feito pela pessoa mais próxima ao morto, por exemplo, mãe, viúva, irmã mais próxima do defunto, filhas, porém levando em consideração a capacidade poética do ato de carpir. Além de costume era um ato obrigatório, pois quando não havia nenhum membro da família capaz de carpir pelo morto e por sua memória, eram contratadas carpideiras talentosas. O número de carpideiras variava de acordo com a tradição, circunstâncias e condição social da família. As carpideiras competentes eram escassas e frequentemente eram contratadas carpideiras anciãs, por sua extensa experiência de vida: sofrimentos, traumas, lutos e afins, de forma a propiciar uma melhor empatia com o sofrimento da família (ENCICLOPÉDIA DA MORTE E DA ARTE DE MORRER, 2004, P. 87).

Numa contextualização, podemos observar que os chamados “enigmas primordiais” – quando morreremos?; e o que significa o morrer? – são duas indagações motivadoras, que nos colocam num paradoxo: ao mesmo tempo em que a sociedade nega a morte, criando inúmeros meios de lidar com ela, também a afirma (fazendo surgir ou intensificar a angústia), pelo simples fato de constantemente (ainda que subterrânea ou vicariamente) termos de lidar com os tabus e traumas a ela associados (por efeitos de discursos e práticas de poder).

Podemos dizer que, a complexidade da constituição desses monumentos e as diversas “escritas” e modos de interpretá-las por intermédio dos símbolos icônicos, têm a mesma lógica de construção e recriação do hipertexto, tal como são construídos nas tradições orais ou mesmo a escrita em meio virtual (DODEBEI, 2003), com seus links e categorias a levar-nos para outros ambientes sem a preocupação de uma única linearidade. Em consequência, esta cadeia entrecruzada de narrativas, esta lógica hipertextual dos monumentos, acarreta inúmeras perspectivas, apropriações, modos de análise.

Em outras palavras, este emaranhado de narrativas possibilita o surgimento de memórias vicárias (SARLO, 2007), representativas de uma dada ordem, em detrimento de outras narrativas que ficam ocultas na memória subterrânea (POLLAK, 1989), de forma que o monumento permite a quem perscrutá-lo, reevocar estas memórias silenciadas – que não foram apagadas eternamente, apenas caíram no esquecimento –, podendo ser reapropriado então como informação. É mister nos ancorarmos um pouco nas reflexões sobre o conceito de informação, tento em vista sua delicada, complexa e emaranhada relação com as questões discutidas sobre a memória e os monumentos fúnebres.

Segundo Le Coadic (2004, p. 4): “a informação é um conhecimento escrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral ou audiovisual, em um suporte”. Essa conceituação, consideravelmente simplista sobre o conceito de informação, nos permite ao menos entender as possíveis apropriações que podemos fazer, por exemplo, ao analisar as memórias perpetuadas (ou mesmo narradas) pelos monumentos. Apesar do autor não mencionar os suportes tridimensionais – no qual os monumentos escultóricos aqui apresentados se enquadram – tem-se um valioso suporte, que pode ser utilizado, de forma voluntária ou involuntária pela sociedade: Os usos que o pesquisador faz ao evidenciar as memórias de determinados grupos em suas pesquisas; os símbolos que constantemente se impõem como

inscrições, a instruir-nos sobre as crenças religiosas; a simples vontade de transmitir memórias por este suporte material, já pressupõem a necessidade, o desejo de transmitir memórias com vistas a se tornarem informação para outrem.

Da mesma forma que nos monumentos fúnebres temos a relação entre memória e morte, por sua vez também nos interessa a existência entre memória e informação, por intermédio da já citada lógica hipertextual. As memórias que se ligam tal como sinapses a outras memórias num mesmo monumento, também se relacionam com as diversas apropriações (ou informações) que geramos a partir dessas memórias, dito de outra forma, os monumentos por “armazenarem” memórias e se relacionarem com a informação gerada para e a partir deles, apresentam uma estrutura complexa, organizada como em redes – diferente das estruturas clássicas arborescentes de informação, como as enciclopédias e demais projetos taxonômicos – mostrando caminhos infinitos, relações diversas entre as memórias e um campo infinitesimal de apropriações da mesma (LE COADIC, 2004).

Esta relação só é possível porque tanto a memória quanto a informação são vitais na esfera social. Por serem construções sociais, suas existências também implicam no surgimento de uma determinada cultura, no qual a memória corrobora para o surgimento da identidade e a informação é gerada pelo ato de comunicar, entender e interpretar a imagem que fazemos do meio em que vivemos (VARELA, 2007). Sendo assim, a lógica hipertextual, no qual os monumentos entrelaçam memória e informação, aliada a perspectiva cíclica e evolutiva das narrativas - que perpetuam memórias através de narrativas, que por sua vez geram informações que possibilitam o soar de novas narrativas (DODEBEI, 2003) - reforçam a existência de uma íntima relação entre dos campos distintos porém de semelhantes atuações na sociedade.

Para exemplificar melhor, vale evocarmos o conceito Simmeliano de “ruína” (1998). Para o autor, a ruína, exemplificada por uma construção arquitetônica, significa que em sua própria destruição, outras formas, como exemplo, a da natureza, cresceram e deixaram suas marcas constituindo uma nova totalidade, a partir da arte ainda existente na ruína, porém em consonância com a natureza que já vive nela (SIMMEL, 1998). A ruína vista como algo que propicia novas intervenções, cuja natureza investe naquilo que a priori seria restos de outrora, agregando valor e nova significação.

A ruína vista não como o fim do monumento, mas como uma nova etapa de edificação daquilo que outrora era imponente e encontra-se em decrepitude. A apropriação dos monumentos pela natureza (e aqui podemos elencar como natureza os inúmeros processos naturais do ambiente geográfico, as modificações empregadas pelas instituições, pelos nativos daquela região ou mesmo as mudanças culturais em relação a consciência e atitudes diante da morte), refletem em novas construções da memória e contextualizações da ordem cultural, abrindo as portas para a geração de novas possibilidades de informação (VARELA, 2007). Logo, a relação entre memória e informação, apesar de instituir campos divergentes, possuem inúmeros pontos em constante interação nos monumentos e nos usos que fazemos no decorrer das gerações.

Com base nas reflexões acima, apreende-se outra característica comum porém discutida de formas diferentes no campo da memória e da informação: é a noção de valor. O “valor da memória” pode ser aquilo que elegemos, após os atritos entre lembranças e esquecimentos, constituindo o acoplamento do conhecimento com uma memória social, permitindo a constituição de um saber oriunda das lutas e da utilização deste saber mnésico que apesar de se dar no atual se baseia no outrora (FOUCAULT, 1979b). Em síntese, não basta que nos apropriemos de algo para que algo adquira o status de informação, mas também é necessário atribuímos valor para aquilo que nos apropriamos.

Em ressalva, Fonseca (2009, p. 51) discorre sobre: “o valor que atribuem a esses bens [nesse caso os monumentos] enquanto meios para referir o passado, proporcionar prazer aos sentidos, produzir e veicular conhecimento”. Com base nessas reflexões sobre a constituição da memória e as apropriações e atribuições de valor, necessárias para a constituição da informação, é crível que, tanto para a memória quanto para a informação, há relações de poder que se estabelecem em prol de um determinado objetivo, seja o ato ético e político de narrar determinadas memórias por intermédio dos monumentos ou a apropriação e atribuição de valor, inerentes a geração de informação.

Para fazer claro, quanto as possibilidades de dialogo entre memória e informação por intermédio da existência de relações de poder, basta descrevermos algumas observações sobre a pesquisa de campo perante os monumentos fúnebres e seu ambiente cemiterial. Os vieses ou olhares apresentados no capítulo anterior ressaltam o poder como algo que não se detém, mas

que se exerce pelo conflito de forças, espalhando-se tal como uma mortalha, nas extremidades, nas bases do corpo social (FOUCAULT, 1979c).

É no caminhar perante a densa “floresta de memórias” construídas pelos múltiplos caminhos do cemitério que levam a segmentos de grupos (ricos, pobres, indigentes); de ambientes (limpos, varridos, com vasos de flores em contraste com ambientes imundos, com túmulos destruídos e isento de suas esculturas devido aos descuidos humanos); de pessoas que interagem de formas singulares perante as memórias do morto, muita das vezes de um desconhecido; de símbolos icônicos (a realçar o status de determinados grupos de falecidos em detrimento de simples pedaços de cruz ou terra que mantém subterrado a memória de muitos falecidos), que concebemos a existência de um poder intangível, capilar, que permeia o corpo social, produz significados, forma saberes e produz incontáveis discursos (FOUCAULT, 1979d). Sendo assim, é possível dizer que o corpo social, é composto por vários grupos que estabelecem relações de poder ao se apropriar e perpetuar memórias, além de possibilitar a informação de si (pelo trabalho de tradução), para si (coleta e armazenagem) e para outrem (disseminação), utilizando-se de inúmeros suportes dentre os quais os monumentos fúnebres (VARELA, 2007).

Nessa relação em que, os monumentos evocam narrativas e permite-nos apropriar do vasto conteúdo que deles emanam, um aspecto fundamental se apresenta: o valor de uso. Pois se os monumentos se constituem por intermédio de interesses distintos, que promovem determinadas operações mnésicas, perspectivas, narrativas e apropriações diferentes, a usabilidade dos monumentos torna-se factível: os mesmos são utilizados para evocar, mesmo que indiretamente, a angústia da não explicação da morte; para legitimar a memória de determinadas instituições em detrimento de outras; para a manutenção dos ritos fúnebres, ou seja, temos nos monumentos um suporte não só de memórias, mas que almeja a sustentação das necessidades culturais e da respectiva memória que a sociedade lhe inflige com tamanho vigor desde a sua gênese até o presente e objetiva a transmissão de memórias e suas possibilidades de uso para a posteridade.

O uso que fazemos dos monumentos remete sempre a questão da novidade, pois tal como Riegl (2014, p. 70) afirma: “o valor de novidade, portanto, só pode ser conservado de uma forma que simplesmente contradiz o culto do valor de antiguidade”. Sendo assim, o fato dos

monumentos serem utilizados de diversas formas, – inclusive criminosa, a ponto de haver venda e aluguel ilegal de espaços no cemitério (BOTTARI, 2013b) – reforça que a importância desse segmento de monumento escultórico não se destina a valorização da antiguidade, dos valores promovidos pelo tempo, mas sim pela sua funcionalidade, pelo modo como a sociedade usufrui dos mesmos, como os processos mnêmicos constituem o corpo social e transmitem os valores de outrora para nos apropriarmos no agora.

4.2 Monumentos como espelhos da sociedade: a atualidade das narrativas e possibilidades informacionais

Uma vez que o campo da narrativa e da informação são percebidos como dois caminhos interligados, pelas necessidades do corpo social, que almeja transmitir suas memórias ou experiências, constituir sua identidade, propiciar novas informações para que o mesmo possa entender – ou pelo menos saber lidar com as dificuldades que a questão da morte ocasiona – gerando uma espécie de ciclo evolutivo sobre a relação entre a morte e a memória, vale dedicarmos algumas palavras e mesmo apresentar algumas premissas que podem ser consideradas como a raiz do que se perpetua através do tempo em nossa mentalidade sobre a morte e suas singularidades visíveis na sociedade.

Levando em consideração a questão da narrativa, entende-se que a mesma constitui uma linearidade flexível tal como a lógica do hipertexto, pois permite a quebra e desvios para outras narrativas e apropriações, que por sua vez, possibilitam novas narrativas, sendo uma prática que se realiza por um determinado conjunto (DODEBEI, 2003). Essa noção de conjunto ou de peças, que – somadas, possibilitam a construção de uma narrativa, o intercambiar de experiências – é discutida sob a ótica do que Pomian (1983) conceitua como coleção. Para o autor, uma coleção se define por “qualquer conjunto de objetos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das atividades econômicas, sujeitos a uma proteção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público” (POMIAN, 1983, p. 53).

De fato, o conceito de coleção proposto por Pomian facilita o entendimento das narrativas que os monumentos transmitem, pois os monumentos do Cemitério São João Batista, podem ser categorizados como monumentos fúnebres escultóricos; são objetos artificiais, uma vez que

são construções oriundas de mãos humanas; são mantidas fora do circuito econômico, pois além de serem construções sem fins comerciais, negocia-se apenas a concessão dos respectivos monumentos, não permitindo por lei os processos de venda e aluguel; são mantidos por uma proteção em local fechado e próprio, pois os monumentos em questão encontram-se no mesmo cemitério, cuja concessão foi cedida recentemente para a Rio Pax em acordo com os processos licitatórios da prefeitura do Rio de Janeiro; e por último, são expostos ao olhar do público, pois todos os monumentos podem ser visitados e observados pelo público em geral.

Em outras palavras, percebe-se que os monumentos possuem um diálogo para além das questões relacionais entre Thanatos e Mnemosyne, pois eles apresentam narrativas ou experiências em comum, reforçando a característica da narrativa de intercambiar experiências (BENJAMIN, 2012), neste caso sendo perceptível entre os monumentos localizados num determinado espaço. Em complemento, a informação também é construída e observada nos mesmos monumentos, uma vez que podemos nos apropriar desses dados citados a pouco para entender com mais profundidade a essência que constitui os monumentos e como estes se mostram funcionais (e, nessa medida, informacionais) para a sociedade. Em resumo, a noção de conjunto ou coleção, nos permite entender, por intermédio das narrativas, o que eles tem a nos dizer ou que informação podemos apreender ao olhar esses monumentos.

Todavia, podemos segmentar em duas esferas as narrativas existentes nos monumentos: o primeiro, pode-se dizer interno, é inerente ao próprio monumento, pois tal como foi exposto nos diversos exemplos de monumentos do Cemitério São João Batista, um único monumento pode apresentar vários símbolos icônicos, que remete a determinadas instituições (família, Estado, poder militar, religião), práticas de exaltação (políticos, aristocratas e afins) ou exclusão (enterro de indigentes sem túmulo adequado, ou mesmo escondido comparado com os monumentos de ricos), ou seja, no próprio monumento podemos encontrar uma narrativa de vida daquele sujeito e das influências do corpo social que constituiu sua experiência em vida, com base nos embates entre lembrança e esquecimento ou mesmo entre as operações mnésicas já discutidas.

Na segunda esfera da narrativa, podemos entender como externo, uma vez que não depende de um conjunto de informações alocados num único monumento, mas sim pelo conjunto de

monumentos que se encontram num determinado lugar, por exemplo, as narrativas transmitidas pelos monumentos do Cemitério São João Batista. Neste caso, os monumentos podem nos dizer inúmeros questionamentos ou afetos existentes no corpo social. Desses, elenco três aspectos que podemos encontrar ao analisarmos os monumentos como uma coleção única de narrativas, no qual destaco primeiramente a angústia. Essa é uma das informações que podemos apreender ao olharmos os monumentos, pois nosso desconhecimento, estranhamento quanto as questões da morte nos angustia, pelo simples fato de não sabermos como lidar com a sua essência, o nada ou aquilo que a nadifica – ou seja, mantém seus status de inconcretude sobre o que é a morte e quando morreremos, apesar das diversas construções simbólicas – criadas pelo homem (FREUD, 2014; HEIDEGGER, 1973).

A angústia também pode ser encontrada não apenas sobre nossa dificuldade de lidar com a temática da morte, os traumas que a mesma corrobora ou os tabus construídos para nos afastar daquilo que atinge a todos os seres humanos e animais. A angústia também aparece ao analisarmos as próprias necessidades de construção dos monumentos, pois esses pressupõem o medo quanto a possibilidade de perda da memória, da cultura de gerações anteriores – que no momento da construção é um medo que se dá no presente – quanto ao esvanecimento dos ritos, ou seja, a angústia também esta a frente do desconhecimento que temos sobre o futuro dessas memórias, fazendo com que seja necessária as construções de monumentos, o que implica em discursos de perda (GONÇALVES, 2002). Pode-se dizer que os monumentos fúnebres realizam a ode da morte não só pela temática da finitude humana, mas pela própria memória.

Como segundo aspecto, podemos mencionar a existência de uma política de memória empregada nos monumentos. É notável a existência e os embates entre as memórias que são consideradas oficiais, construídas para se sobrepôr a outras – admitindo a qualificação de uma memória vicária (SARLO, 2007) – em detrimento das chamadas memórias subterrâneas (POLLAK, 1989), que são soterradas à espera de serem encontradas, desveladas e pesquisadas, evidenciando-se para a sociedade.

Um exemplo claro desse enlace é percebido entre os monumentos de famosos, muitas das vezes grandiosos, à mostrar a imponência e influência daquele sujeito em vida (fig. 27) em detrimento dos que são enterrados em covas rasas, escondidos em matas fechadas, sem

nenhuma condição higiênica de chegar perto ou mesmo sendo repreendido pelos coveiros pelo simples fato de estar próximo a túmulos de indigentes, prostitutas, criminosos, vagabundos e afins, sendo esses enquadrados, de certa forma, numa memória não oficial, desconsiderada e, por conseguinte, alocada numa condição de silêncio e ocultamento (POLLAK, 1989). Em síntese, essa política de memória dos monumentos é algo que se encontra em todos os exemplos apresentados, independente das narrativas encontradas em cada monumento e das temáticas que eles perpetuam.

Figura 27 – Mausoléu em estilo neogótico.



Fonte: Acervo pessoal do autor, 2015

O terceiro aspecto perceptível pela noção de coleção, é que os monumentos, localizados num determinado espaço, apresentam uma vasta simbologia que nos permite dizer, mesmo que parcialmente, que os monumentos em questão agem como um ‘espelho da sociedade’. Parcialmente, pelo fato de que, aquilo que é retratado materialmente ou mentalmente por estes suportes mnésicos, são escolhas do historiador ou pesquisador (LE GOFF, 2012), pois tanto a edificação do monumento quanto o valor de uso, e porque não de novidade? (RIEGL, 2014), possível em nossa contemporaneidade são definidos por e para a própria sociedade em detrimento de outros valores (neste caso memórias que poderiam ser evocadas pelos monumentos) que são intencionalmente ou não velados pela manta do esquecimento.

Quanto a premissa dos monumentos serem como ‘espelhos da sociedade’, vale apurarmos nosso olhar como se fossemos um homem em voo, que sobrevoa o campo que deseja analisar (CARVALHO, 2005). No entendimento de que os monumentos estudados encontram-se, em sua maioria, num determinado espaço cemiterial, podemos analisá-los como se ‘vistos de cima’, o que nos permite observar relações da cidade dos mortos com a cidade dos vivos: num mesmo ambiente, temos monumentos imponentes, faustosos (fig. 27), assim como encontramos monumentos, em seu aspecto físico, simples (fig. 3), destruídos (fig. 4 e 5) ou mesmo túmulos, que não deixam de monumentalizar o morto, que não possuem nada a não ser a terra que o encobre (fig. 20 e 21), seja por suas condições financeiras, seja por suas criminalidades em vida, enfim, pessoas que foram evitadas e ocultadas por memórias consideradas “oficiais” de ilustres e famosos (POLLAK, 1989).

Além das diferenças sócio-econômicas, podemos citar a geográfica, pois os monumentos luxuriosos encontram-se sempre a frente, na entrada do cemitério, nos caminhos mais amplos, sempre em destaque. Em contrapartida, os monumentos escultóricos mais simples ou túmulos de indigentes, encontram-se mais isolados, muitas das vezes cobertos por uma densa mata, caminho de difícil acesso, a própria abordagem dos coveiros é mais agressiva com quem almeja adentrar e ver estes túmulos. Em aditamento, podemos ver monumentalizações sobre determinadas instituições (família, Estado, Igreja, profissões, poder militar), que reforçam valores de nacionalismo, crenças e afins. Em resumo, a formação social (neste caso os vivos) produz e permite a manutenção dos monumentos, entendidos como um espelho de si mesmo, por intermédio das estruturas de memória (HUYSSSEN, 2004).

Essa miríade de representações que podemos observar ao analisar os monumentos, só reforçam que os mesmos foram edificadas para os vivos, pois mesmo num olhar, dito afastado, das particularidades de cada monumento, depreende-se que seu conjunto narra as questões sociais vivenciadas pelos mortos, conflitos e relações de poder que são visíveis, de uma certa forma, também na sociedade que os guarda, legitimando a função essencial dos monumentos: perpetuar, fazer lembrar, neste caso, a estrutura da sociedade por esses ‘espelhos mnésicos’.

Das relações de poder, evidenciadas pelas diferenças de estrutura e localização dos monumentos, podemos dizer que o poder não é exclusivamente a negação do outro, pois se há

inúmeras representações icônicas sobre grupos, instituições e pessoas, significa que o poder permite esta ebulição de monumentos num determinado espaço, implica na produção, forma saberes e discursos que coexistem na mesma coleção (FOUCAULT, 1979d). Logo, as inúmeras relações, por exemplo, entre ricos / pobres, Igreja / família, entre outros, demonstram que a edificação dos monumentos envolvem a existência de um poder capilar, que se encontra em todas as extremidades, neste caso nas diversas narrativas que constitui cada monumento, com vistas a perpetuação pela memória. Em síntese, podemos dizer que os embates entre as memórias vicárias e subterrâneas, que constituem e demonstram os monumentos como espelhos da sociedade, afirmam que o poder, segundo Foucault (1979b, p. 175) é “acima de tudo uma relação de força”.

5 CONSIDERAÇÕES

Após observarmos o diálogo e as possíveis relações entre Thanatos e Mnemosyne, por intermédio dos monumentos – no caso, os tumulares, de cunho escultórico –, procuramos elucidar algumas marcas da morte que se constituem e são perpetuadas pela memória no comportamento humano. Dessas marcas, podemos citar o fato de que, mesmo discorrendo sobre a morte, um tema pesquisável de muitas perspectivas, ela ainda é (e provavelmente sempre será) um tabu; pois entende-se que o corpo social não só constrói seus tabus, como também pode sofrer pela perda de um ser humano, a ponto de ocorrerem fraturas psíquicas da ordem do traumático. Essas possibilidades (tabu como uma construção de algo inabordável) e trauma (acontecimento da ordem do indizível e ausente de significação), podem acarretar naquilo que entendemos como angústia, ou afeto que se origina de um processo que nos causa estranhamento, que não sabemos como lidar, que nos é desconhecido e enigmático, neste caso a morte.

A angústia da morte, apresenta em sua raiz dois enigmas que a mantém: quando morreremos e o que significa morrer. Esses enigmas auxiliam na manutenção da angústia que temos diante da morte, e nos incita, a tentar entender, comunicar, e até mesmo vivenciar um pouco desse campo da morte, por intermédio das edificações que adquirem o status de monumento. Sendo assim, citamos diversas narrativas possíveis com vistas a prática de elaboração dos traumas, (ou pelo menos aliviar, se não resolver) o incomodo da morte, por exemplo, a possibilidade de visualizarmos símbolos dedicados a comemoração de determinadas famílias, a exaltação a valores nacionalistas, a objetivação de crenças religiosas e afins.

Nessas representações que unem o material (monumento em seu sentido físico) e a mentalidade (símbolos descritos direta ou indiretamente nos monumentos), temos o objetivo principal de lidar com a morte, de resolver a angústia que a cerca, por intermédio do afastamento ou negação da possibilidade da finitude humana. Todavia, esse é um procedimento paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que tentamos lidar com a morte afastando-a de nossas discussões cotidianas, também a afirmamos, pois sempre nos aproximamos do campo da morte, ao tentar se livrar dela. Logo, essa relação paradoxal (negação / afirmação) implica na manutenção da energia que mantém a morte um tema tabu.

Prosseguindo, tentamos evidenciar determinadas operações ou características que corroboram para o entendimento do que é e como se constitui um monumento. Numa perspectiva metodológica, entendemos os monumentos (independente do suporte utilizado para a transmissão de memórias para as gerações vindouras) como lugares de memória: esculturas fúnebres, livros, músicas, e demais suportes mnésicos, podem ser analisados por sua materialidade, sua função e seus valores simbólicos. Assim, verifica-se que os monumentos são construções que advêm do social, e que indicam também outras duas operações conceituadas como: memória vicária e memória subterrânea.

Essas atuam uma em tensão ou oposição, pois se temos um jogo de forças entre lembranças e esquecimentos, também há uma luta entre a memória construída para substituir outra, ou seja, uma memória vicária, constituída e legitimada como oficial no corpo social; e a memória subterrânea, ou memórias não recordadas, veladas, porém passíveis de serem descobertas ou virem à tona de novo; por exemplo, o descobrimento do Cemitério dos Pretos Novos, localizados no Cais de Valongo, ou mesmo as memórias das pessoas enterradas como indigentes no próprio Cemitério São João Batista.

Estas operações dependem, ou podem ser observadas, segundo diversos olhares, como: a necessidade (ou escolha) de um determinado ponto geográfico; os símbolos que determinadas instituições almejam perpetuar, neste caso pelos monumentos escultóricos; a participação de nativos, aqui podemos citar o próprio escultor, as pessoas que mandaram edificar o monumento, os transeuntes que circulam pelo cemitério, e etc; o entendimento da materialidade do monumento, as ferramentas necessárias, os metais, vidros etc.; o próprio olhar que dedicamos ao monumento, o modo de pesquisar os monumentos de acordo com nosso conhecimento de mundo. Em suma, esses olhares não são definidores nem mesmo as únicas perspectivas possíveis para entender com mais ênfase sobre a constituição dos monumentos, porém servem de exemplos práticos para pensar sobre os monumentos escultóricos em questão.

Vale ressaltarmos ao final dessa pesquisa, as questões que nortearam e, por conseguinte, propiciaram alguns apontamentos, sendo elas: por que o homem necessita ou tenta eternizar na memória, aqueles que já se foram por intermédio dos monumentos? Quais são as relações de poder institucionalizadas no processo de construção desses monumentos? E como as

memórias transmitidas pelos monumentos afetam o corpo social? Sobre a primeira questão, temos a necessidade do homem de lidar com certas questões que, por mais diversas que sejam as interpretações sobre a morte, ainda continuam sem respostas concretas, palpáveis, para que possamos nos ambientar e confortar. Com isso, a prática de eternização do morto por intermédio dos monumentos escultóricos, pode ser visto como uma objetivação da mentalidade do homem sobre a morte, que evoca seus receios, crenças e auxilia na manutenção da cultura sobre a morte e o morrer.

A segunda questão, remete ao exercício de determinados poderes institucionalizados desde a origem até a manutenção dos monumentos. Entende-se que a relação de poder principal empregada pelas famílias, Estado, Igreja, e afins é a decisão política do que deve ser elevado e transmitido para a posteridade, e do que deve ser ocultado, omitido e esquecido. Logo, a relação de poder essencial empregada pelas instituições através dos monumentos escultóricos é o controle da balança entre o lembrar e o esquecer. Sobre a última questão, verificamos que as memórias transmitidas pelos monumentos estudados, afetam os indivíduos de diversas formas, orientando suas crenças, permitindo a elaboração de traumas, do luto, legitimando constantemente o tabu existente sobre a morte, mas principalmente interage com o corpo social, de forma a representar seus anseios de acordo com as necessidades da época e das instituições que impõem seus valores nos monumentos, demonstrando que mesmo um local sem nada explícito para relatar sobre as memórias do morto e da morte, também tem muito a nos dizer.

Apesar da inquietação abaixo representar outro viés para a nossa pesquisa, vale mencionar as possibilidades que esta problemática ocasiona, sendo que a mesma apareceu de forma recorrente no decorrer das pesquisas bibliográficas: se aqui temos monumentos que tentam explicar, perpetuar ou pelo menos sanar nossa angústia sobre a morte, como os processos de monumentalização (e aqui podemos elencar as próprias operações mnésicas citadas), enquadram o matar? Pois, neste caso não estamos lidando com uma angústia de algo inexplicável no mundo, de um trauma ou tabu sobre o desconhecido, sobre algo natural, mas sim sobre algo que advém da ação humana. Como a morte – no sentido do matar e não a morte como algo natural do ser humano –, causada de forma voluntária ou involuntária por outro se monumentaliza, por exemplo, no psiquismo do criminoso, de sua família, dos

familiares da vítima ou de testemunhas? Parece-me que é um campo que dialoga com determinados conceitos aqui empregados, porém merece uma atenção e abordagem à parte. Porém, se podemos concluir um tema amplo em um único parágrafo, vale dizer que a morte, ao se relacionar com o campo da memória (por intermédio dos diversos suportes mnésicos ou monumentos) sempre remete a questões atuais, sempre evoca nossos traumas, medos, anseios, crenças, descrenças ou mesmo retrata a cultura de determinada sociedade. Em outras palavras, os monumentos fúnebres podem ser vistos, em certa medida, ‘como espelhos da sociedade’, a retratar e evocar (por intermédio de narrativas e apropriações de um processo ou informação) questões que nos perseguem desde a nossa gênese até o porvir, na busca de forças para lidarmos ou mesmo superarmos as questões da morte que nos afligem.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente:** da idade média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012.

ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação:** formas e transformações da memória cultural. Campinas, SP: Unicamp, 2011.

BARRENECHEA, Miguel Angel. Nietzsche e a genealogia da memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

BARRENECHEA, Miguel Angel. O espaço da memória em Proust. In: GONDAR, Josaida de Oliveira; BARRENECHEA, Miguel Angel de (Org.). **Memória e espaço:** trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. P. 24-31.

BARROS, Dirlene Santos; Amélia, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 21, n. 1, p. 55-61, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tinf/v21n1/04.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BARROSO, Ary. **AryBarroso** [página eletrônica]. Produzido por Refazenda. Disponível em: <<http://arybarroso.com.br/>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BAYARD, Jean Pierre. **Sentido oculto dos ritos mortuários:** morrer é morrer?. São Paulo: Paulus, 1996.

BECKER, Ernest. **A negação da morte:** uma abordagem psicológica sobre a finitude humana. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2010.

BÉLGICA legalizará a eutanásia para menores de idade. **G1**, 13 fev. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2014/02/belgica-legalizara-a-eutanasia-para-menores-de-idade.html>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios Sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.v. 1.

BENJAMIN, Walter. O narrador: considerações sobre Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios Sobre Literatura e História da Cultura. São Paulo: Brasiliense, 2012.v. 1.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade:** tratado de sociologia do conhecimento. 24. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

BLANCHOT, Maurice. **Pena de morte.** Rio de Janeiro: Imago, 1991.

BOHLEBER, Werner. Recordação, trauma e memória coletiva: a luta pela recordação em psicanálise. **Revista Brasileira de Psicanálise**, vol. 41, n. 1, p. 154-175, 2007.

BOTTARI, Elenilce. Jazigo perpétuo pode custar até R\$ 450 mil em cemitério de Botafogo. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 jun. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/jazigo-perpetuo-pode-custar-ate-450-mil-em-cemiterio-de-botafogo-8786453>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

BOTTARI, Elenilce. Polícia abre inquérito para investigar fraudes em cemitério. **O Globo**, Rio de Janeiro, 9 jul. 2013. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/policia-abre-inquerito-para-investigar-fraudes-em-cemiterios-8954406>>. Acesso em: 4 fev. 2015.

BRASIL. Decreto lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Código penal**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1940.

BRASIL. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. **Direito autoral**, Poder Executivo, Brasília, DF, 1998.

BRAZIL, Horus Vital. Simbolização, privação e angústia. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 7-37, 1994.

CANETTI, Elias. **Sobre a morte**. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CARVALHO, Flavio de Rezende. As ruínas do mundo. In: _____. **Os ossos do mundo**. São Paulo: Antiqua, 2005.

CIRLOT, Jean Eduardo. **A dictionary of symbols**. Inglaterra: Taylor & Francis e-Library, 2001.

COSTA, Ana Maria Medeiros. Violência, memória e saber. In: PERDOMO, Maria Cristina; CERRUTI, Marta (Org.). **Memória, trauma e transmissão: a incidência da política na clínica psicanalítica**. 1. Ed. São Paulo: Primavera Editorial, 2011.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **Arquivo Vera Janacópulos: narrativa, mito e informação**. In: GONDAR, Josaida de Oliveira; BARRENECHEA, Miguel Angel de (Org.). **Memória e espaço: trilhas do contemporâneo**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. P. 67-73.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. In: Dodebei, Vera; Abreu, Regina (org.) **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. Memória, circunstância e movimento. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

DOES Santa Claus still drink White Rock? **White Rocking** [página eletrônica]. Disponível em: <<http://www.whiterocking.org/santa.html>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

ELIAS, Norbert. **A solidão dos moribundos, seguido de, envelhecer e morrer**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ENCICLOPÉDIA da morte e da arte de morrer. 1. ed. Portugal: Quimera, 2004.

ENDO, Paulo. **Pensamento como margem, lacuna e falta**: memória, trauma, luto e esquecimento. USP, São Paulo, n. 98, p. 41-50, jun. / ago. 2013.

FARIAS, Francisco Ramos de. Acontecimento traumático: fraturas da memória e descontinuidade histórica. In: BARRENECHEA, Miguel Angel de. **As dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

FARIAS, Francisco Ramos de. Entre o saber e o sintoma: a angústia. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 103-117, 1994.

FARIAS, Francisco Ramos de. Trauma, sedução e memória. In: _____. (Org.). **Apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011. P. 15-28.

FONSECA, Maria Cecília Londres. A construção do patrimônio: perspectiva histórica. In: _____. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009. p. 51-78.

FOUCAULT, Michel. A política de saúde no século XVIII. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979a.

FOUCAULT, Michel. Genealogia e poder. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979b. P. 167-178.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979c. p. 179-192.

FOUCAULT, Michel. Verdade e poder. In: _____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979d. p. 1-14.

FRANCO, Clarissa de. **A cara da morte**: os sepultadores, o imaginário fúnebre e o universo onírico. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2010.

FREUD, Sigmund. Inibição, sintoma e angústia. In: _____. **Inibição, sintoma e angústia, o futuro de uma ilusão e outros textos (1926-1929)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu e outros trabalhos**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1950.

FRECHETTE, Rita. Surrealismo: quando a memória encontra a arte. In: PINTO, Diana de Souza; FARIAS, Francisco Ramos de (Org.). **Novos apontamentos em memória social**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2012. P. 78-94.

GALDO, Rafael; SCHMIDT, Selma. Funerária citada em escândalos vai gerir cinco cemitérios do Rio. **O Globo**, Rio de Janeiro 8 abr. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/funeraria-citada-em-escandalos-vai-gerir-cinco-cemiterios-do-rio-12123221>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

GAMBINI, Roberto. A morte como companheira. In: OLIVEIRA, Marcos Fleury de; CALLIA, Marcos Henrique Penno (Org.). **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005. (Moitará). P. 135-146.

GÊNESIS In: **A Santa Bíblia**. Rio de Janeiro: Fresta Livros, 2006.

GERLACH, Alf. The transgenerational impact of collective trauma: a psychotherapeutic view. **Topique**, Paris, n. 117, p. 197-204, jan. 2012.

GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **As afinidades eletivas**. São Paulo: Nova Alexandria, 1992.

GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GRANDE ENCICLOPÉDIA LAROUSSE CULTURAL. **Nova Cultural**, São Paulo, 1998, p. 5542. V. 22.

GONDAR, Jô. Angústia, desamparo e o trágico. **Tempo Psicanalítico**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 59-75, 1994.

GONDAR, Jô. Memória, poder e resistência. In: GONDAR, Josaida de Oliveira; BARRENECHEA, Miguel Angel de (Org.). **Memória e espaço**: trilhas do contemporâneo. Rio de Janeiro: 7Letras, 2003. P. 32-46.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social? In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Org.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

HIRSCH, Marianne. **The generation of postmemory**: writing and visual culture after the holocaust. Nova York: Columbia University, 2012.

HEIDEGGER, Martin. Que é metafísica? In: _____; SARTRE, Jean-Paul. **Coleção os pensadores, XLV**. 1. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e tempo**. 15. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **Sobre a morte e o morrer**. 9. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2008.

LANDSBERG, Paul Ludwing. **Ensaio sobre a experiência da morte e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2009.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. In: BAUER, Martin; GRASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

LUCAS, Clarinda Rodrigues. Os senhores da memória e do esquecimento. **Transinformação**, Campinas, SP, v. 10, n. 1, p. 87-96, 1998. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1567/1540>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros. A invenção das tradições na formação do Estado e na construção da nação. In: _____. **Da materialização à legitimação do passado: a monumentalidade como metáfora do Estado: 1029-1945**. Rio de Janeiro: Lucerna; FAPERJ, 2002.

MELO, Danilo Augusto Santos. Esquecimento e memória no contemporâneo: interlocuções entre Tarde e Nietzsche. In: BARRENECHEA, Miguel Angel de. **As dobras da memória**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

MENEZES, Rachel Aisengart; GOMES, Edlaine de Campos. “Seu funeral, sua escolha”: rituais fúnebres na contemporaneidade. **Revista de Antropologia**, São Paulo, vol. 54, n. 1, 2011.

MORAES, Nilson Alves. Memória Social: Solidariedade Orgânica e disputas de sentido. In: DODEBEI, Vera; GONDAR, Jô (Org.) **O que é Memória Social?** Rio de Janeiro: Contracapa, 2005.

MORENO, Maria Manuela Assunção; COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto. Trauma: o avesso da memória, **Ágora**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 1, p. 47-61, jan/jun 2012.

NASR, Helmi. Tradução **do sentido do nobre Alcorão para a língua portuguesa [bilíngue]**. Medina, Arábia Saudita: CCAB, 2005.

NOGUEIRA, Renata. **Quando um cemitério é patrimônio cultural**. Rio de Janeiro, RJ, 2013. 128 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto história**, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.

POE, Edgar Allan. O retrato oval. In: _____. **Obra completa: volume único**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2001. P. 278-281.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5 n. 10, p. 200-212, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POMIAN, Krzysztof. A coleção. In: **Enciclopédia Einaudi v. 1**. Portugal: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

REIS, Maria Cecília Leonel Gomes dos. A morte e o sentido da vida em certos mitos gregos antigos. In: OLIVEIRA, Marcos Fleury de; CALLIA, Marcos Henrique Penno (Org.). **Reflexões sobre a morte no Brasil**. São Paulo: Paulus, 2005. (Moitará). P. 17-54.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. 1. ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Claudia. **Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro séculos XVIII e XIX**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

RODRIGUES, José Carlos. **Tabu da morte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

ROSSI, Paolo. A arte da memória: renascimentos e transfigurações. In: _____. **O passado, a memória, o esquecimento**. São Paulo: UNESP, 2010.

ROSSINI, Rosa Ester. A memória congelada do imigrante: a solidariedade intergeracional dos japoneses e dos nikkeis no Brasil e no Japão atual. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v. 19, n. 3, p. 34-43, jul./set. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a03.pdf>. Acesso em: 27 jan. 2015.

SANTA Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.santacasarj.org.br/> Acesso em: 11 nov. 2014.

SARLO, Beatriz. Pós-memória, reconstituições. In: _____. **Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SAVIANI, Dermeval. Instituições escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, Minas Gerais, v. 4, 2005. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/382>>. Acesso em: 2 de ago. de 2013.

SCHUMACHER, Bernard. **Confrontos com a morte**. São Paulo: Loyola, 2009.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 2, p. 65-82, 2008.

SIMMEL, Georg. Ruínas. In: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold. **Simmel e a modernidade**. Brasília: UNB, 1998. p. 137-144.

VARELA, Aínda. **Informação e construção da cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VERNANT, Jean-Pierre. **Mito e pensamento entre os Gregos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

WILDE, Oscar. O retrato de Dorian Gray. In: _____. **Obra completa:** volume único. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2003. P. 51-228.

YOUNG, James. **At memory's edge.** Connecticut: Yale University, 2002.

FILMOGRAFIA

A BELEZA do diabo [La beauté du diable]. Produção e direção René Clair. Suécia: CultClassic, 1950. 1 DVD (95 min).

CARRUAGEM fantasma [Körkarlen]. Produção e direção de Victor Sjöström. Suécia: CultClassic, 1921. 1 DVD (93 min).

ANEXO – Lista de imagens que não chegaram a ser utilizadas na pesquisa

Figura 28 – caminho entre túmulos do
Cemitério São João Batista.



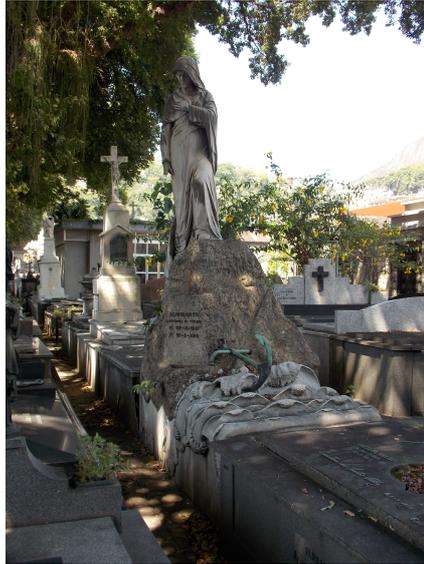
Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 29 – Jesus crucificado e anjo com uma
flor na mão direita e sino na esquerda.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 30 – Carpideira no alto das rochas,
de frente para o mar e âncora.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 31 – Cruz envolta em panos, e
virgem Maria com o corpo morto
de Jesus nos braços (Pietà).



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 32 – busto de um homem.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 33 – anjo mirim com flores na mão.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 34 – cruz, jarro vazio e caído, vaso de flores e brasão da aeronáutica.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 35 – anjos mirins apontando o dedo e a face para o céu, com foto do falecido.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 36 – abutre acima de Jesus crucificado e foto de falecidos.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 37 – mulher com a face voltada para o céu.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 38 – anjo mirim com o dedo apontado para o céu.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 39 – imagem de Jesus com o olhar e as mãos direcionadas para baixo.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 40 – Segunda imagem de Jesus com o olhar e as mãos direcionadas para baixo.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 41 – mulher ajoelhada diante da cruz.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 42 – imagem de São Jorge matando o dragão.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015.

Figura 43 – anjo com uma maçã na mão e olhar direcionado para o chão.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

Figura 44 – cruz com uma mulher sentada na frente e guirlanda na mão.



Fonte: acervo pessoal do autor, 2015

ÍNDICE ONOMÁSTICO

ARIÈS, Philippe	p. 15, 16, 33, 34, 35, 36, 37, 63, 66, 80, 86
ASSMANN, Aleida	p. 17, 18, 20, 27, 49, 50, 52, 54, 58, 71, 89, 90
BARRENECHEA, Miguel Angel	p. 44, 46
BARROS, Dirlene Santos	p. 41
AMÉLIA, Dulce	p. 41
BAYARD, Jean Pierre	p. 43, 74, 91
BECKER, Ernest	p. 15, 29, 36
BENJAMIN, Walter	p. 18, 33, 85, 87, 89, 90, 91, 97
BERGER, Peter	p. 12, 32
LUCKMANN, Thomas	p. 12, 32
BLANCHOT, Maurice	p. 30
BOHLEBER, Werner	p. 27
BOTTARI, Elenilce	p. 70, 76, 96
BRAZIL, Horus Vital	p. 32
CANETTI, Elias	p. 39
CARVALHO, Flavio de Rezende	p. 100
CIRLOT, Jean Eduardo	p. 68, 74, 86, 88
COSTA, Ana Maria Medeiros	p. 29
DODEBEI, Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos	p. 17, 18, 41, 50, 84, 89, 91, 92, 93, 96
ELIAS, Norbert	p. 21, 23, 36, 37, 39, 47, 67
ENDO, Paulo	p. 27
FARIAS, Francisco Ramos de	p. 19, 27, 31, 45
FONSECA, Maria Cecília Londres	p. 94
FOUCAULT, Michel	p. 19, 55, 61, 82, 94, 95 101
FRANCO, Clarissa de	p. 15, 17, 22, 37, 76, 81
FREUD, Sigmund	p. 30, 31, 32, 98
FRECHETTE, Rita	p. 77
GALDO, Rafael	p. 56
SCHMIDT, Selma	p. 56

GAMBINI, Roberto	p. 25
GERLACH, Alf	p. 20, 29
GINZBURG, Carlo	p. 15, 75
GOETHE, Johann Wolfgang Von	p. 34, 48
GONÇALVES, José Reginaldo Santos	p. 19, 98
GONDAR, Josaida de Oliveira	p. 28, 41, 51, 53
HALBWACHS, Maurice	p. 12, 13
HIRSCH, Marianne	p. 54
HIEDEGGER, Martin	p. 16, 31, 80, 98
HUYSSSEN, Andreas	p. 19, 35, 41, 47, 51, 100
KÜBLER-ROSS, Elisabeth	p. 16, 32, 33, 36, 38, 80
LANDSBERG, Paul Ludwing	p. 16, 34, 35, 80
LE COADIC, Yves-François	p. 19, 92, 93
LE GOFF, Jacques	p. 17, 24, 40, 44, 45, 48, 50, 64, 69, 76, 78, 99
LOIZOS, Peter	p. 16
LUCAS, Clarinda Rodrigues	p. 41
MALHANO, Clara Emília Sanches Monteiro de Barros	p. 23, 40, 42, 48
MELO, Danilo Augusto Santos	p. 45, 46
MENEZES, Rachel Aisengart	p. 28
GOMES, Edlaine de Campos	p. 28
MORAES, Nilson Alves	p. 42, 52, 65
MORENO, Maria Manuela Assunção	p. 27
COELHO JUNIOR, Nelson Ernesto	p. 27
NASR, Helmi	p. 7
NOGUEIRA, Renata	p. 15
NORA, Pierre	p. 18, 53, 82
POE, Edgar Allan	p. 59
POLLAK, Michael	p. 17, 18, 41, 55, 56, 58, 83, 92, 98, 99, 100
POMIAN, Krzysztof	p. 96
REIS, Maria Cecília Leonel Gomes do	p. 16, 24
RIEGL, Alois	p. 48, 49, 79, 95, 99

RODRIGUES, Claudia	p. 66, 67
RODRIGUES, José Carlos	p. 25, 36, 68, 69, 81
ROSSI, Paolo	p. 56, 75
ROSSINI, Rosa Ester	p. 12
SARLO, Beatriz	p. 18, 54, 55, 79, 83, 92, 98
SAVIANI, Dermeval	p. 62
SCHUMACHER, Bernard	p. 16, 25
SELIGMANN-Silva, Márcio	p. 27, 28
SIMMEL, Georg	p. 82, 93
VARELA, Aida	p. 93, 94, 95
VERNANT, Jean-Pierre	p. 39, 43
WILDE, Oscar	p. 59
YOUNG, James	p. 54